

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	20
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	22
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	26
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	27
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	28
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	46
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	125
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	129
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	130
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	596.955.970
Preferenciais	282.155.299
Total	879.111.269
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	7.622.100	6.852.803	6.260.039
1.01	Ativo Circulante	912.364	1.221.435	1.475.760
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	65.529	189.784	39.474
1.01.02	Aplicações Financeiras	455.336	555.099	983.103
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	455.336	555.099	983.103
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	455.336	555.099	983.103
1.01.03	Contas a Receber	356.094	435.561	338.117
1.01.03.01	Clientes	10.452	32.179	51.648
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	10.452	32.179	51.648
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	345.642	403.382	286.469
1.01.03.02.02	Partes Relacionadas	345.642	403.382	286.469
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.477	31.223	38.190
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.477	31.223	38.190
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	28.706	26.032	38.085
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	771	5.191	105
1.01.07	Despesas Antecipadas	30	63	77
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.898	9.705	76.799
1.01.08.03	Outros	5.898	9.705	76.799
1.01.08.03.03	Outros Ativos	5.898	9.705	76.799
1.02	Ativo Não Circulante	6.709.736	5.631.368	4.784.279
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	216.329	104.459	162.308
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	215.433	103.600	161.630
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	215.433	103.600	161.630
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	896	859	678
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	815	778	678
1.02.01.10.07	Outros Ativos	81	81	0
1.02.02	Investimentos	6.442.244	5.470.426	4.547.896
1.02.02.01	Participações Societárias	6.434.513	5.462.695	4.540.070
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.291.324	5.334.961	4.403.112

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	143.189	127.734	136.958
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.731	7.731	7.826
1.02.03	Imobilizado	1.850	2.189	2.381
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.850	2.189	2.381
1.02.04	Intangível	49.313	54.294	71.694
1.02.04.01	Intangíveis	49.313	54.294	71.694
1.02.04.01.02	Projetos em Desenvolvimento	44.375	48.983	66.144
1.02.04.01.03	Agio na Aquisição de Ações	4.692	5.052	5.413
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	246	259	137

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	7.622.100	6.852.803	6.260.039
2.01	Passivo Circulante	420.577	449.186	447.314
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.421	6.007	4.929
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.421	6.007	4.929
2.01.01.02.01	Salários, Férias e Encargos Sociais	6.421	6.007	4.929
2.01.02	Fornecedores	41.452	26.742	77.866
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	41.452	26.742	77.866
2.01.03	Obrigações Fiscais	101	156	111
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	84	133	62
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	84	133	62
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	0	49
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	0	0	49
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	17	23	0
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	17	23	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.140	170.102	162.187
2.01.04.02	Debêntures	11.945	169.588	161.714
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	195	514	473
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	195	514	473
2.01.05	Outras Obrigações	360.463	246.179	202.221
2.01.05.02	Outros	360.463	246.179	202.221
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	360.439	246.153	202.197
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	24	26	24
2.02	Passivo Não Circulante	650.286	653.499	810.536
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	648.635	648.385	804.603
2.02.01.02	Debêntures	647.591	647.253	802.916
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.044	1.132	1.687
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	1.044	1.132	1.687
2.02.04	Provisões	1.651	5.114	5.933
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.651	5.114	5.933

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.645	5.108	5.933
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6	6	0
2.03	Patrimônio Líquido	6.551.237	5.750.118	5.002.189
2.03.01	Capital Social Realizado	2.916.771	2.916.771	2.916.771
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	2.981.996	2.981.996	2.981.996
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-65.225	-65.225	-65.225
2.03.02	Reservas de Capital	81.259	20.515	15.450
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	81.259	20.515	15.450
2.03.04	Reservas de Lucros	3.482.342	2.727.379	2.031.442
2.03.04.01	Reserva Legal	285.560	229.790	182.686
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	591.409	422.029	220.689
2.03.04.10	Reserva de Lucros	2.605.373	2.075.560	1.628.067
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	70.865	85.453	38.526

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	124.265	109.042	222.302
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-133.644	-154.419	-241.424
3.02.01	Energia Comprada para Revenda	-132.404	-153.154	-240.247
3.02.05	Custo dos Serviços Prestados	-1.240	-1.265	-1.177
3.03	Resultado Bruto	-9.379	-45.377	-19.122
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.094.802	1.017.764	947.288
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.246	-38.272	-39.260
3.04.02.01	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-35.246	-38.272	-39.260
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.987	119	39.827
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.128.061	1.055.917	946.721
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.085.423	972.387	928.166
3.06	Resultado Financeiro	29.978	-30.299	-37.882
3.06.01	Receitas Financeiras	78.128	23.918	44.261
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.150	-54.217	-82.143
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.115.401	942.088	890.284
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.115.401	942.088	890.284
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.115.401	942.088	890.284
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,26878	1,07164	0
3.99.01.02	PN	1,26878	1,07164	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,26878	1,07164	0
3.99.02.02	PN	1,26878	1,07164	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	1.115.401	942.088	890.284
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-14.588	46.927	14.298
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.100.813	989.015	904.582

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	59.805	-75.031	-24.151
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.995	-72.784	-22.085
6.01.01.01	Lucro antes do IR e CS e da participação de acionistas não controladores	1.115.401	942.088	890.284
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.076	2.948	1.785
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-1.128.061	-1.055.917	-946.721
6.01.01.04	Encargos de Dívidas (Inclui Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas)	46.499	52.831	75.669
6.01.01.05	Outras Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	1.135	-828	52
6.01.01.06	Receitas Financeiras	-24.113	-19.880	-43.154
6.01.01.07	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	2.656	5.981	0
6.01.01.09	Outas (Receitas) Despesas Operacionais	-6.598	-7	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	51.810	-2.247	-2.066
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	21.727	8.738	-2.676
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	1.746	7.829	1.589
6.01.02.07	Outros Ativos	13.178	8.528	-2.618
6.01.02.08	Fornecedores	14.710	-28.395	3.707
6.01.02.10	Salários, Férias e Encargos Sociais	414	1.078	316
6.01.02.11	Contribuições e Impostos a Recolher	-55	45	-3.324
6.01.02.14	Outros Passivos	90	-70	940
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	266.226	628.510	-175.293
6.02.01	Aporte de Capital em Controladas	-265.528	-111.904	-35.531
6.02.02	Aquisição de Investimentos em Participação Societaria	-108.356	-16.186	-120.433
6.02.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	-212.852	-162.293	0
6.02.04	Resgate de Aplicações Financeiras	469.990	480.165	772.247
6.02.05	Investimentos em Aplicações Financeiras	-346.114	-32.281	-1.204.310
6.02.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	692.041	449.805	327.729
6.02.08	Aquisições de Imobilizado	-215	-341	-211
6.02.09	Aquisições de Intangível	-2.504	-1.299	0
6.02.10	Alienação de Investimentos em Participação Societaria	0	0	85.216
6.02.11	Empréstimos com Partes Relacionadas	0	22.844	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.12	Redução de capital em investimentos	39.764	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-450.286	-403.169	7.040
6.03.03	Ingresso de dívidas	0	0	646.576
6.03.04	Pagamento de Arrendamento	-407	-602	-726
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	-69.338
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-246.149	-202.195	-131.867
6.03.08	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-35.452	-41.767	-51.902
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos , Debêntures e Arrendamento Mercantil	-168.278	-158.605	-385.703
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-124.255	150.310	-192.404
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	189.784	39.474	231.878
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	65.529	189.784	39.474

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	60.744	-360.438	0	0	-299.694
5.04.06	Dividendos	0	0	-360.436	0	0	-360.436
5.04.08	Venda (compra) da participação dos acionistas não controladores	0	60.744	-2	0	0	60.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.115.401	-14.588	1.100.813
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.115.401	0	1.115.401
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.588	-14.588
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-14.588	-14.588
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.115.401	-1.115.401	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	55.770	-55.770	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	529.815	-529.815	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	529.816	-529.816	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	81.259	3.482.342	0	70.865	6.551.237

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.065	-220.689	-25.462	0	-241.086
5.04.06	Dividendos	0	0	-220.689	-25.462	0	-246.151
5.04.09	Varição na Participação de Acionistas não Controladores	0	5.065	0	0	0	5.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	942.088	46.927	989.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	942.088	0	942.088
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	46.927	46.927
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	46.927	46.927
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	916.626	-916.626	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	47.104	-47.104	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	447.493	-447.493	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	422.029	-422.029	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	43.695	1.343.354	0	24.228	4.328.048
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	43.695	1.343.354	0	24.228	4.328.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-28.245	0	-202.196	0	-230.441
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-202.196	0	-202.196
5.04.08	Compra de Participação de Não Controladores	0	-28.245	0	0	0	-28.245
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	890.284	14.298	904.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	890.284	0	890.284
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.298	14.298
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	14.298	14.298
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	688.088	-688.088	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	44.514	-44.514	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	422.885	-422.885	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	220.689	-220.689	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	138.916	119.972	280.853
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	136.929	119.853	241.026
7.01.02	Outras Receitas	1.987	119	39.827
7.01.02.03	Outras Receitas	1.987	119	39.827
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-139.448	-166.330	-254.267
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-132.404	-153.154	-240.247
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.612	-12.756	-9.837
7.02.04	Outros	2.568	-420	-4.183
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	2.568	-420	-4.183
7.03	Valor Adicionado Bruto	-532	-46.358	26.586
7.04	Retenções	-1.076	-2.948	-1.785
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.076	-2.948	-1.785
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.608	-49.306	24.801
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.209.999	1.081.001	993.138
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.128.061	1.055.917	946.721
7.06.02	Receitas Financeiras	81.938	25.084	46.417
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.208.391	1.031.695	1.017.939
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.208.391	1.031.695	1.017.939
7.08.01	Pessoal	23.052	19.736	19.571
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.825	16.537	16.086
7.08.01.02	Benefícios	1.744	2.136	2.438
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.483	1.063	1.047
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.541	15.366	24.832
7.08.02.01	Federais	21.482	15.254	24.620
7.08.02.03	Municipais	59	112	212
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.397	54.505	83.252
7.08.03.01	Juros	46.487	52.789	75.858
7.08.03.02	Aluguéis	247	287	1.110
7.08.03.03	Outras	1.663	1.429	6.284

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.03.01	Outras Despesas Financeiras	1.663	1.429	6.284
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.115.401	942.088	890.284
7.08.04.02	Dividendos	0	25.462	202.196
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.115.401	916.626	688.088

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	25.719.932	22.576.510	19.369.732
1.01	Ativo Circulante	4.400.677	4.084.394	5.441.876
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	377.119	674.609	1.025.204
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.554.474	1.406.273	2.868.818
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.554.474	1.406.273	2.868.818
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.554.474	1.406.273	2.868.818
1.01.03	Contas a Receber	2.092.912	1.705.790	1.298.221
1.01.03.01	Clientes	2.092.837	1.705.715	1.298.146
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	391.698	415.353	346.258
1.01.03.01.03	Ativo Contratual da Concessão	1.701.139	1.290.362	951.888
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	75	75	75
1.01.03.02.02	Partes Relacionadas	75	75	75
1.01.04	Estoques	8.245	7.856	10.445
1.01.06	Tributos a Recuperar	98.802	141.160	134.963
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	98.802	141.160	134.963
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	65.067	81.684	97.249
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	33.735	59.476	37.714
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.251	5.828	5.639
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	260.874	142.878	98.586
1.01.08.03	Outros	260.874	142.878	98.586
1.01.08.03.02	Cauções e Depósitos Judiciais	384	384	384
1.01.08.03.03	Outros Ativos	260.490	142.494	98.202
1.02	Ativo Não Circulante	21.319.255	18.492.116	13.927.856
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.176.533	13.486.495	9.172.874
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	120.695	102.852	100.493
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	120.695	102.852	100.493
1.02.01.04	Contas a Receber	24.533	20.903	12.528
1.02.01.04.01	Clientes	24.533	20.903	12.528
1.02.01.07	Tributos Diferidos	20.207	6.688	7.008

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.207	6.688	7.008
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	11.303	9.203	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	15.999.795	13.346.849	9.052.845
1.02.01.10.03	Ativo Financeiro da Concessão	15.902.984	13.310.348	9.007.266
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	15.478	15.333	14.965
1.02.01.10.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	3.489	3.187	3.187
1.02.01.10.06	Outros Tributos Compensáveis	24.867	3.640	2.774
1.02.01.10.08	Outros Ativos	52.977	14.341	24.653
1.02.02	Investimentos	150.920	135.465	144.784
1.02.02.01	Participações Societárias	143.189	127.734	136.958
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	143.189	127.734	136.958
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.731	7.731	7.826
1.02.03	Imobilizado	4.710.238	4.672.156	4.426.026
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.256.118	3.431.635	3.469.083
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	39.212	29.457	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	414.908	1.211.064	956.943
1.02.04	Intangível	281.564	198.000	184.172
1.02.04.01	Intangíveis	281.564	198.000	184.172
1.02.04.01.02	Desenvolvimento de Projetos	45.302	49.681	74.040
1.02.04.01.03	Agio na Aquisição de Ações	66.124	68.223	72.307
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	170.138	80.096	37.825

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	25.719.932	22.576.510	19.369.732
2.01	Passivo Circulante	2.447.555	2.290.153	2.085.695
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.866	57.783	39.978
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	44.866	57.783	39.978
2.01.01.02.01	Salário, Férias e Encargos Sociais	44.866	57.783	39.978
2.01.02	Fornecedores	198.387	385.127	401.370
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	198.387	385.127	401.370
2.01.03	Obrigações Fiscais	115.952	112.916	107.671
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	110.022	101.160	107.671
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	65.553	63.642	60.633
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	44.469	37.518	47.038
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.534	6.270	0
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.534	6.270	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.396	5.486	0
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	2.396	5.486	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	960.899	831.011	873.658
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	634.414	363.798	388.062
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	335.661	147.320	256.716
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	298.753	216.478	131.346
2.01.04.02	Debêntures	316.779	459.821	479.525
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	9.706	7.392	6.071
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	9.706	7.392	6.071
2.01.05	Outras Obrigações	795.474	705.926	569.163
2.01.05.02	Outros	795.474	705.926	569.163
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	568.412	509.475	384.599
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares e Setoriais	54.596	58.781	60.073
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	2.444	1.456	5.794
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	31.483	36.202	55.592
2.01.05.02.07	Contribuições Sociais e Encargos Regulatorios Diferidos	138.539	100.012	63.105

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.06	Provisões	331.977	197.390	93.855
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	2.712	323
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	2.712	323
2.01.06.02	Outras Provisões	331.977	194.678	93.532
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.475	13.720	19.938
2.01.06.02.04	Provisões para Constituição de Ativos	324.502	180.958	73.594
2.02	Passivo Não Circulante	13.270.654	11.341.675	9.743.972
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.135.270	8.180.137	7.674.460
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.753.179	2.155.652	1.635.795
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	874.085	1.321.487	955.476
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	879.094	834.165	680.319
2.02.01.02	Debêntures	7.343.384	5.996.185	6.010.773
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	38.707	28.300	27.892
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	38.707	28.300	27.892
2.02.02	Outras Obrigações	90.962	35.694	41.736
2.02.02.02	Outros	90.962	35.694	41.736
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	36.941	292	381
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	54.021	35.402	41.355
2.02.03	Tributos Diferidos	3.998.060	3.081.654	2.005.521
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.998.060	3.081.654	2.005.521
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.571.980	1.925.824	1.229.499
2.02.03.01.02	Contribuições Sociais e Encargos Regulatorios diferidos	1.426.080	1.155.830	776.022
2.02.04	Provisões	46.362	44.190	22.255
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.152	15.750	14.844
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.706	1.477	1
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.266	5.736	8.721
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.180	8.537	6.122
2.02.04.02	Outras Provisões	40.210	28.440	7.411
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	23.116	19.213	734

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.04.02.04	Provisões para Constituição de Ativos	17.094	9.227	6.677
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.001.723	8.944.682	7.540.065
2.03.01	Capital Social Realizado	2.916.771	2.916.771	2.916.771
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	2.981.996	2.981.996	2.981.996
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-65.225	-65.225	-65.225
2.03.02	Reservas de Capital	81.259	20.515	15.450
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	81.259	20.515	15.450
2.03.04	Reservas de Lucros	3.482.342	2.727.379	2.031.442
2.03.04.01	Reserva Legal	285.560	229.790	182.686
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	591.409	422.029	220.689
2.03.04.10	Reserva de Lucros	2.605.373	2.075.560	1.628.067
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	70.865	85.453	38.526
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	70.865	85.453	38.526
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.450.486	3.194.564	2.537.876

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.234.208	6.140.745	4.592.099
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.399.626	-2.699.555	-2.125.331
3.02.01	Energia Comprada para Revenda	-146.165	-141.772	-231.739
3.02.02	Encargos do Uso da Rede Elétrica - CUST	-34.599	-32.795	-30.397
3.02.03	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-9.139	-8.441	-10.636
3.02.05	Custo dos Serviços Prestados	-141.887	-184.446	-171.036
3.02.06	Custo de Infraestrutura	-933.340	-2.204.273	-1.575.398
3.02.07	Depreciação e Amortização	-134.496	-127.828	-106.125
3.03	Resultado Bruto	3.834.582	3.441.190	2.466.768
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.570	-122.636	-21.995
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-133.894	-120.894	-130.615
3.04.02.01	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-133.894	-120.894	-130.615
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	85.904	7.817	51.237
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.835	-335	-11
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.255	-9.224	57.394
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.780.012	3.318.554	2.444.773
3.06	Resultado Financeiro	-915.545	-461.739	-262.506
3.06.01	Receitas Financeiras	107.823	51.314	87.129
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.023.368	-513.053	-349.635
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.864.467	2.856.815	2.182.267
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-741.651	-801.310	-540.870
3.08.01	Corrente	-110.751	-104.121	-92.207
3.08.02	Diferido	-630.900	-697.189	-448.663
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.122.816	2.055.505	1.641.397
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.122.816	2.055.505	1.641.397
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.115.401	942.088	890.284
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.007.415	1.113.417	751.113
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.01.01	ON	1,26878	1,07164	1,01271
3.99.01.02	PN	1,26878	1,07164	1,01271
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,26878	1,07164	1,01271
3.99.02.02	PN	1,26878	1,07164	1,01271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.122.816	2.055.505	1.641.397
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-17.420	46.629	14.298
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.105.396	2.102.134	1.655.695
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.100.813	989.015	904.582
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.004.583	1.113.119	751.113

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.055.179	-604.806	-108.212
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.317.673	4.195.801	2.999.483
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social e Acionistas não Controladores	2.864.467	2.856.815	2.182.267
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	139.563	135.185	112.974
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-5.255	9.224	-57.394
6.01.01.04	Encargos de Dívidas (Inclui Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas)	1.068.567	692.096	560.382
6.01.01.05	Outras Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	97.084	120.080	6.204
6.01.01.06	Receitas Financeiras	-67.606	-50.950	-51.909
6.01.01.07	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	3.081	9.322	-324
6.01.01.09	Outas (Receitas) Despesas Operacionais	-1.487	1.394	-24.100
6.01.01.10	Recuperação de custo - GSF	-83.544	0	0
6.01.01.11	PIS, COFINS e Encargos regulatórios diferidos	302.803	422.635	271.383
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.170.600	-4.713.707	-3.027.675
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	20.025	-77.470	-7.591
6.01.02.02	Ativo Financeiro da Concessão	-3.003.413	-4.641.556	-3.044.281
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	21.131	-7.063	-38.337
6.01.02.06	Estoques	-389	2.589	6.186
6.01.02.07	Outros Ativos	-161.300	-43.731	-42.049
6.01.02.08	Fornecedores	-196.542	-59.543	93.007
6.01.02.09	Taxas Regulamentares e Setoriais	-4.185	-1.292	4.698
6.01.02.10	Salários, Férias e Encargos Sociais	-12.917	17.805	12.063
6.01.02.11	Contribuições e Impostos a Recolher	3.036	5.245	26.391
6.01.02.12	Provisões de Constituição dos Ativos e Compensações ambientais	149.069	122.175	-18.360
6.01.02.13	Adiantamentos de Clientes	988	-4.338	2.888
6.01.02.14	Outros Passivos	13.897	-26.528	-22.290
6.01.03	Outros	-91.894	-86.900	-80.020
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-91.894	-86.900	-80.020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-448.880	1.290.336	-2.159.347
6.02.01	Aporte de capital nas investidas	-10.200	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.02	Aquisição de Investimentos em Participação Societaria	-108.356	-30.640	-258.400
6.02.04	Resgate de Aplicações Financeiras	2.665.418	4.001.451	512.455
6.02.05	Investimentos em Aplicações Financeiras	-2.763.864	-2.493.071	-2.798.297
6.02.07	Caixa Adquirido em Combinação de Negócios	0	0	445.992
6.02.08	Aquisições de Imobilizado	-214.779	-156.766	-130.305
6.02.09	Aquisições de Intangível	-17.099	-30.638	-16.008
6.02.10	Alienação de Investimentos em Participação Societaria	0	0	85.216
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-901.331	-1.049.108	317.455
6.03.01	Aumento de Capital	72.177	100.781	103.625
6.03.03	Redução de Capital	-71.150	-450	0
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	36.529	0	6.861
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-879.174	-655.655	-440.068
6.03.07	Empréstimos Tomados e Arrendamento Mercantil	1.471.894	773.803	2.096.492
6.03.08	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-624.565	-419.222	-412.167
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos , Debêntures e Arrendamento Mercantil	-895.254	-841.431	-1.029.905
6.03.11	Pagamento de Arrendamento	-11.788	-6.934	-7.383
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2.458	12.983	-115
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-297.490	-350.595	-1.950.219
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	674.609	1.025.204	2.975.423
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	377.119	674.609	1.025.204

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	60.744	-360.438	0	0	-299.694	-748.661	-1.048.355
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	72.177	72.177
5.04.06	Dividendos	0	0	-360.436	0	0	-360.436	-565.633	-926.069
5.04.08	Redução de capital	0	0	0	0	0	0	-71.150	-71.150
5.04.09	Venda (compra) da participação dos acionistas não controladores	0	60.744	-2	0	0	60.742	-184.055	-123.313
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.115.401	-14.588	1.100.813	1.004.583	2.105.396
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.115.401	0	1.115.401	1.007.415	2.122.816
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.588	-14.588	-2.832	-17.420
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-14.588	-14.588	0	-14.588
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.115.401	-1.115.401	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	55.770	-55.770	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	529.815	-529.815	0	0	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	529.816	-529.816	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	81.259	3.482.342	0	70.865	6.551.237	3.450.486	10.001.723

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.065	-220.689	-25.462	0	-241.086	-456.431	-697.517
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	101.381	101.381
5.04.06	Dividendos	0	0	-220.689	-25.462	0	-246.151	-534.380	-780.531
5.04.09	Varição na Participação de Acionistas não Controladores	0	5.065	0	0	0	5.065	-20.217	-15.152
5.04.12	Redução de Capital	0	0	0	0	0	0	-450	-450
5.04.13	Outras Movimentações Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-2.765	-2.765
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	942.088	46.927	989.015	1.113.119	2.102.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	942.088	0	942.088	1.113.417	2.055.505
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	46.927	46.927	-298	46.629
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	46.927	46.927	-298	46.629
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	916.626	-916.626	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	47.104	-47.104	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	447.493	-447.493	0	0	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	422.029	-422.029	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	43.695	1.343.354	0	24.228	4.328.048	1.933.661	6.261.709
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	43.695	1.343.354	0	24.228	4.328.048	1.933.661	6.261.709
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-28.245	0	-202.196	0	-230.441	-146.898	-377.339
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	110.486	110.486
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-202.196	0	-202.196	-443.697	-645.893
5.04.08	Compra de Participação de Não Controladores	0	-28.245	0	0	0	-28.245	26.456	-1.789
5.04.09	Varição na Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	159.857	159.857
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	890.284	14.298	904.582	751.113	1.655.695
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	890.284	0	890.284	751.113	1.641.397
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.298	14.298	0	14.298
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	14.298	14.298	0	14.298
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	688.088	-688.088	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	44.514	-44.514	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	422.885	-422.885	0	0	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	220.689	-220.689	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	6.138.327	6.851.546	5.075.961
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.803.199	6.745.065	5.024.724
7.01.02	Outras Receitas	85.904	7.917	51.237
7.01.02.01	Outras Receitas	85.904	7.917	51.237
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	249.224	98.564	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.256.676	-2.247.976	-2.022.484
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-920.681	-2.023.286	-1.848.170
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-140.489	-136.859	-146.276
7.02.04	Outros	-195.506	-87.831	-28.038
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	26.052	-27.258	-28.038
7.02.04.02	Custo de Ativos Próprios	-221.558	-60.573	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.881.651	4.603.570	3.053.477
7.04	Retenções	-140.517	-135.872	-112.974
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-140.517	-135.872	-112.974
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.741.134	4.467.698	2.940.503
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	126.879	78.117	147.410
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.255	-9.224	57.394
7.06.02	Receitas Financeiras	121.624	87.341	90.016
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.868.013	4.545.815	3.087.913
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.868.013	4.545.815	3.087.913
7.08.01	Pessoal	161.305	171.154	98.596
7.08.01.01	Remuneração Direta	120.754	137.979	77.152
7.08.01.02	Benefícios	31.902	25.435	16.407
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.649	7.740	5.037
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.350.389	1.476.126	994.391
7.08.02.01	Federais	1.344.924	1.431.338	993.413
7.08.02.02	Estaduais	4.509	43.843	309
7.08.02.03	Municipais	956	945	669
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.233.503	843.030	353.529

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.01	Juros	1.112.967	772.599	319.660
7.08.03.02	Aluguéis	10.797	6.163	3.894
7.08.03.03	Outras	109.739	64.268	29.975
7.08.03.03.01	Outras Despesas Financeiras	109.739	64.268	29.975
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.122.816	2.055.505	1.641.397
7.08.04.02	Dividendos	0	25.462	202.196
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.115.401	916.626	688.088
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.007.415	1.113.417	751.113

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Alupar Investimento S.A.



Relatório da Administração

Aos Acionistas

A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Sobre a Alupar

A Alupar Investimento S.A. é uma holding com atuação preponderante nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, tendo como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e em países da América Latina. Adicionalmente, no segmento de transmissão de energia elétrica no Brasil, a Alupar é uma das maiores Companhias em termos de Receita Anual Permitida (RAP), sendo a maior de controle Nacional Privado. A expansão da Companhia é calcada em uma grande competência técnica, além de uma forte disciplina financeira, tanto do ponto de vista de qualidade de crédito da Companhia (rating AAA (bra) na escala nacional e rating BB na escala internacional, pela Fitch Ratings), bem como uma profunda filosofia de geração de valor para o acionista. E, seguindo com esses mesmos pilares, para continuar com o seu crescimento sustentável, a Alupar conta hoje com quatro vetores:

- Participação em leilões para os ativos de transmissão;
- Desenvolvimento de projetos próprios de geração de energia, como PCHs, parques eólicos e centrais fotovoltaicas;
- Desenvolvimento de projetos de geração e participação de licitações de transmissão em países selecionados da América Latina;
- Análise de projetos *brownfield* – M&A.

Transmissão

A Alupar possui participação em concessões de 30 sistemas de transmissão de energia elétrica, totalizando 7.929 km de linhas de transmissão, por meio de concessões com prazo de 30 anos localizadas no Brasil e um perpétuo localizado na Colômbia, sendo 27 operacionais e 3 em fase de implantação.

Geração

A Alupar também atua na geração de energia renovável por meio de UHs, PCHs, parques eólicos e usina fotovoltaica no Brasil, na Colômbia e no Peru. O portfólio de ativos totaliza uma capacidade instalada de 673,8 MW em operação. Atualmente, temos 23,0 MW de geração hidráulica em fase de licenciamento ambiental, 63,0 MW de energia eólica e 61,7 MW de energia solar, em implantação.

2. Governança Corporativa

A Alupar pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, seguindo as práticas utilizadas pelas companhias listadas no segmento de governança Nível 2 da B3, tais como:

- Contratação de auditores independentes para análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo contratados somente para este fim;
- Tag along de 100% para detentores de ações ON e PN;
- Conselho de Administração contendo Conselheiros Independentes;
- Existência de Comitê de Governança, Sucessão e; Comitê de Finanças, e Contratação de Partes Relacionadas, bem como Comitê de Auditoria;
- Inexistência no Estatuto Social de mecanismos de proteção à tomada de controle (poison pills);
- Previsão no Estatuto Social de instalação de Conselho Fiscal;
- Resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal por meio de arbitragem.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Alupar Investimento S.A.



3. Composição Acionária

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 2.981.995.690,0 e dividido em ações ordinárias e preferenciais conforme quadro abaixo. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	456.905.633	76,54%	1.676.184	0,59%	458.581.817	52,16%
Outros*	140.050.337	23,46%	280.479.115	99,41%	420.529.452	47,84%
Total	596.955.970	100,00%	282.155.299	100,00%	879.111.269	100,00%

*free float

4. Desempenho Econômico Financeiro

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.895, que estabeleceu as novas RAPs das controladas e controladas em conjunto da Alupar, para o ciclo de 12 meses, a partir de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, estabelecendo reajuste de 8,06% para contratos indexados pelo IPCA e 37,06% para contratos indexados pelo IGP-M.

Em 2021, a Receita Líquida atingiu R\$ 5.234,2 milhões, ante os R\$ 6.140,7 milhões registrados em 2020.

O EBITDA atingiu R\$ 3.919,6 milhões, ante os R\$ 3.453,7 milhões apurados em 2020 e o Lucro Líquido totalizou R\$ 1.115,4 milhões, ante os R\$ 942,1 milhões registrados em 2020. Dados financeiros em IFRS.

5. Investimentos

Em 2021 foram realizados investimentos totais da ordem de **R\$ 1.165,2 mm** em nossas empresas, sendo R\$ 1.024,1 mm investidos no segmento de transmissão, R\$ 138,4 mm no segmento de geração, e R\$ 2,7 mm no desenvolvimento de novos negócios, ante os **R\$ 2.391,7 mm** registrados em 2020, quando R\$ 2.310,4 mm foram investidos no segmento de transmissão, R\$ 79,6 mm foram investidos no segmento de geração e R\$ 1,6 mm no desenvolvimento de novos negócios.

Mercado de Capitais

A Alupar foi registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 no dia 23 de abril de 2013. Suas UNITS são negociadas sob o código ALUP11 e são compostas por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais (1 UNIT = 1 ON + 2 PN).

As units da Alupar (B3: ALUP11) encerraram 2021 cotadas a R\$ 24,10, uma desvalorização de 8,1%, em relação ao fechamento de 2020. No mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE) apresentou uma desvalorização de 7,9% e o índice Ibovespa uma desvalorização de 11,9%. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 7,1 bilhões.

Ao longo de 2021, as units da Alupar apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 22,2 milhões, frente ao volume médio diário de R\$ 20,0 milhões, em comparação a 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Alupar Investimento S.A.



6. Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados parceiros estratégicos na superação das metas definidas pela Alupar, e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - o ser humano. A Alupar é uma empresa que está permanentemente preocupada com o bem-estar de seus colaboradores e por este motivo desenvolveu uma Política de Benefícios que se insere na Gestão Integrada de Recursos Humanos, tendo uma abordagem que agregue valor ao negócio da Companhia. Esta Política visa promover o reconhecimento e integração entre os colaboradores, objetivando o crescimento e a valorização do capital humano da Companhia. Para cumprir seus objetivos a área de RH dirige seus esforços:

- No desenvolvimento e retenção de pessoas chave;
- Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas;
- Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria do clima.

7. Responsabilidade socioambiental

A Alupar tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social. Nesse sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que seus empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde está inserida, a Companhia desenvolve ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

8. Cenário Macroeconômico

No ano de 2021, o Brasil sofreu com a continuidade da crise sanitária, em razão da pandemia da Covid-19, impactando a esperada retomada econômica. Taxa de desocupação elevada, renda reduzida e a inflação crescente impactaram diretamente o poder de compra das famílias. A alta das taxas de juros e redução de crédito poderão influenciar na recuperação da atividade econômica para o ano de 2022. Por outro lado, apesar de todo este cenário adverso da pandemia, espera-se que o PIB seja positivo para o fechamento do ano.

Adicionalmente, houve um aumento de 7,25 p.p. na taxa Selic, que por sua vez encerrou o ano em 9,25% a.a.. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2021 em 10,06% ante os 4,52% registrados em 2020, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) atingiu 6,08% ante os 4,55% registrados em 2020, e por fim, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) registrou 17,79% em 2021, contra 23,14% no ano passado.

9. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Global Limited ("EY") para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela Ernst & Young Global Limited ("EY") foram contratados para o período de 2019 – 2021. A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2021 corresponde ao montante de R\$ 2.645.907,43 referente ao serviço relacionado à auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício de 2021 e das Informações Trimestrais ("ITR") da Alupar Investimento S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Alupar Investimento S.A.



10. Balanço Social

	Consolidado							
	31/12/2021			31/12/2020				
Base de cálculo								
Receita líquida (RL)	5.234.208			6.140.745				
Lucro operacional (LO)	3.780.012			3.318.554				
Folha de pagamento bruta (FPB)	189.120			194.013				
Valor adicionado total (VAT)	4.868.013			4.545.815				
Indicadores sociais internos								
		% sobre				% sobre		
		FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
Encargos sociais compulsórios	36.464	19,28%	0,70%	0,75%	30.599	15,77%	0,50%	0,67%
Assistência Médica e Vale Transporte	12.584	6,65%	0,24%	0,26%	10.799	5,57%	0,18%	0,24%
Previdência Privada	2.077	1,10%	0,04%	0,04%	2.638	1,36%	0,04%	0,06%
Educação	864	0,46%	0,02%	0,02%	590	0,30%	0,01%	0,01%
Auxílio alimentação	8.577	4,54%	0,16%	0,18%	7.844	4,04%	0,13%	0,17%
Outros	27.815	14,71%	0,53%	0,57%	3.564	1,84%	0,06%	0,08%
	88.381	46,73%	1,69%	1,82%	56.034	28,88%	0,91%	1,23%
Indicadores sociais externos								
		% sobre				% sobre		
		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Doações e contribuições	2.605	0,07%	0,05%	0,05%	3.303	0,10%	0,05%	0,07%
Projetos de incentivo à cultura	2.924	0,08%	0,06%	0,06%	3.507	0,11%	0,06%	0,08%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	21.868	0,58%	0,42%	0,45%	16.373	0,49%	0,27%	0,36%
Tributos excluídos encargos sociais	1.322.574	34,99%	25,27%	27,17%	1.453.267	43,79%	23,67%	31,97%
	1.349.971	35,71%	25,79%	27,73%	1.476.450	44,49%	24,04%	32,48%
Indicadores ambientais								
		% sobre				% sobre		
		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Investimentos relacionados à atividade da empresa								
Projetos de preservação ambiental	5.499	0,15%	0,11%	0,11%	9.311	0,28%	0,15%	0,20%
Projetos de educação ambiental em comunidades	660	0,02%	0,01%	0,01%	8.233	0,25%	0,13%	0,18%
Licenças ambientais	915	0,02%	0,02%	0,02%	3.584	0,11%	0,06%	0,08%
Desapropriações de terras	9.601	0,25%	0,18%	0,20%	26.583	0,80%	0,43%	0,58%
Manejo de vegetação	9.065	0,24%	0,17%	0,19%	14.242	0,43%	0,23%	0,31%
	25.741	0,68%	0,49%	0,53%	61.952	1,87%	1,01%	1,36%
Indicadores do corpo funcional								
Empregados no final do período	781				791			
Escolaridade dos empregados								
Superior e extensão universitária	382				394			
Ensino médio	399				390			
Faixa etária dos empregados								
Abaixo de 30 anos	111				88			
De 30 até 45 anos	484				515			
Acima de 45 anos	186				176			
Admissões durante o ano	131				158			
Mulheres que trabalham na empresa	167				177			
Negros que trabalham na empresa	149				141			
Portadores de deficiências físicas	11				8			
Estagiários	1				5			
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial								
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	29,1				21,0			
Acidentes de trabalho	-				-			

Análise do Resultado Consolidado

Os resultados do período de três meses findo em 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentados com objetivo único e exclusivo de refletir nas divulgações dos saldos, os impactos do Ofício CVM 04/2020, de modo que tal reapresentação não altera o resultado anual de 2020 da Companhia divulgado em 22 de março de 2021.

Receita Operacional Líquida - IFRS

A Alupar e suas subsidiárias registraram Receita Líquida de **R\$ 1.127,9 mm** no 4T21, ante os **R\$ 2.275,3 mm** registrados no mesmo período do ano passado.

Receita Líquida (R\$ MM)							
	3T21	4T21	4T20	Var.%	2021	2020	Var.%
Receita de Transmissão de Energia	121,3	113,6	376,8	(69,8%)	431,6	591,2	(27,0%)
Receita de Infraestrutura	245,4	90,9	815,8	(88,9%)	1.032,9	3.241,7	(68,1%)
Receita de Remuneração do Ativo de Concessão	674,2	881,6	1.106,6	(20,3%)	3.541,0	2.266,3	56,2%
Receita de Suprimento de Energia	237,4	207,0	195,2	6,0%	797,6	645,9	23,5%
Receita Bruta – IFRS	1.278,3	1.293,1	2.494,4	(48,2%)	5.803,2	6.745,1	(14,0%)
Deduções	110,7	165,2	219,1	(24,6%)	569,0	604,3	(5,8%)
Receita Líquida IFRS	1.167,7	1.127,9	2.275,3	(50,4%)	5.234,2	6.140,7	(14,8%)

(a) redução de **R\$ 1.213,1 mm** no faturamento das transmissoras, principalmente pela:

(i) redução de **R\$ 724,9 mm** na **Receita de Infraestrutura**, conforme abaixo:

Transmissoras							
Receita de Infraestrutura	ETB	TPE	TCC	ESTE	TSM	Demais Transmissoras	Total
4T21	-	-	-	2,0	83,8	5,1	90,9
4T20	138,3	179,7	129,4	149,9	271,8	(53,2)	815,8
Variações	(138,3)	(179,7)	(129,4)	(147,8)	(188,0)	58,2	(724,9)

(ii) redução de **R\$ 225,0 mm** na **Receita de Remuneração do Ativo da Concessão** e de **R\$ 263,2 mm** na **Receita de Transmissão de Energia**.

Com base nas orientações do Ofício-Circular nº 4 que orienta quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 (IFRS 15) do CPC48 (IFRS 9), divulgado pela CVM em dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas reavaliaram as premissas de cálculo das margens de construção e O&M e as taxas de remuneração, já consideradas na adoção inicial do CPC 47. Deste modo, parte desta adequação foi contabilizada no 4T20.

(b) aumento de **R\$ 11,8 mm** na **Receita de Suprimento de Energia**, conforme tabela abaixo:

Faturamento	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
4T21												
Contrato Bilateral ACR	482.907	177,87	85.895							482.907	177,87	85.895
Contrato Bilateral ACL	255.655	246,41	62.995				(88.099)	220,27	(19.405)	167.556	260,15	43.590
Comercialização	195.298	208,39	40.698	200.225	123,39	24.706				395.523	165,36	65.404
Partes Relacionadas	80.496	410,38	33.034	9.413	149,05	1.403	(89.909)	383,02	(34.437)	-	-	0
CCEE/Ajustes			11.890			242						12.132
Impostos												-
Total			234.512			26.351			(53.843)			207.020
4T20												
Contrato Bilateral ACR	481.843	166,31	80.137							481.843	166,31	80.137
Contrato Bilateral ACL	166.313	255,97	42.571				(88.099)	202,08	(17.803)	78.214	316,67	24.768
Comercialização	210.417	205,92	43.330	226.476	158,83	35.971				436.893	181,51	79.301
Partes Relacionadas	42.506	184,98	7.863	6.624	246,07	1.630	(49.130)	193,20	(9.492)	-	-	-
CCEE/Ajustes			8.780			1.985						10.764
Impostos			247									247
Total			182.928			39.586			(27.295)			195.219
Variações			51.584			(13.235)			(26.548)			11.801

Custos dos Serviços - IFRS

No 4T21, os Custos dos Serviços totalizaram **R\$ 340,6 mm**, 51,5% inferior aos **R\$ 702,8 mm** apurados no 4T20.

Segue abaixo as principais variações nesse grupo de contas:

(a) redução de **R\$ 284,3 mm** nos **Custos de Infraestrutura**. Abaixo as principais variações:

Custo de Infraestrutura	Transmissoras						Demais Transmissoras	Total
	ETB	TPE	TCC	TSM	ESTE			
4T21	-	-	1,9	195,5	61,1		7,0	265,5
4T20	16,8	149,9	116,4	181,9	75,7		9,3	549,8
Variações	(16,8)	(149,9)	(114,5)	13,7	(14,6)		(2,3)	(284,3)

(b) redução de **R\$ 73,5 mm** nos **Custos dos Serviços Prestados**, conforme abaixo:

(-) **R\$ 10,9 mm** na transmissora ENTE, uma vez que no 4T20 ocorreram investimentos extraordinários referentes à internalização da operação e manutenção que eram antes terceirizados. Como estes investimentos não tem receita atrelada, não são contabilizados como custo de infraestrutura.

(-) **R\$ 62,8 mm** nas usinas, em razão da assinatura dos Termos de Aceitação, conforme as Resoluções Homologatórias nº 2.919 e nº 2.932 que homologaram os prazo de extensão das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Segue abaixo a abertura do reconhecimento financeiro por usina:

Ativo	EXTENSÃO OUTORGAS					Impacto Financeiro Direito de Extensão
	Assinatura Contrato / Autorização	Resolução Homologatória	Extensão (nº dias)	Final Concessão		
Queluz	07/04/2004	nº 2.919	1.467	13/04/2038		R\$ 5,6 mm
Lavrinhas	07/04/2004	nº 2.919	1.468	14/04/2038		R\$ 7,0 mm
Verde 08	24/10/2012	nº 2.919	161	23/11/2044		R\$ 0,7 mm
Foz do Rio Claro	15/08/2006	nº 2.932	1.953	20/12/2046		R\$ 18,9 mm
Ijuí	15/08/2006	nº 2.932	1.648	18/02/2046		R\$ 13,1 mm
Ferreira Gomes	09/11/2010	nº 2.932	584	16/06/2047		R\$ 17,4 mm
Total						R\$ 62,8 mm

(c) redução de **R\$ 13,2 mm** na **Energia Comprada para Revenda**, conforme tabela abaixo:

Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado			
	4T21	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Comercialização	(136.373)	193,48	(26.386)	(44.160)	207,00	(9.141)					(180.533)	196,79	(35.527)
CCEE/Ajustes			(2.008)										(2.008)
Partes Relacionadas	(9.413)	149,11	(1.404)	(168.595)	311,04	(52.439)	178.008	302,47	53.843				
Impostos			(333)			3.136							2.803
Total			(30.130)			(58.444)			53.843				(34.731)

Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado			
	4T20	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Comercialização	(107.496)	183,33	(19.707)	(102.550)	219,22	(22.481)					(210.046)	200,85	(42.188)
CCEE/Ajustes			(10.190)			(261)							(10.451)
Partes Relacionadas	(7.353)	248,19	(1.825)	(129.876)	196,12	(25.471)	137.230	198,90	27.295				
Reclassificação													-
Impostos			797			3.931							4.728
Total			(30.925)			(44.282)			27.295				(47.912)
Variações			795			(14.162)			26.548				13.181

(d) aumento de **R\$ 7,6 mm** na conta **Depreciação / Amortização**, sendo:

(+) **R\$ 6,4 mm** na linha **Depreciação**, principalmente pelo aumento de R\$ 5,2 mm na UHE La Virgen, em razão da entrada em operação comercial do ativo e;

(+) **R\$ 1,2 mm** na conta **Amortização**, proveniente do reconhecimento da amortização do direito de extensão de Outorgas, contabilizada no ativo intangível;

O custo caixa, excluindo o custo de infraestrutura (Capex) e a depreciação/amortização, totalizou **R\$ 40,3 mm** (3,6% da Receita Líquida), ante os **R\$ 125,7 mm** (5,5% da Receita Líquida) registrados no mesmo período do ano passado.

Segue abaixo a abertura dos Custos:

Custo dos Serviços	Custo dos Serviços R\$ (MM)				2021	2020	Var.%
	3T21	4T21	4T20	Var.%			
Custo dos Serviços Prestados	61,3	(5,3)	68,2	-	141,9	184,4	(23,1%)
Energia Comprada para Revenda	50,8	34,7	47,9	(27,5%)	146,2	141,8	3,1%
Encargos da Rede Elétrica - CUST	9,2	9,2	8,5	8,5%	34,6	32,8	5,5%
Recursos Hídricos - CFURH	1,8	1,6	1,1	42,6%	9,1	8,4	8,3%
Custo de Infraestrutura	163,9	265,5	549,8	(51,7%)	933,3	2.204,3	(57,7%)
Depreciação / Amortização	43,5	34,8	27,2	28,0%	134,5	127,8	5,2%
Total	330,6	340,6	702,8	(51,5%)	1.399,6	2.699,6	(48,2%)

Despesas Operacionais - IFRS

No 4T21, as Despesas Operacionais totalizaram **R\$ 44,5 mm**, ante os **R\$ 40,7 mm** apurados no 4T20.

Esta variação de **R\$ 3,8 mm** neste grupo de contas deve-se à:

(a) aumento de **R\$ 11,5 mm** na conta **Administrativas e Gerais**:

(+) **R\$ 2,8 mm** nas transmissoras Transleste, Transudeste e Transirapé, em razão da provisão dos honorários advocatícios de *success fee*;

(+) **R\$ 0,6 mm** nas transmissoras TPE, TCC e ETB, em razão das respectivas entradas em operação comercial;

(+) **R\$ 3,1 mm** na UHE La Virgen, em razão da entrada em operação comercial do ativo, em julho/21;

(+) **R\$ 3,0 mm** na Alupar – Holding, principalmente pela baixa contábil de projetos de geração que foram descontinuados.

(b) aumento de **R\$ 12,3 mmm** na Equivalência Patrimonial, exclusivamente pela variação no resultado da TNE, que totalizou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 1,1 mm, frente a ao prejuízo de R\$ 23,0 mm contabilizado no 4T20. Este prejuízo contabilizado no 4T20, deve-se às alterações de premissas de cálculo das margens de construção e O&M e das taxas de remuneração, já consideradas na adoção inicial do CPC 47, para adequação às determinações do Ofício-Circular nº 4, divulgado em 1º de dezembro de 2020 pela CVM.

(c) aumento de **R\$ 2,5 mm** na conta **Pessoal e Administradores**, em razão do aumento de R\$ 2,6 mm nas transmissoras TPE, TCC e ETB, devido a entrada em operação comercial dos ativos (ETB: out/20; TPE: out/20; TCC: mar/21).

Despesas Operacionais R\$ (MM)							
Despesas Operacionais	3T21	4T21	4T20	Var.%	2021	2020	Var.%
Administrativas e Gerais	14,8	23,6	12,1	94,8%	57,3	49,8	15,1%
Pessoal e Administradores	11,0	21,5	19,0	13,0%	71,5	63,7	12,2%
Equivalência Patrimonial	(1,1)	(0,5)	11,7	(104,6%)	(5,3)	9,2	(157,0%)
Outros	(46,8)	(1,1)	(3,8)	(70,9%)	(74,1)	(7,5)	890,0%
Depreciação / Amortização	0,9	1,1	1,6	(32,2%)	5,1	7,4	(31,1%)
Total	(21,3)	44,5	40,7	9,5%	54,6	122,6	(55,5%)

EBITDA - IFRS

No 4T21 o EBITDA totalizou **R\$ 778,7 mm**, ante os **R\$ 1.560,6 mm** registrados no 4T20.

A Margem EBITDA Ajustada atingiu 90,3%, ante os 90,4% apurados no 4T20.

Segue abaixo as principais variações no EBITDA:

(a) redução de **R\$ 1.201,3 mm** no **Faturamento**, em razão da: (i) redução de **R\$ 1.213,1 mm** na **Receita do Segmento de Transmissão de Energia** e; (ii) aumento de **R\$ 11,8 mm** na **Receita de Suprimento de Energia**. Para mais informações sobre as variações na Receita, favor verificar a seção “Receita Operacional Líquida - IFRS”;

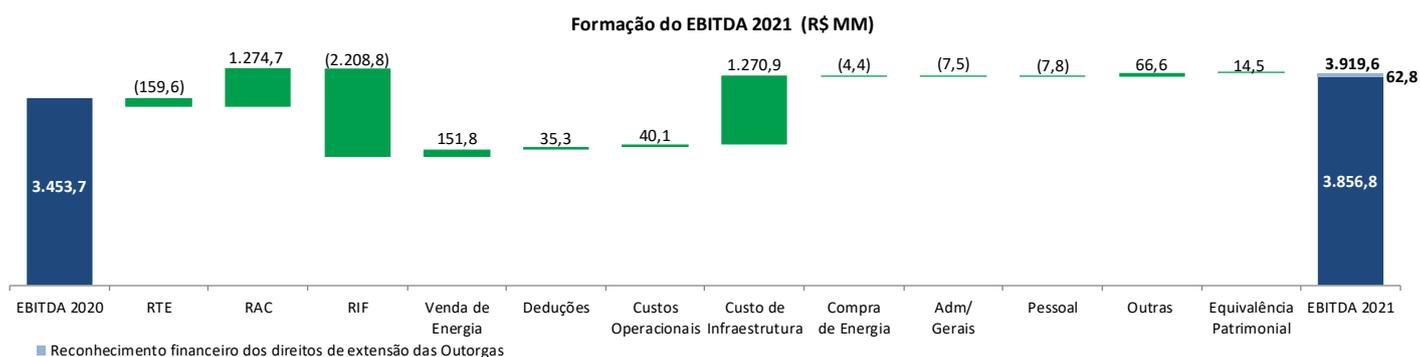
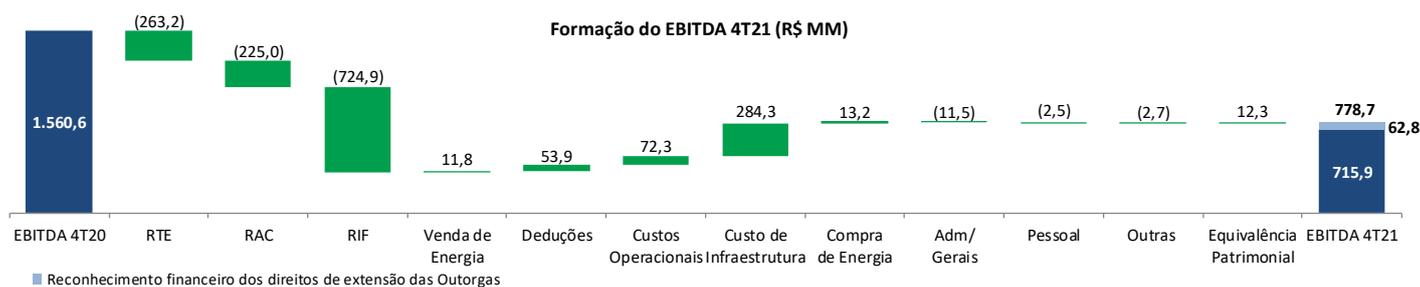
(b) redução de **R\$ 284,3 mm** nos **Custos de Infraestrutura**, conforme detalhado abaixo:

Custo de Infraestrutura	Transmissoras						Total
	ETB	TPE	TCC	TSM	ESTE	Demais Transmissoras	
4T21	-	-	1,9	195,5	61,1	7,0	265,5
4T20	16,8	149,9	116,4	181,9	75,7	9,3	549,8
Variações	(16,8)	(149,9)	(114,5)	13,7	(14,6)	(2,3)	(284,3)

Segue abaixo a formação do EBITDA:

	EBITDA - IFRS (R\$ MM)				2021	2020	Var.%
	3T21	4T21	4T20	Var.%			
Receita Líquida - IFRS	1.167,7	1.127,9	2.275,3	(50,4%)	5.234,2	6.140,7	(14,8%)
Custos Operacionais	(72,3)	(5,5)	(77,8)	(92,9%)	(185,6)	(225,7)	(17,7%)
Custo de Infraestrutura	(163,9)	(265,5)	(549,8)	(51,7%)	(933,3)	(2.204,3)	(57,7%)
Compra de Energia	(50,8)	(34,7)	(47,9)	(27,5%)	(146,2)	(141,8)	3,1%
Despesas Operacionais	21,0	(44,0)	(27,3)	60,9%	(54,8)	(106,1)	(48,4%)
Equivalência Patrimonial	1,1	0,5	(11,7)	-	5,3	(9,2)	-
EBITDA	902,8	778,7	1.560,6	(50,1%)	3.919,6	3.453,7	13,5%
Margem EBITDA	77,3%	69,0%	68,6%	0,4 p.p	74,9%	56,2%	18,7 p.p
Margem EBITDA Ajustada*	89,9%	90,3%	90,4%	(0,1 p.p)	91,1%	87,7%	3,4 p.p

*Subtraído da receita líquida o capex realizado (custo de infraestrutura)



Notas: RTE – Receita de Transmissão de Energia / RAC – Receita de Remuneração do Ativo da Concessão / RIF – Receita de Infraestrutura

Resultado Financeiro

Totalizou **R\$ (216,6) mm** no 4T21, ante os **R\$ (203,3) mm** registrados no mesmo período do ano anterior.

Esta variação no resultado financeiro é explicada principalmente pela:

(a) aumento de **R\$ 43,0 mm** nas Receitas Financeiras, sendo:

(+) **R\$ 18,1 mm** na Alupar Holding, basicamente pelo aumento da taxa média dos depósitos interfinanceiros (“CDI”), que registrou 1,82% no acumulado do 4T21, ante os 0,46% no acumulado do 4T20;

(+) **R\$ 18,4 mm** nas PCHs Queluz e Lavrinhas, em razão dos juros / atualização monetária sobre as contas a receber de clientes, referente ao saldo de faturas em aberto e;

(+) **R\$ 9,1 mm** na UHE Foz do Rio Claro, decorrente da receita com aplicações financeiras proveniente do caixa obtido com a captação da 1ª emissão de debêntures.

(b) aumento de **R\$ 56,3 mm** nas Despesas Financeiras, sendo os principais impactos:

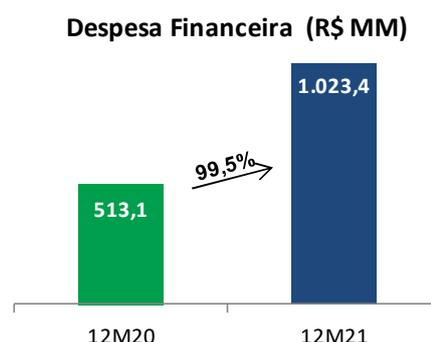
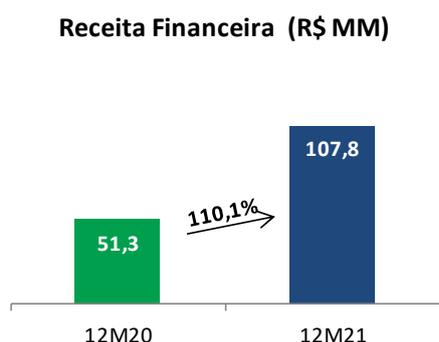
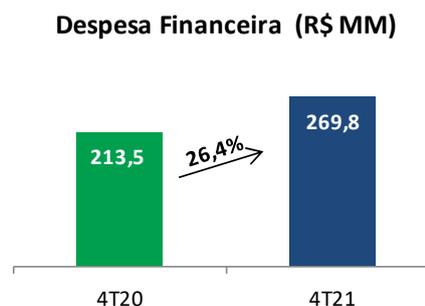
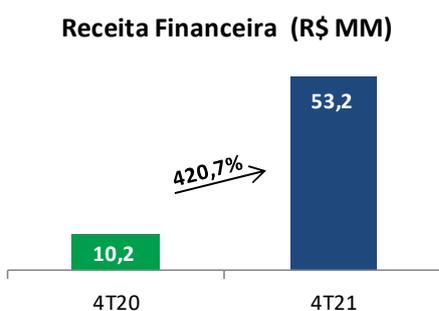
(+) **R\$ 78,0 mm** em razão das entradas em operação comercial das transmissoras TPE e ETB (out/20), TCC (março/21) e TSM (dez/21), que impactaram esta conta em R\$ 25,7 mm, R\$ 9,0 mm, R\$ 41,3 mm e R\$ 2,0 mm, respectivamente;

(+) **R\$ 12,3 mm** na UHE Foz do Rio Claro, em razão da 1ª emissão de debêntures, em outubro/21, no montante de R\$ 600,0 mm, ao custo de CDI +1,70%;

(+) **R\$ 4,6 mm** na UHE Ferreira Gomes, principalmente, em razão do aumento de **R\$ 3,1 mm** na linha Outras Despesas Financeiras, dada a atualização do UBP (Uso do Bem Público), em função da extensão do prazo de concessão;

(-) **R\$ 43,5 mm** nas PCHs Queluz e Lavrinhas, dado que no 4T20 foi contabilizada uma despesa financeira de R\$ 43,4 mm referente à atualização monetária do passivo do GSF, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (“IGP-M”), o que não ocorreu neste trimestre, dada a quitação deste passivo no 1T21 e;

(-) **R\$ 12,4 mm** na UHE La Virgen, decorrente da variação cambial entre os períodos (efeito não caixa).



Lucro Líquido – IFRS

No 4T21, o lucro líquido totalizou **R\$ 219,3 mm**, ante ao **R\$ 461,2 mm** registrados no 4T20.

Essa variação é resultado:

(a) redução de **R\$ 781,9 mm** no **EBTIDA**, conforme detalhado anteriormente na seção “EBITDA – IFRS”;

(b) crescimento de **R\$ 13,3 mm** no **Resultado financeiro**, conforme detalhado na seção acima;

(c) redução de **R\$ 214,1 mm** no **IR/CSLL**, conforme detalhado abaixo:

IR / CSLL (Corrente / Diferido)	ETB	TPE	TSM	ESTE	EATE	EBTE	Demais Transmissoras	Holdings	Geradoras	Serviço	Total
4T21	11,7	26,9	26,5	(13,6)	22,9	4,1	52,0	(6,7)	45,5	0,4	169,9
4T20	60,1	138,5	26,1	23,6	62,7	(26,4)	93,0	0,0	6,2	0,1	383,9
Variações	(48,3)	(111,6)	0,4	(37,2)	(39,8)	30,5	(40,9)	(6,8)	39,3	0,3	(214,1)

(d) redução de **R\$ 346,3 mm** na **% Minoritários**, sendo os principais impactos:

(i) queda de **R\$ 367,5 mm** no segmento de transmissão:

O resultado do 4T20 foi impactado positivamente, dado que o resultado das alterações de premissas de cálculo das margens de construção e O&M e das taxas de remuneração, para adequação às determinações do Ofício-Circular CVM 04/2020, foi contabilizado parcialmente naquele trimestre.

(ii) aumento de **R\$ 21,3 mm** no segmento de geração, principalmente pelo:

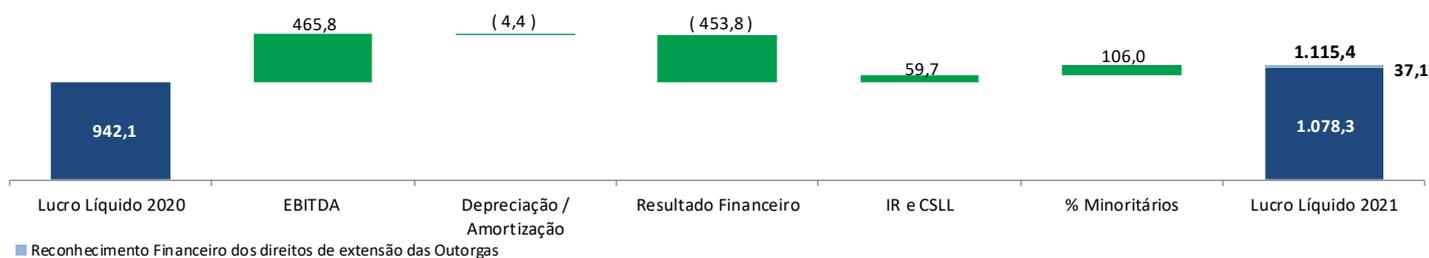
(+) **R\$ 20,0 mm** nas PCHs Queluz e Lavrinhas em razão do crescimento nos resultados das usinas. No 4T20 o resultado das PCHs foi impactado negativamente pela contabilização das despesas financeiras, no montante de **R\$ 43,4 mm**, referente à atualização monetária do passivo do GSF, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (“IGP-M”), o que não ocorreu neste trimestre, dada a quitação deste passivo no 1T21.

Segue abaixo a formação do Lucro Líquido:

Formação do Lucro 4T21 (R\$ MM)



Formação do Lucro 2021 (R\$ MM)



Destinação de Resultados

Dividendos: Em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia recomendou a distribuição de dividendos no montante de **R\$ 360.435.620,29**, correspondente a **R\$ 0,41** por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a **R\$ 1,23** por Unit.

Os dividendos serão pagos conforme abaixo e as ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 12 de abril de 2022:

- **31.05.2022:** Montante de R\$ 131.866.690,35 correspondente a **R\$ 0,15** por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a **R\$ 0,45** por Unit
- **31.08.2022:** Montante de R\$ 131.866.690,35 correspondente a **R\$ 0,15** por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a **R\$ 0,45** por Unit
- **30.11.2022:** Montante de R\$ 96.702.239,59 correspondente a **R\$ 0,11** por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a **R\$ 0,33** por Unit

De acordo com o artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores:

(i) importância destinada à constituição de reserva legal e;

(ii) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o seu item II possibilita que o valor do dividendo mínimo obrigatório a ser pago seja limitado ao valor do lucro líquido que tiver sido realizado, sendo a diferença não paga registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei).

Para o exercício de 2021, a Administração da Companhia apurou que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (não realizado), desta forma, constituiu Reserva de Lucros a Realizar de 50% do lucro líquido do exercício, que correspondem ao dividendo mínimo obrigatório desse exercício, no montante de R\$529.816, conforme abaixo:

31/12/2021	R\$ MM
Lucro líquido do exercício	1.115.401
(-) Reserva legal (5%)	(55.770)
Saldo disponível para destinação	1.059.631
Destinação para Reserva de Lucros a Realizar	529.816
Dividendos obrigatórios	-
<u>Lucro remanescente a disposição da Assembléia</u>	<u>529.815</u>

Adicionalmente, durante o exercício de 2021, a Companhia realizou o montante de R\$ 360.435.620,29, dos R\$ 422.029.063,83 destinados a Reserva de Lucros a Realizar no exercício de 2020, mediante o recebimento de dividendos de suas controladas e efetuou a reclassificação deste montante para a rubrica de "Dividendos a Pagar", conforme determina o artigo 202 item III da Lei nº 6.404/76.

Investimentos

Em 2021 foram realizados investimentos totais da ordem de **R\$ 1.165,2 mm** em nossas empresas, sendo R\$ 1.024,1 mm investidos no segmento de transmissão, R\$ 138,4 mm no segmento de geração, e R\$ 2,7 mm no desenvolvimento de novos negócios, ante os **R\$ 2.391,7 mm** registrados em 2020, quando R\$ 2.310,4 mm foram investidos no segmento de transmissão, R\$ 79,6 mm foram investidos no segmento de geração e R\$ 1,6 mm no desenvolvimento de novos negócios.

O volume de investimentos realizados em 2021 reflete, principalmente, a implantação dos ativos de transmissão ESTE, TCE, TCC e TSM (TCC e TSM já estão em operação) que juntos totalizaram **R\$ 1.000,1 mm** e do ativo de geração eólica Agreste Potiguar que totalizou **R\$ 85,4 mm**.

	Investimentos (R\$ MM)			
	4T21	4T20	2021	2020
Transmissão*	260,2	598,2	1.024,1	2.310,4
ELTE	6,6	0,3	10,4	1,8
TCC	1,9	116,4	149,8	444,1
TPE	-	149,9	0,0	673,3
TCE	(5,4)	48,4	90,8	106,1
ESTE	61,1	75,7	281,6	245,1
TSM	195,5	181,9	477,9	391,3
EDTE	-	-	-	40,9
ETB	-	16,8	4,8	368,2
ETES	-	4,6	-	22,9
ETSE	-	4,6	-	14,9
Outros	0,4	0,3	8,9	1,8
Geração	81,7	35,9	138,4	79,6
La Virgen**	(0,3)	37,3	37,9	64,3
Eol. Agreste Potiguar	77,4	0,5	85,4	1,8
Outros	4,5	(1,9)	15,1	13,5
 Holding	0,2	0,9	2,7	1,6
Total	342,0	635,0	1.165,2	2.319,7

*Com exceção da TCE o valor do investimento das transmissoras é exatamente o valor contabilizado como custo de infraestrutura.

**A inversão de sinal deve-se a baixa de provisões feitas durante a construção do projeto que entrou em operação escalonado até julho de 2021.

Endividamento

Alupar – Holding:

No 4T21, a dívida bruta da Alupar – Holding totalizou **R\$ 659,5 mm**, ante os **R\$ 816,8 mm** registrados em dez/20.

Esta variação é explicada pela:

- (i) provisão de encargos, totalizando **R\$ 12,9 mm**;
- (ii) provisão de variação monetária, no montante de **R\$ 33,5 mm**;
- (iii) amortização do principal da VI emissão de debêntures, no momontante de **R\$ 168,3 mm** e;
- (iii) amortização de encargos da VI e VII emissão de debêntures, totalizando **R\$ 35,5 mm**.

As disponibilidades e investimentos de curto prazo da Alupar - Holding totalizaram **R\$ 520,9 mm**, R\$ 224,0 mm inferior aos **R\$ 744,9 mm** registrados em dez/20. Esta variação é explicada principalmente pelo:

- (i) recebimento de dividendos das subsidiárias no montante de **R\$ 692,0 mm**;
- (ii) pagamento de dividendos no total de **R\$ 246,1 mm**;
- (iii) pagamento de principal e juros, no montante de **R\$ 203,7 mm**;
- (iv) aquisição de participação no montante de **R\$ 108,4 mm** (FRC: R\$ 86,2 mm) / (TCC: R\$ 22,1 mm) e;
- (v) aportes de **R\$ 478,4 mm** realizados nos projetos. Abaixo os principais:
 - (v.i) **R\$ 95,0 mm** na transmissora ELTE;
 - (v.ii) **R\$ 64,4 mm** na transmissora TCC;
 - (v.iii) **R\$ 106,5 mm** na transmissora TSM;
 - (v.iv) **R\$ 10,7 mm** na transmissora TPE;
 - (v.v) **R\$ 79,1 mm** para Alupar Peru, responsável pela implantação da UHE La Virgen e;
 - (v.vi) **R\$ 99,9 mm** nos parques São João e Santa Régia (Agreste Potiguar).

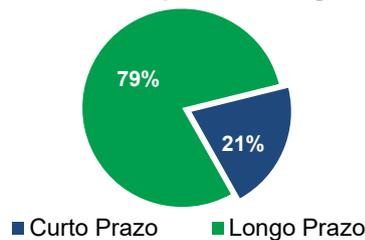


A dívida bruta da Alupar – Holding consiste na VII emissão de debêntures, indexada por CDI, com um perfil bem alongado, sendo seus vencimentos alocados entre 2024 e 2025. Abaixo o perfil da dívida da Alupar – Holding:

Perfil da Dívida Alupar - Holding dez/21



Perfil da Dívida Alupar - Holding dez/20



Para mais informações sobre o Endividamento da Alupar - Holding, favor verificar as Notas Explicativas 19 “Empréstimos e Financiamentos” e 20 “Debêntures” das demonstrações financeiras de 2021.

Consolidado:

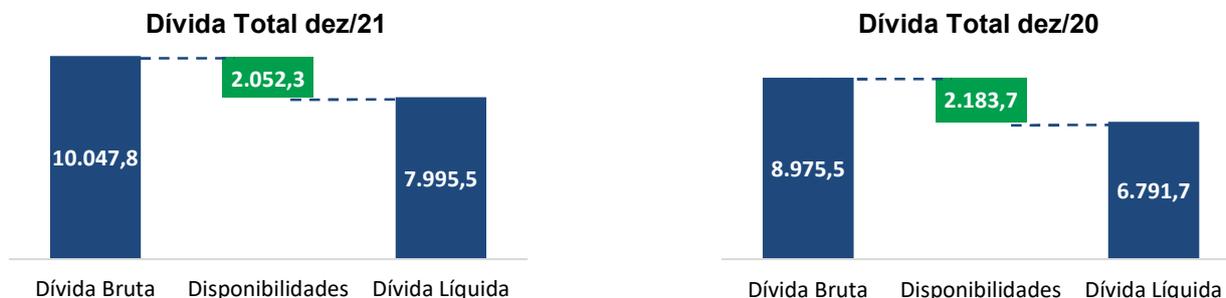
A dívida bruta consolidada da Alupar e suas subsidiárias totalizou **R\$ 10.047,8 mm** no 4T21, ante os **R\$ R\$ 8.975,5 mm** apurados em dez/20. Esta variação é explicada principalmente pela:

- (i) redução de **R\$ 157,3 mm** na Alupar - Holding, conforme explicado anteriormente;
- (ii) provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando **R\$ 1.042,8 mm**;
- (iii) pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de **R\$ 589,1 mm**;
- (iv) amortização de principal das dívidas das subsidiárias, no montante de **R\$ 727,0 mm**;
- (v) aumento de **R\$ 31,0 mm**, decorrente da variação cambial nas dívidas da UHE La Virgen e da PCH Morro Azul (Risaralda) e;
- (vi) novas captações, no montante de **R\$ 1.471,9 mm**, sendo as principais nas empresas EBTE (R\$ 50,0 mm), ETEP (R\$ 49,8 mm), ECTE (R\$ 49,8 mm), EATE (R\$ 199,4 mm), Transirapé (R\$ 50,0 mm), TCE (R\$ 242,0 mm), Alupar Colômbia (R\$ 36,6 mm) (2ª tranche do empréstimo captado junto ao banco Santander), Alupar Peru (R\$ 194,9 mm) e Foz do Rio Claro (R\$ 599,4 mm).

As disponibilidades (caixa equivalente de caixa / investimentos de curto prazo / títulos e valores mobiliários) totalizaram **R\$ 2.052,3 mm** no 4T21, ante os **R\$ 2.183,7 mm** registrados em dez/20. Esta variação de **R\$ 131,4 mm** no caixa, deve-se, principalmente:

- (i) redução de **R\$ 224,0 mm** na Alupar – Holding, conforme explicado anteriormente;
- (ii) redução de **R\$ 306,0 mm** no caixa das transmissoras TSM e ESTE, decorrente dos investimentos realizados para implantação dos ativos e;
- (iii) aumento de **R\$ 476,1 mm** no caixa da UHE Foz do Rio Claro, em razão da captação da 1ª emissão de debêntures, em outubro/21, no montante de R\$ 600,0 mm.

A dívida líquida registrada no 4T21 totalizou **R\$ 7.995,5 mm**, ante os **R\$ 6.791,7 mm** registrados em dez/20.



No 4T21 a dívida de curto prazo totalizou **R\$ 951,2 mm** (9,5% da dívida total), ante os **R\$ 823,6 mm** registrados em dez/20.

Dos 9,5% da dívida de curto prazo, 26,1% ou R\$ 248,0 mm são referentes a empréstimos ponte.

Da dívida bruta consolidada: (i) **R\$ 659,5 mm** referem-se à Alupar – Holding; (ii) **R\$ 8.541,4 mm** estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e; (iii) **R\$ 846,9 mm** referem-se aos projetos em implantação, sendo:

R\$ 347,3 mm para implantação da transmissora TCE (Colômbia);

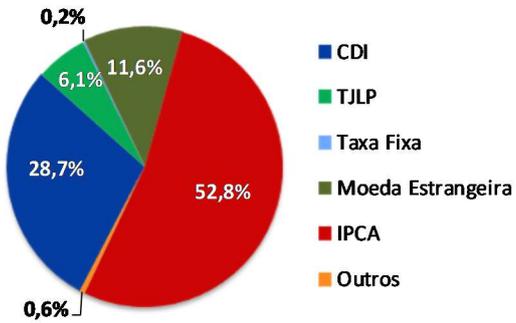
R\$ 499,6 mm para implantação da transmissora ESTE;

No 4T21, as emissões de debêntures corresponderam a **R\$ 7.660,2 mm** ou 76% da dívida total. As debêntures de emissões da: (i) Alupar - Holding representam um saldo de **R\$ 659,5 mm**; (ii) das subsidiárias em operação totalizaram **R\$ 6.501,0 mm** e; (iii) dos projetos em implantação registraram um saldo de **R\$ 499,6 mm**.

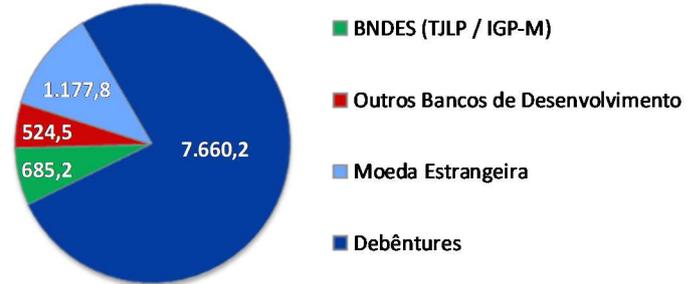
A dívida em moeda estrangeira totalizou **R\$ 1.177,8 mm** ou 11,7% do total da dívida, sendo que a mesma está alocada nos projetos de geração e transmissão no Peru e na Colômbia.



Composição Dívida Total por Indexador (%)

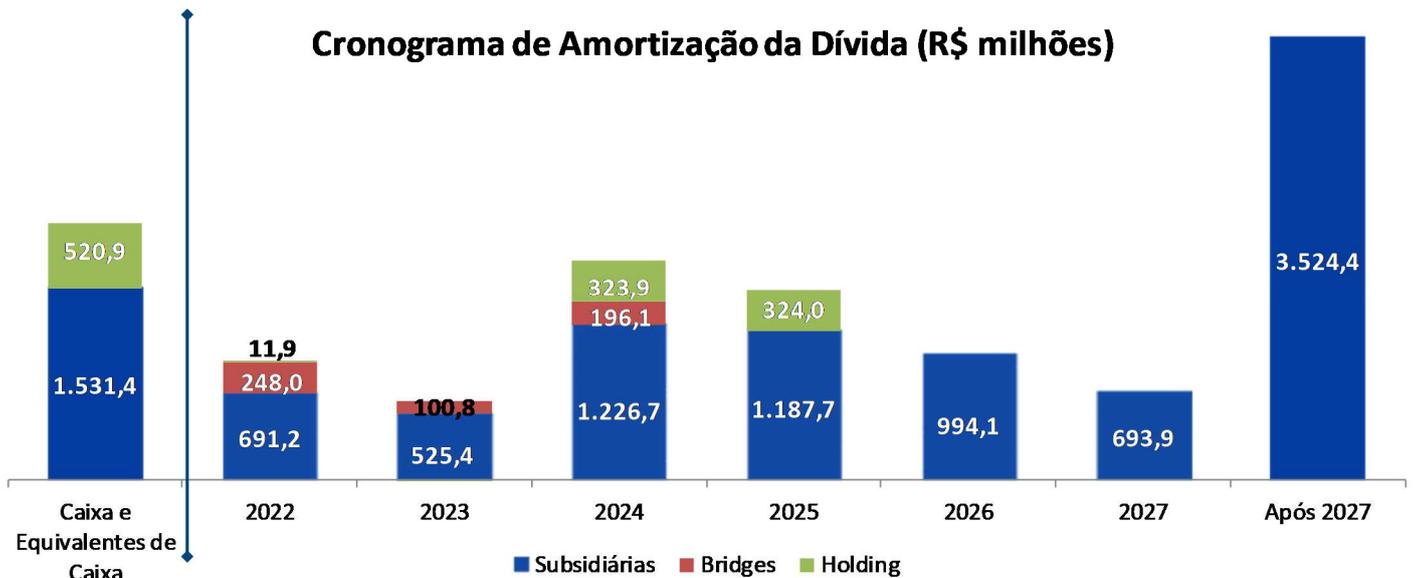


Composição da Dívida Total (Em milhares de R\$)



O perfil de dívida consolidada da Alupar é bastante alongado, compatível com a natureza de baixo risco de negócios da Companhia, alta previsibilidade de receitas e forte geração de caixa operacional dos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica.

Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



BRIDGES (MM)	2022	2023	2024
La Virgen / Alupar Inversiones	R\$ 0,8	R\$ 100,8	R\$ 196,1
TCE / Alupar Colômbia	R\$ 247,2	-	-
TOTAL	R\$ 248,0	R\$ 100,8	R\$ 196,1

Fitch Ratings

- ✓ Corporativo (escala nacional) **AAA**
- ✓ Escala Internacional **BB**

Notas Explicativas**Alupar Investimento S.A.**

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo					
Circulante	912.364	1.221.435	4.400.677	4.084.394	
Caixa e equivalentes de caixa	5	65.529	189.784	377.119	674.609
Investimentos de curto prazo	6	455.336	555.099	1.553.503	1.405.506
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	971	767
Contas a receber de clientes	8	10.452	32.179	391.698	415.353
Dividendos a receber	29	341.754	390.119	75	75
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	28	28.706	26.032	65.067	81.684
Outros tributos compensáveis		771	5.191	33.735	59.476
Estoques		-	-	8.245	7.856
Despesas pagas antecipadamente		30	63	8.251	5.828
Cauções e depósitos judiciais	21	-	-	384	384
Ativo contratual da concessão	9	-	-	1.701.139	1.290.362
Outros ativos		9.786	22.968	260.490	142.494
Não circulante	6.709.736	5.631.368	21.319.255	18.492.116	
<u>Realizável a longo prazo</u>	<u>216.329</u>	<u>104.459</u>	<u>16.176.533</u>	<u>13.486.495</u>	
Contas a receber de clientes	8	-	-	24.533	20.903
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	120.695	102.852
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	28	-	-	3.489	3.187
Outros tributos compensáveis		-	-	24.867	3.640
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	20.207	6.688
Despesas pagas antecipadamente		-	-	11.303	9.203
Cauções e depósitos judiciais	21	815	778	15.478	15.333
Ativo contratual da concessão	9	-	-	15.902.984	13.310.348
Adiantamento para futuro aumento de capital	29	215.433	103.600	-	-
Outros ativos		81	81	52.977	14.341
Investimentos em controladas	10	6.291.324	5.334.961	-	-
Investimento em controlada em conjunto	10	143.189	127.734	143.189	127.734
Propriedades para investimento		7.731	7.731	7.731	7.731
Imobilizado	12	1.850	2.189	4.710.238	4.672.156
Intangível	13	49.313	54.294	281.564	198.000
Total do Ativo	7.622.100	6.852.803	25.719.932	22.576.510	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**Alupar Investimento S.A.**

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo				
Circulante	420.577	449.186	2.447.555	2.290.153
Empréstimos e financiamentos	19	-	634.414	363.798
Debêntures	20	11.945	316.779	459.821
Fornecedores	14	41.452	198.387	385.127
Salários, férias e encargos sociais		6.421	44.866	57.783
Imposto de renda e contribuição social a pagar	28	-	65.553	63.642
Encargos regulatórios	17	-	54.596	58.781
Outros tributos a pagar		101	50.399	49.274
Passivo de arrendamento		195	9.706	7.392
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	18	-	138.539	100.012
Dividendos a pagar	29	360.439	568.412	509.475
Adiantamentos de clientes		-	2.444	1.456
Provisão para compensações ambientais	15	-	7.475	13.720
Provisões para constituição dos ativos	16	-	324.502	180.958
Provisões para contingências	21	-	-	2.712
Outras obrigações		24	31.483	36.202
Não circulante	650.286	653.499	13.270.654	11.341.675
Empréstimos e financiamentos	19	-	1.753.179	2.155.652
Debêntures	20	647.591	7.343.384	5.996.185
Passivo de arrendamento		1.044	38.707	28.300
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	36.941	292
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	2.571.980	1.925.824
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	18	-	1.426.080	1.155.830
Provisão para compensações ambientais	15	-	23.116	19.213
Provisões para constituição dos ativos	16	-	17.094	9.227
Provisões para contingências	21	1.651	6.152	15.750
Outras obrigações		-	54.021	35.402
Total do Passivo	1.070.863	1.102.685	15.718.209	13.631.828
Patrimônio líquido	22	6.551.237	10.001.723	8.944.682
Capital social subscrito e integralizado		2.981.996	2.981.996	2.981.996
(-) Gastos com emissão de ações		(65.225)	(65.225)	(65.225)
Reserva de capital		81.259	81.259	20.515
Reservas de lucros		3.482.342	3.482.342	2.727.379
Outros resultados abrangentes		70.865	70.865	85.453
Participação dos acionistas não controladores	11	-	3.450.486	3.194.564
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.622.100	25.719.932	22.576.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**Alupar Investimento S.A.**

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Receita de operação e manutenção, Infraestrutura e Suprimento de Energia	124.265	109.042	2.049.039	4.077.236	
Remuneração financeira do ativo de concessão	-	-	3.185.169	2.063.509	
Receita operacional líquida	24	124.265	109.042	5.234.208	6.140.745
Energia comprada para revenda	25	(132.404)	(153.154)	(146.165)	(141.772)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		-	-	(34.599)	(32.795)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		-	-	(9.139)	(8.441)
Custo dos serviços prestados	26	(1.240)	(1.265)	(276.383)	(312.274)
Custo de infraestrutura	26	-	-	(933.340)	(2.204.273)
Custo do serviço		(133.644)	(154.419)	(1.399.626)	(2.699.555)
Lucro (prejuízo) bruto		(9.379)	(45.377)	3.834.582	3.441.190
Despesas e receitas operacionais					
Administrativas e gerais	26	(35.246)	(38.272)	(133.894)	(120.894)
Outras receitas	9	1.987	119	85.904	7.817
Outras despesas	9	-	-	(11.835)	(335)
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.128.061	1.055.917	5.255	(9.224)
		1.094.802	1.017.764	(54.570)	(122.636)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		1.085.423	972.387	3.780.012	3.318.554
Despesas financeiras		(48.150)	(54.217)	(1.023.368)	(513.053)
Receitas financeiras		78.128	23.918	107.823	51.314
Resultado financeiro	27	29.978	(30.299)	(915.545)	(461.739)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.115.401	942.088	2.864.467	2.856.815
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(110.751)	(104.121)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(630.900)	(697.189)
Tributos sobre o lucro	28	-	-	(741.651)	(801.310)
Lucro líquido do exercício		1.115.401	942.088	2.122.816	2.055.505
Atribuído aos acionistas controladores				1.115.401	942.088
Atribuído aos acionistas não controladores	11			1.007.415	1.113.417
Lucro básico e diluído por ação ON	23			1,26878	1,07164
Lucro básico e diluído por ação PN	23			1,26878	1,07164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**Alupar Investimento S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.115.401	942.088	2.122.816	2.055.505
Ajustes Acumulados de Conversão (i)	22	(14.588)	46.927	(17.420)
				46.629
Resultado abrangente do exercício	1.100.813	989.015	2.105.396	2.102.134
Atribuído aos acionistas controladores			1.100.813	989.015
Atribuído aos acionistas não controladores			1.004.583	1.113.119

(i) os montantes acumulados de variações cambiais relacionadas a ajustes de conversão de controladas no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício, apenas no momento da baixa de entidade no exterior, ou na perda de controle.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Notas Explicativas

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos					
Descrição											
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	2.981.996	(65.225)	20.515	229.790	422.029	2.075.560	-	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682
<u>Resultado abrangente</u>											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.115.401	-	1.115.401	1.007.415	2.122.816
Ajustes de conversão cumulativa do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(14.588)	(14.588)	(2.832)	(17.420)
<u>Transação de capital com os sócios</u>											
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.177	72.177
Ganho em transação entre sócios	-	-	60.744	-	-	-	-	-	60.744	-	60.744
Dividendos declarados	-	-	-	-	(360.436)	-	-	-	(360.436)	(565.605)	(926.041)
Redução de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.150)	(71.150)
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(184.055)	(184.055)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)	(28)	(30)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>											
Destinação da Reserva legal (nota 22)	-	-	-	55.770	-	-	(55.770)	-	-	-	-
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 22)	-	-	-	-	529.816	-	(529.816)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 22)	-	-	-	-	-	529.815	(529.815)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.981.996	(65.225)	81.259	285.560	591.409	2.605.373	-	70.865	6.551.237	3.450.486	10.001.723



Notas Explicativas

Alupar Investimento S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos					
Descrição											
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	2.981.996	(65.225)	15.450	182.686	220.689	1.628.067	-	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065
<u>Resultado abrangente</u>											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	942.088	-	942.088	1.113.417	2.055.505
Ajustes de conversão cumulativa do exercício	-	-	-	-	-	-	-	46.927	46.927	(298)	46.629
<u>Transação de capital com os sócios</u>											
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.381	101.381
Ganho em transação entre sócios	-	-	4.031	-	-	-	-	-	4.031	(4.031)	-
Dividendos declarados (nota 22)	-	-	-	-	(220.689)	-	(25.462)	-	(246.151)	(534.380)	(780.531)
Redução de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(450)	(450)
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.186)	(16.186)
Outras movimentações dos acionistas não controladores	-	-	1.034	-	-	-	-	-	1.034	(2.765)	(1.731)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>											
Destinação da Reserva legal (nota 22)	-	-	-	47.104	-	-	(47.104)	-	-	-	-
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 22)	-	-	-	-	422.029	-	(422.029)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 22)	-	-	-	-	-	447.493	(447.493)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.981.996	(65.225)	20.515	229.790	422.029	2.075.560	-	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Alupar Investimento S.A.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.115.401	942.088	2.864.467	2.856.815
Ajustes no lucro para:				
Depreciação e amortização	1.076	2.948	139.563	135.185
Resultado de equivalência patrimonial	(1.128.061)	(1.055.917)	(5.255)	9.224
Encargos de dívidas e juros de arrendamento	46.499	52.831	1.068.567	692.096
PIS, COFINS e Encargos regulatórios diferidos	-	-	302.803	422.635
Variações monetárias e cambiais líquidas	1.135	(828)	97.084	120.080
Receitas financeiras	(24.113)	(19.880)	(67.606)	(50.950)
Baixas de ativos	2.656	5.981	3.081	9.322
Recuperação de custo - GSF	-	-	(83.544)	-
Outros	(6.598)	(7)	(1.487)	1.394
	7.995	(72.784)	4.317.673	4.195.801
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber de clientes	21.727	8.738	20.025	(77.470)
Ativo contratual da concessão	-	-	(3.003.413)	(4.641.556)
Tributos a compensar	1.746	7.829	21.131	(7.063)
Estoques	-	-	(389)	2.589
Outros ativos	13.178	8.528	(161.300)	(43.731)
	36.651	25.095	(3.123.946)	(4.767.231)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	14.710	(28.395)	(196.542)	(59.543)
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	(4.185)	(1.292)
Salários, férias e encargos sociais	414	1.078	(12.917)	17.805
Tributos a recolher	(55)	45	3.036	5.245
Provisões de constituição dos ativos e compensações ambientais	-	-	149.069	122.175
Adiantamentos de clientes	-	-	988	(4.338)
Outros passivos	90	(70)	13.897	(26.528)
	15.159	(27.342)	(46.654)	53.524
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	59.805	(75.031)	1.147.073	(517.906)
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-	-	(91.894)	(86.900)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	59.805	(75.031)	1.055.179	(604.806)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital nas investidas	(265.528)	(111.904)	(10.200)	-
Pagamento pela aquisição de investimentos	(108.356)	(16.186)	(108.356)	(30.640)
Redução de capital em investimentos	39.764	-	-	-
Empréstimo com partes relacionadas	-	22.844	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital pagos	(212.852)	(162.293)	-	-
Resgate de aplicações financeiras	469.990	480.165	2.665.418	4.001.451
Investimentos em aplicações financeiras	(346.114)	(32.281)	(2.763.864)	(2.493.071)
Dividendos recebidos	692.041	449.805	-	-
Aquisições de imobilizado	(215)	(341)	(214.779)	(156.766)
Aquisições de intangível	(2.504)	(1.299)	(17.099)	(30.638)
	266.226	628.510	(448.880)	1.290.336
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	266.226	628.510	(448.880)	1.290.336
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital de acionistas não controladores	-	-	72.177	100.781
Redução de capital de acionistas não controladores	-	-	(71.150)	(450)
Adiantamento para futuro aumento de capital recebidos	-	-	36.529	-
Dividendos pagos	(246.149)	(202.195)	(879.174)	(655.655)
Arrendamentos pagos	(407)	(602)	(11.788)	(6.934)
Ingresso de dívidas	-	-	1.471.894	773.803
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(35.452)	(41.767)	(624.565)	(419.222)
Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	(168.278)	(158.605)	(895.254)	(841.431)
	(450.286)	(403.169)	(901.331)	(1.049.108)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(450.286)	(403.169)	(901.331)	(1.049.108)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	-	-	(2.458)	12.983
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(124.255)	150.310	(297.490)	(350.595)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	189.784	39.474	674.609	1.025.204
Saldo no final do exercício	65.529	189.784	377.119	674.609
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(124.255)	150.310	(297.490)	(350.595)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Alupar Investimento S.A.



Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas				
Receita de operação e manutenção	-	-	431.639	591.201
Receita de infraestrutura	-	-	1.032.923	3.241.714
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	-	3.541.001	2.266.275
Suprimento de energia	136.929	119.853	797.636	645.875
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	249.224	98.564
Outras receitas	1.987	119	85.904	7.917
	138.916	119.972	6.138.327	6.851.546
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(132.404)	(153.154)	(146.165)	(141.772)
Encargos do uso da rede elétrica (CUST)	-	-	(34.599)	(32.795)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(9.139)	(8.441)
Custo de infraestrutura	-	-	(952.336)	(1.900.851)
Serviços de terceiros	(9.465)	(12.634)	(118.489)	(92.986)
Materiais	(147)	(122)	(22.000)	(43.873)
Outros custos operacionais	2.568	(420)	26.052	(27.258)
	(139.448)	(166.330)	(1.256.676)	(2.247.976)
(-) Depreciação e amortização	(1.076)	(2.948)	(140.517)	(135.872)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	1.128.061	1.055.917	5.255	(9.224)
Receitas financeiras	81.938	25.084	121.624	87.341
	1.209.999	1.081.001	126.879	78.117
Valor adicionado a distribuir	1.208.391	1.031.695	4.868.013	4.545.815
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	19.825	16.537	120.754	137.979
Benefícios	1.744	2.136	31.902	25.435
F.G.T.S	1.483	1.063	8.649	7.740
	23.052	19.736	161.305	171.154
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	21.482	15.254	1.344.924	1.431.338
Estaduais	-	-	4.509	43.843
Municipais	59	112	956	945
	21.541	15.366	1.350.389	1.476.126
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	46.487	52.789	1.112.967	772.599
Aluguéis	247	287	10.797	6.163
Outras despesas financeiras	1.663	1.429	109.739	64.268
	48.397	54.505	1.233.503	843.030
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	25.462	-	25.462
Lucros retidos	1.115.401	916.626	1.115.401	916.626
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.007.415	1.113.417
	1.115.401	942.088	2.122.816	2.055.505
	1.208.391	1.031.695	4.868.013	4.545.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”) e participa em entidades que detêm concessões e/ou autorizações de serviço de transmissão e geração de energia elétrica, além de entidades holdings e entidades que atuam em outras atividades, conforme detalhado a seguir:

• Transmissão de energia elétrica:

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
Controladas:									
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ('ETEP')	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01 12/06/31	25/08/02	323	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ('ENTE')	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02 11/12/32	12/02/05	464	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ('ERTE')	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02 11/12/32	15/09/04	179	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ('EATE')	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01 12/06/31	10/03/03	924	500	IGP-M	Sim	Não (*)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ('ECTE')	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00 01/11/30	26/03/02	253	525	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ('STN')	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04 18/02/34	01/01/06	541	500	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão ('Transleste')	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04 18/02/34	18/12/05	150	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transsudeste de Transmissão ('Transsudeste')	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05 04/03/35	23/02/07	140	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão ('Transirapé')	Irapé (MG) - Araçuí (MG)	012/2005	15/03/05 15/03/35	23/05/07	65	230	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ('STC')	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06 27/04/36	08/11/07	195	230	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica ('Lumitrans')	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04 18/02/34	03/10/07	51	525	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ('ETES')	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07 20/04/37	12/12/08	107	230	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ('EBTE')	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08 16/10/38	30/06/11	775	230	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ('ESDE')	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09 19/11/39	06/02/13	Subestação	138/345	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ('ETEM')	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10 12/07/40	16/12/11	235	230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. ('ETVG')	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10 12/12/40	23/12/12	Subestação	138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A. ('ETSE')	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12 10/05/42	01/12/14	Subestação	230/525 138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. ('ELTE')	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14 05/09/44	Pré Operacional	SE+40 Km	230/345	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. ('ETAP')	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16 02/09/46	06/04/19	SE+20 Km	500/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Capixaba S.A. ('ETC')	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	020/2016	02/09/16 02/09/46	23/09/19	Subestação	345/138	IPCA	Não	Sim
Transmissora Caminho do Café S.A. ('TCC')	Minas Gerais (MG) - Espírito Santo (ES)	006/2017	10/02/17 10/02/47	19/03/21	288	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Paraíso De Energia S.A. ('TPE')	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	002/2017	10/02/17 10/02/47	25/10/20	541	500	IPCA	Não	Sim
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ('ESTE')	Mesquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17 10/02/47	Pré Operacional	236	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ('TSM')	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17 11/08/47	23/12/21	330	500	IPCA	Não	Sim

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
Controladas:									
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ('TSM')	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17 11/08/47	23/12/21	330	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (**) ('TCE')	Virgínia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	28/11/16 Indefinido	Pré Operacional	200	500	IPP	Não	Sim
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ('EDTE')	Ibicoara (BA)- Ibicoara (BA)	015/2016	01/12/16 01/12/46	20/01/20	170	500	IPCA	Não	Sim
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. ('AETE')	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04 18/03/34	19/08/05	193	230	IGP-M	Sim	Não
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. ('TME')	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09 19/11/39	22/11/11	348	500/230	IPCA	Não	Sim
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ('ETB')	Bom Jesus da Lapa (BA)	011/2016	29/09/16 29/09/46	16/10/20	446	500	IPCA	Não	Sim
Controlada em conjunto:									
Transnorte Energia S.A. (***) ('TNE')	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12 25/01/42	Pré Operacional	715	500	IPCA	Não	Sim
Total em operação					6.738				
Total em construção					1.191				

(*) A EATE possui revisão tarifária periódica para RBNI (vide nota explicativa nº 9). (**) A concessão da TCE está localizada na Colômbia, desta forma, as regras regulatórias divergem das regras aplicáveis no Brasil. (***) A TNE entrou parcialmente em operação comercial, vide nota explicativa nº 1.3.

• Geração de energia elétrica:

Empresas ('abreviação')	Localização	Contrato de concessão / Autorização nº	Prazo da Outorga		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW
			Início	Fim			
Controladas:							
Foz do Rio Claro Energia S.A. ('Foz')	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	20/12/46	05/08/10	68,4	41,0
Ijuí Energia S.A. ('Ijuí')	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	18/02/46	29/03/11	51,0	30,4
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ('Lavrinhas')	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 e 716/2006	07/04/04	14/04/38	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ('Queluz')	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 e 715/2006	07/04/04	13/04/38	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A. ('Ferreira Gomes')	Rio Araguaí - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	16/06/47	04/11/14	252,0	153,1
Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A. ('GET')							
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*) ('Risarlada')	Rio Risarlada (PCH Morro Azul) - Colômbia	-	06/09/11	Indefinido	10/09/16	19,9	13,2
Verde 8 Energia S.A. ('Verde 8')	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	3,702/12; 4,684/14 e 5,953/16	24/10/12	23/11/44	31/03/19	30,0	18,7
Água Limpa S.A. ('Água Limpa')	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/14	18/07/14	18/07/49	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C. (*) ('La Virgen')	Rio Tarma - Perú	060/2005-EM - 029/2008-EM	12/10/05	Indefinido	15/05/2021	84,0	49,3
Eólica do Agreste Potiguar I S.A. ('EAP I')	Jandaira (RN)	RA nº 8.521	21/01/20	21/01/55	Pré Operacional	23,1	20,5
Eólica do Agreste Potiguar II S.A. ('EAP II')	Jandaira (RN)	RA nº 8.520	21/01/20	21/01/55	Pré Operacional	35,7	12,7
Eólica do Agreste Potiguar III S.A. ('EAP III')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	-	-
Eólica do Agreste Potiguar IV S.A. ('EAP IV')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	-	-
Eólica do Agreste Potiguar V S.A. ('EAP V')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	-	-
Eólica do Agreste Potiguar VI S.A. ('EAP VI')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	-	-
Eólica do Agreste Potiguar VII S.A. ('EAP VII')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	-	-
UFV Pitombeira S.A.	Aracati (CE)	-	-	-	Pré Operacional	-	-
Total em operação						664,0	399,4
Total em construção						81,8	45,1

(*) As concessões de Risarlada e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras regulatórias aplicáveis no Brasil.

• Holdings e outros segmentos:

Empresa ('abreviação')	Atividade
Controladas:	
Alupar Chile Inversiones SpA ("Alupar Chile")	Holding
Alupar Colombia S.A.S ("Alupar Colombia")	Holding - controladora da Risarlada e TCE
Alupar Inversiones Peru S.A.C. ("Alupar Peru")	Holding - controladora da La Virgen
Apaete Participações em Transmissão S.A. ("Apaete")	Holding - controladora da AETE
Transminas Holding S.A. ("Transminas")	Holding - participação societária na Transleste, Transudeste e Transirapé
Windepar Holding S.A. ("Windepar")	Holding - controladora da EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X
AF Energia S.A. ("AF")	Prestadora de serviços de operação e manutenção
ACE Comercializadora Ltda. ("ACE")	Comercializadora de energia elétrica

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



1.1 Impactos da COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Alupar tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em *home office* (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios das controladas da Alupar apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Atualmente, não há previsão de atraso nas construções em andamento que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do Imposto de renda diferido consolidado e para a análise de *impairment* de suas controladas.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia e suas controladas.

1.2 Repactuação do GSF (*Generation Scaling Factor*) – Geradoras hidrelétricas

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo dessa Lei é compensar essas geradoras hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. A compensação às geradoras hidrelétricas ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, limitada ao prazo de sete anos, e estará condicionada a desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis, não havendo previsão de pagamento de prêmio de risco.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



Em 1º de dezembro de 2020, a ANEEL efetuou a regulamentação dessa Lei por meio da Resolução Normativa nº 895, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas às geradoras participantes do MRE, considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

As controladas da Companhia que tiveram direito a essa repactuação são: Queluz, Lavrinhas, Ferreira Gomes, Verde 8, Foz do Rio Claro e Ijuí. Em 31 de dezembro de 2020, somente as controladas Queluz e Lavrinhas possuíam saldos de GSF a pagar, em decorrência de liminar obtida junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a qual suspendeu o pagamento do GSF do período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. As controladas Ferreira Gomes, Foz do Rio Claro e Ijuí desistiram das ações judiciais quando realizaram a repactuação do GSF do Ambiente de Contratação Regulado (ACR), ocorrida no exercício de 2015, desta forma, elas não possuem saldo a pagar. A controlada Verde 8 também não possui saldos em aberto de GSF, do período e 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018, pois entrou em operação comercial em março de 2019.

Na liquidação financeira da CCEE realizada em 9 de março de 2021, as controladas Queluz e Lavrinhas efetuaram o pagamento no montante de R\$182.111, dos valores em aberto referentes ao GSF (nota explicativa nº 14), utilizando os valores a receber em aberto, no montante de R\$60.154, decorrentes da inadimplência pelas liminares do GSF (nota explicativa nº 8), para abater da saída de caixa. O pagamento dos valores de GSF em aberto também é uma das condições precedentes para a repactuação do risco hidrológico.

Em 3 de agosto de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.919 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam 100% dos contratos de venda de energia no ambiente de contratação livre, ou seja, somente para as controladas abaixo:

Usinas	Extensão do Prazo de Outorga (dias)	Valor (R\$ mil)
Queluz	1.467	16.616
Lavrinhas	1.468	16.758
Verde 8	161	745

Na liquidação financeira de 9 de setembro de 2021, as controladas Queluz e Lavrinhas efetuaram o pagamento no montante de R\$5.010, dos valores em aberto referentes ao GSF de fevereiro a julho de 2021. Ainda durante o mês de setembro, essas controladas desistiram do Mandados de Segurança com Pedido de Liminar referentes ao GSF. A controlada Verde 8 não possuía valor em aberto e nem ação judicial.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado, ou seja, somente para as controladas abaixo:

Usinas	Extensão do Prazo de Outorga (dias)	Valor (R\$ mil)
Foz do Rio Claro	1.953	18.921
Ferreira Gomes	584	17.410
São José (Ijuí)	1.648	13.094

Em ambas as Resoluções Homologatórias, anteriormente mencionadas, o prazo de adesão foi de 60 dias corridos da data de emissão de cada resolução.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



A Administração das controladas assinaram os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminharam à ANEEL durante o mês de novembro de 2021 e efetuaram o registro contábil da extensão concedida no Ativo Intangível – Direito de Extensão da Outorga (nota explicativa nº 13) em contra partida ao resultado, como recuperação de custos, em Custo dos Serviços Prestados (nota explicativa nº 26), no montante de R\$83.544. Em decorrência da realização desse montante ocorrer em exercícios futuros, foi contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$23.304.

1.3 Demais assuntos relevantes do período

a) Oferta Pública de Distribuição Secundária

Conforme Fatos Relevantes divulgados em 9 e 20 de abril de 2021, o acionista da Companhia, Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – (“FI – FGTS”), decidiu realizar uma oferta pública de distribuição secundária com esforços restritos de certificados de depósitos de ações. A Oferta Restrita consistiu na distribuição secundária, com esforços restritos, de 35.162.754 Units, representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, em mercado de balcão não organizado no Brasil, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Instrução CVM 476, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas” em vigor (“Código ANBIMA”) e demais disposições legais e regulatórias aplicáveis, incluindo o “Regulamento do Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão” (“B3”) em vigor, e também no Exterior.

O valor definido para cada Unit foi de R\$ 25,50, e foi calculado tendo como parâmetros: (i) a cotação das Units de emissão da Companhia na B3; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Units, coletadas junto a investidores no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding* (procedimento de coleta de intenções de investimento realizado no Brasil e no Exterior).

Em 26 de abril de 2021, foi realizada a liquidação física e financeira da Oferta Restrita, no montante de R\$896.650, passando o FI – FGTS a partir desta data, a não fazer parte mais da composição acionária da Companhia. Nesse mesmo dia, se deu a finalização desta Oferta, com o envio de Comunicado de Encerramento à CVM.

b) La Virgen S.A.C. – La Virgen

A controlada La Virgen, localizada no Peru, sincronizou ao sistema de energia suas três unidades geradoras, em 16 de abril, 7 de maio e 01 de junho de 2021, respectivamente, sendo remunerada pela energia gerada, essas unidades geradoras entraram em operação de forma assistida em 16 de abril, 11 de maio e 03 de junho de 2021, respectivamente.

Adicionalmente, a controlada obteve autorização para início de operação comercial das três unidades geradoras, com capacidade conjunta de 62,48 MW, 31,25 MW e 31,28 MW cada, conforme Despachos 729-2021, 918-2021 e 1139-2021, do COES (Comité de Operación Económica del Sistema Interconectado Nacional), em 15 de maio, 26 de junho e 31 de julho de 2021, respectivamente. Desta forma, a partir de 01 de agosto de 2021 a controlada La Virgen estava operando com capacidade total de 93,76 MW.

c) Transmissora Caminho do Café S.A. - TCC

Início da operação comercial

Em 26 de março de 2020, a controlada direta da Companhia TCC, recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, o Termo de Liberação Definitivo - TLD, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 19 de março de 2021, antecipando em aproximadamente 11 meses sua energização, prevista, conforme cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para 09 de fevereiro de 2022. Com está liberação do ONS, esse projeto passou a receber uma RAP de R\$165.300 ao ano. O investimento total das instalações é de R\$907.037.

Aumento na participação acionária

No dia 10 de dezembro de 2021 a Companhia exerceu o seu direito para a aquisição de 30% das ações subscritas e integralizadas pelo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Perfin”), na controlada Transmissora Caminho do Café S.A. (“TCC”), desta forma, a Companhia aumentou sua participação dos atuais 51,00% para 65,70%.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



O montante pago por esta transação foi de R\$22.147, equivalente a 21.907.253 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a 30% do capital integralizado pelo Perfin, corrigido *pro rata die* pela taxa de inflação medida pelo IPCA, acrescido de juros de 7,3% a.a., computado desde a data de integralização de cada ação, até a data do efetivo pagamento do preço da Opção de Compra, deduzidos os valores de dividendos recebidos por cada ação, objeto da Opção de Compra, entre a data de integralização e a data do exercício da Opção de Compra, devidamente atualizados conforme acima, desde a data do pagamento do dividendo até a data de transferência das ações, conforme Acordo de Acionista firmado em 11 de novembro de 2016. O valor patrimonial adquirido foi de R\$101.757, e o valor pago a menor sobre o valor patrimonial foi de R\$79.610, foi reconhecido em reservas de capital aumentando o patrimônio líquido, dado que a Companhia já detinha o controle da TCC.

d) Foz do Rio Claro Energia S.A.

Aumento na participação acionária

Em 24 de setembro de 2021, a Alupar exerceu o seu direito para a aquisição de 32.793.440 ações preferenciais detidas pelo FI-FGTS de emissão da Foz do Rio Claro, correspondente a 80% da totalidade das ações preferenciais emitidas, pelo valor de R\$86.209, conforme previsto no Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da controlada Foz do Rio Claro, celebrado em 05 de setembro de 2008, entre a Companhia e o FI-FGTS, e, nesta data, concluiu a transação de transferência da totalidade destas ações. O valor patrimonial adquirido foi de R\$67.343, e o valor pago a maior sobre o valor patrimonial foi de R\$18.866, foi reconhecido em reservas de capital reduzindo o patrimônio líquido, dado que a Companhia já detinha o controle da Foz do Rio Claro.

Com esta aquisição a Companhia elevou sua participação total de 69,83% para 100,00% do capital social total da Foz do Rio Claro.

1ª Emissão de Debentures Simples

Em 29 de setembro de 2021, a controlada Foz do Rio Claro efetuou a 1ª. Emissão de Debentures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos. Foram emitidas 600.000 debentures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, no montante total de R\$600.000, com remuneração de 100% da taxa DI +1,70% a.a. e vencimento em 15 de setembro de 2028. A liquidação dessas debentures ocorreu em 8 de outubro de 2021.

e) UFV Pitombeira S.A.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2021, os acionistas da controlada Transmissoras Reunidas S.A. decidiram aprovar a alteração da denominação social dessa companhia para UFV Pitombeira S.A. O objetivo da alteração é a exploração e implantação por essa Companhia, da usina de geração de energia solar por fonte fotovoltaica UFV Pitombeira, e de seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, no município de Aracati, estado do Ceará. O início da construção, previsto inicialmente para janeiro de 2022, foi prorrogado para março de 2022 e a expectativa de entrada em operação é janeiro de 2023.

f) Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. – ELTE

A ELTE, recebeu no dia 30 de novembro de 2021, a Licença de Instalação nº 2693 (“LI”) expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), possibilitando o início da implantação da Subestação Manoel da Nóbrega de 230/88 kV, a partir do mês de fevereiro de 2022. A energização deste sistema de transmissão está prevista para janeiro de 2024 e sua operação irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios.

g) Transnorte Energia S.A. - TNE

A TNE é uma SPE formada pela parceria entre Alupar (51%) e Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715 km de linha de 500 kV, com 02 novas subestações, a SE Equador – 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV – 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



Devido aos problemas no licenciamento ambiental, a TNE protocolou na ANEEL, em 02 de setembro de 2015, o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 – ANEEL, devido a não manifestação da FUNAI no que tange ao componente indígena.

Em 19 de dezembro de 2016, foi publicado o Despacho Aneel nº 3.265, refletindo a decisão de sua diretoria, tomada na reunião realizada em 13 de dezembro de 2016, que trata da rescisão amigável ao contrato de concessão da TNE, com recomendação para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para: (a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada; (b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso a Eletronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público; e (c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em laudo contábil a ser fiscalizado pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço.

Em 13 de setembro de 2017, a TNE protocolou, perante a Justiça Federal o pedido de declaração da rescisão do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL, Processo nº 1012027-22.2017.4.01.3400, em decorrência da inviabilidade, da implantação do empreendimento. Por sua vez, o Ministério de Minas e Energia (MME), após receber e analisar os autos do processo, em 22 de fevereiro de 2018, encaminhou à ANEEL o Ofício nº 66/2018/SPE-MME pelo qual não acatou a recomendação do Despacho nº 3.265/2016 e devolveu à ANEEL o processo para reavaliação.

Em setembro de 2018, após reunião com a comunidade indígena, a TNE foi autorizada a desenvolver estudos dentro da área afetada para a elaboração do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI). Os trabalhos previstos em tal estudo foram realizados entre outubro/2018 e abril/2019, sendo o documento final protocolado no IBAMA, juntamente da solicitação de Licença de Instalação, em junho de 2019.

Em 10 de setembro de 2019, por meio da 33ª Reunião de Diretoria ANEEL, o colegiado decidiu: (i) autorizar a celebração de termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/2012, que deverá constar o reequilíbrio econômico-financeiro e o valor associado ao Compensador Estático de Reativos - CER da SE Boa Vista, parte integrante do escopo do Edital, totalizando RAP de R\$275.561, atualizado até 31 de outubro de 2019; (ii) recompor o prazo de implantação do objeto para 36 meses, a ser contado a partir da assinatura de Termo de Aditivo Contratual; e (iii) convocar a contratada para, até 31 de outubro de 2019, assinar o aditivo. A presente decisão encontra-se disposta no Despacho ANEEL nº 2.502/2019.

Em 23 de setembro de 2019, considerando que a proposta de reequilíbrio econômico financeiro ao Contrato de Concessão apresentada pela ANEEL se mostrou deficitária, uma vez que dentre os pedidos efetuados pela Companhia, a recomposição do prazo de término da concessão, dentre outros itens, não foi concedida, a TNE apresentou à Agência o recurso de pedido de reconsideração ao Despacho ANEEL Nº 2.502/2019. Em 31 de outubro de 2019, foi publicado no DOU, o Despacho ANEEL nº 2.951/2019, dando provimento parcial ao pedido de reconsideração da TNE, suspendendo a convocação da TNE para assinatura do Termo Aditivo, originalmente previsto para até 31 de outubro de 2019, até que o referido recurso fosse julgado pela diretoria colegiada da Agência.

No âmbito do Processo Judicial nº: 1012027-22.2017.4.01.3400, em março de 2021, foi prolatada sentença julgando procedente em parte a ação proposta, para determinar a rescisão do contrato de concessão nº 003/2012-ANEEL e condenar a União Federal a indenizar a TNE das perdas materiais a serem apuradas em liquidação de sentença.

Adicionalmente, em 25 de março de 2021, a TNE protocolou na ANEEL um pedido oficial para solução de controvérsias (instauração da arbitragem). O objeto dessa lide arbitral consiste na definição de eventual direito da TNE ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 003/2012 até o valor requerido de RAP de R\$395.660.

Em 27 de abril de 2021, em Reunião de Diretoria da ANEEL, esta deliberou por manter, em parte, o teor do Despacho ANEEL nº 2.502/2019, especialmente para os fins de: (i) autorizar a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2012-ANEEL, que deverá constar o reequilíbrio econômico-financeiro e o valor associado ao Compensador Estático

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



de Reativos – CER da Subestação Boa Vista, parte integrante do escopo do Edital do Leilão nº 4/2011-ANEEL, totalizando Receita Anual Permitida – RAP no valor de R\$329.062, atualizada até 30 de junho de 2021; (ii) recompor o prazo de implantação do objeto para 36 (trinta e seis) meses, a ser contado a partir da assinatura do Termo Aditivo Contratual; e (iii) convocar a TNE para, até 30 de junho de 2021, assinar o respectivo aditivo contratual.

Em 10 de setembro de 2021 foi realizada a 9ª Reunião Extraordinária de Diretoria da ANEEL, na qual, foi aprovada a celebração do Termo de Compromisso Arbitral e convocada a TNE para assinar o respectivo Termo e o Aditivo ao Contrato de Concessão. Posteriormente, em 17 de setembro de 2021 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/2012 – ANEEL, contemplando a cláusula compromissória arbitral para definição e forma do eventual reequilíbrio econômico-financeiro do referido Contrato de Concessão.

Adicionalmente, em 28 de setembro de 2021 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu a Licença de Instalação nº 1.400/2021 que possibilita a implantação da Linha de Transmissão de 500 kV Engenheiro Lechuga – Equador – Boa Vista CD e Subestações Associadas.

No âmbito do Processo Judicial nº: 1012027-22.2017.4.01.3400, em 08 de outubro de 2021 foi protocolada petição, em conjunto com União e IBAMA, requerendo a extinção da ação e homologação da transação, em decorrência do compromisso arbitral firmado, com o objetivo de submeter a controvérsia à apreciação do juízo arbitral, nos moldes do §1º do art. 9º da Lei n. 9.307/96.

Destacamos que a SE Boa Vista encontra-se em operação comercial desde maio de 2015, gerando uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida total do Empreendimento.

h) Transmissora Colombiana de Energia S.A.S. – TCE

Em 13 de dezembro de 2021 a controlada indireta Transmissora Colombiana de Energia S.A.S (“TCE”), recebeu do Ministerio de Minas y Energia da Colômbia, segundo a Resolução 40394, a extensão do prazo da entrada em operação da TCE em 580 dias, alterando assim a data de entrada em operação para 03 de julho de 2023. Adicionalmente, a Resolução CREG 015 de 2017, estabeleceu à TCE o direito de recebimento da RAP (Receita Anual Permitida), a partir de 01 de dezembro de 2021, equivalente a 1/12 (um doze avos) da RAP atual da TCE de USD24.031. Considerando que a obrigação de desempenho de transportar a energia não foi cumprida em 31 de dezembro de 2021, o valor recebido a título de RAP foi reconhecido como Receita diferida no passivo não circulante.

i) Transmissora Serra da Mantiqueira – TSM

Em 29 de dezembro de 2021 a TSM recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Termo de Liberação Definitivo – TLD, o qual autorizou o recebimento de receita a partir de 23 de dezembro de 2021, antecipando em aproximadamente 8 meses sua energização, prevista, conforme cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para 11 de agosto de 2022. Com esta liberação do ONS, foi adicionada uma Receita Anual Permitida (“RAP”) de R\$120.000 para o ciclo 2021_2022. Esse empreendimento está localizado nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e consiste na implantação da linha de transmissão de 500 kV Fernão Dias – Terminal Rio, com 330 km de extensão. O investimento total do projeto a ser unitizado foi de R\$893.000. A TSM visa atender os reforços necessários na região Sudeste, que possibilitará o recebimento do excedente de energia da região Norte.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Assim como, em conformidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



2.2. Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas na gestão das operações da Companhia e suas controladas.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 24 de fevereiro de 2022.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas nº 9 e nº 24) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 12) e Intangível (nota explicativa nº 13) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para compensações ambientais (nota explicativa nº 15); Provisão para desmobilização de ativos; Provisão para constituição dos ativos (nota explicativa nº 16) e Provisão para contingências (nota explicativa nº 21) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 18) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 28) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão; e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 30) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



2.5. Moeda funcional e de apresentação e conversão de entidade no exterior

2.5.1. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto, com exceção das controladas Alupar Peru e La Virgen cuja moeda funcional é o *Nuevo Sol*, das controladas Alupar Colômbia, Risaralda e TCE cuja moeda funcional é o *Peso Colombiano* e da controlada Alupar Chile cuja moeda funcional é o *Peso Chileno*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5.2. Conversão de entidade no exterior

A Companhia registra em outros resultados abrangentes, o efeito resultante da conversão decorrente das diferenças cambiais para a moeda funcional da Companhia, de suas controladas no exterior. Tais variações somente serão transferidas para a demonstração do resultado em caso de baixa do investimento líquido. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As receitas e despesas em moeda estrangeira, bem como os itens de fluxo de caixa, são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa média de câmbio do exercício.

2.6. Base de consolidação

2.6.1. Controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



Empresa	Atividade	Participação 31/12/21 (%)		Participação 31/12/20 (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas:					
ACE	Comercializadora	100,00	-	100,00	-
AETE	Transmissão	-	32,06	-	32,06
AF Energia	Prestadora de serviços	100,00	-	100,00	-
Agua Limpa	Geração	99,99	-	99,99	-
Alupar Chile	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	100,00	-	100,00	-
Apaete	Holding	36,96	-	36,96	-
EAP I	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP II	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP III (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP IV (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP V (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VI (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VII (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EDTE (vi)	Transmissão	-	25,06	-	25,06
EDV I (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV II (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV III (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV IV (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV X (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
ELTE	Transmissão	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	51,00	-	51,00	-
ETC	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	100,00	-	69,83	-
GET	Geração	51,00	-	51,00	-
Ijuí	Geração	86,66	-	86,66	-
La Virgen (viii)	Geração	3,67	86,07	3,67	86,07
Lavrinhas	Geração	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	68,83	-	68,83	-
UFV Pitombeiras	Geração	99,99	-	99,99	-
Risaralda (vii)	Geração	0,34	99,62	0,34	99,62
STC (i)	Transmissão	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	51,00	-	51,00	-
TCC	Transmissão	65,70	-	51,00	-
TCE (vii)	Transmissão	-	99,99	-	99,99
TME	Transmissão	60,00	-	60,00	-
TPE	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Transirapé (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holding	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
TSM	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Verde 8	Geração	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holding	100,00	-	100,00	-
Controlada em conjunto:					
TNE (*)	Transmissão	51,00	-	51,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) Controladas diretamente pela Transminas. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colômbia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (ix) Participação indireta via a controlada Windepar. (x) Controladas constituídas em 16 de setembro de 2020. (*) A TNE é controlada em conjunto pois decisões relevantes sobre o negócio são tomadas por unanimidade de votos dos acionistas detentores de ações votantes para serem aprovadas.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

2.6.2. Combinações de Negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2021, descritas na nota explicativa nº 4.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

3.1.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 30.2.

3.2. Contratos de Concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por manter a infraestrutura disponível do sistema de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 12,30% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM. Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas de infraestrutura e a receita de remuneração financeira dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE que estão registrados na rubrica de “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

3.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas e em nas controladas em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas.

3.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

a) Direito de exploração – Uso do Bem Público (“UBP”)

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito parcelas fixas mensais durante o prazo de concessão, com início a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. O reconhecimento inicial da provisão do pagamento do UBP é em contrapartida ao Intangível e foi reconhecida de acordo com o “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” ajustada ao valor presente pela taxa de desconto que reflete ao valor justo da obrigação. Após o reconhecimento inicial a provisão do UBP é mantida pelo custo amortizado, cujas as parcelas são atualizadas anualmente pelo IGP-M, sendo essa atualização reconhecida em despesas financeiras. Não há incidência de juros.

b) Direito exploração obtidos em combinação de negócios

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

c) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí, em decorrência da Lei nº. 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Essas extensões de outorga foram homologadas pela ANEEL, de acordo com a regulamentação estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 895 e compensaram as geradoras pelo risco hidrológico (*GSF – Generation Scaling Factor*) incorrido no período de 1º de

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

d) Desenvolvimento de projetos

Refere-se aos custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos podem ser vendidos ou são transferidos às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's, e os valores gastos no desenvolvimento dos projetos podem que reembolsados ou utilizados como aporte de capital.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

3.6. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

• Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

• Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7.1. Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. O reconhecimento inicial é feito em contrapartida ao Imobilizado, Intangível ou Custo de construção - este para as transmissoras que aplicam o *"ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão"*.

As licenças prévias, de instalação e operação, obtidas na fase do planejamento, construção e instalação dos empreendimentos, são reconhecidas como custo do item que gere maior impacto ambiental, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das torres (transmissoras), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação obtidas após a entrada em operação comercial, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

3.7.2. Provisão para desmobilização de ativos

Para as controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, são assumidas obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.7.3. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

3.7.4. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



3.8. Benefícios a empregados

3.8.1. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.8.2. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado “Lucro da Exploração”, aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.10. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

3.10.1. Receita de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

3.10.2. Remuneração financeira dos ativos da concessão

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

3.10.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

3.10.4. Parcela variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

3.10.5. Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.10.6. Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



3.11. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Nas controladas da Companhia, o mínimo a ser distribuído, é de 25% do lucro anual.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

- *Imposto de renda sobre os dividendos*

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda. Os dividendos pagos pelas controladas domiciliadas na Colômbia e Peru são tributadas em sua origem aplicando a alíquota de 7,5% e 5%, respectivamente.

3.12. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.13. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.14. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.15. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Encargos regulatórios” e “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.16. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) “Outros” que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção de usinas geradoras (O&M) que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

3.18. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.19. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito (“spread bancário”) obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

4. Novas normas e interpretações

4.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2021

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16); e
- Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações no CPC 40(R1) e CPC 48).

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1); e
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8).

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora		Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	223	568	-	-	35.208	44.514
Certificados de depósitos bancários	95,00%	95,00%	65.306	189.216	98,13%	96,85%	181.706	411.479
Fundos de investimento	-	-	-	-	95,08%	94,17%	153.912	147.069
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	-	-	20,00%	20,00%	6.293	71.547
Total			65.529	189.784			377.119	674.609

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

6. Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Composição da carteira dos fundos				
Operações compromissadas	196.344	155.150	713.903	230.118
Títulos públicos do Governo Brasileiro	221.839	371.677	703.311	1.073.830
Títulos privados	37.095	28.275	136.350	101.860
Outros	58	(3)	(61)	(302)
Total	455.336	555.099	1.553.503	1.405.506

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos exclusivos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e foram remunerados em média por 62,83% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (88,57% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

7. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimento	97,50%	98,00%	121.666	103.619
			121.666	103.619
Circulante			971	767
Não Circulante			120.695	102.852

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado						
	A vencer		A vencer	Vencidos				31/12/2021	31/12/2020
	31/12/2021	31/12/2020		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias		
Sistema de transmissão de energia									
Encargos de uso da transmissão	-	-	262.998	346	74	1.216	24.005	288.639	212.069
	-	-	262.998	346	74	1.216	24.005	288.639	212.069
Sistema de geração de energia									
Ambiente regulado	-	-	21.199	-	-	-	-	21.199	23.081
Ambiente livre	9.670	12.729	52.091	-	-	-	46.779	98.870	77.832
MRE e Spot (energia de curto prazo) (a)	782	19.450	7.523	-	-	-	-	7.523	123.274
	10.452	32.179	80.813	-	-	-	46.779	127.592	224.187
	10.452	32.179	343.811	346	74	1.216	70.784	416.231	436.256
Circulante	10.452	32.179						391.698	415.353
Não circulante	-	-						24.533	20.903

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber para o segmento de geração. Para o segmento de transmissão de acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



As controladas Queluz e Lavrinhas possuem processos arbitrais para tratar de faturas em aberto de clientes no montante de R\$46.779, relacionado ao suprimento de energia no ambiente livre, conforme divulgado na nota explicativa 21.

- (a) Do montante em aberto de MRE e Spot (energia de curto prazo), que correspondia a R\$68.773 em 31 de dezembro de 2020, R\$60.154 foi utilizado pelas controladas da Companhia na liquidação financeira da CCEE para pagamento dos valores em aberto referentes ao GSF, conforme divulgado na nota explicativa 1.2.

9. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	14.600.710	9.959.154
Receita de operação e manutenção (nota 24)	431.639	591.201
Remuneração financeira dos ativos de concessão (nota 24)	3.541.001	2.266.275
Receita de infraestrutura (nota 24)	1.032.923	3.241.714
Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica	60.311	-
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica	(11.436)	-
Realização do ativo contratual de concessão	(2.051.025)	(1.457.634)
Saldo final	17.604.123	14.600.710
Circulante	1.701.139	1.290.362
Não circulante	15.902.984	13.310.348

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes de ganho bruto de R\$60.311 e perda bruta de R\$11.436, registrados respectivamente nas rubricas de “Outras receitas” e “Outras despesas” no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R\$52.923 de ganho e R\$10.035 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas ETVG, ETEM e TME, com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.882 de 22 de junho de 2021.

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021, vigente em julho de 2021, está sendo realizada conforme segue:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



Ciclo 2021-2022	Rede Básica			Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total líquido
	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RMEL ^(f)	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RPEC ^(c)	RCDM ^(d)			
EATE	345.747	12.349	47	-	-	-	-	358.143	(8.020)	350.123
TPE	262.658	398	-	-	-	-	-	263.056	(5.802)	257.254
TNE	182.119	-	-	-	-	-	-	182.119	(191)	181.928
ENTE	184.385	55	16	-	-	-	-	184.456	(4.356)	180.100
TCC	178.596	-	-	-	-	-	-	178.596	(594)	178.002
ETB	155.331	-	-	-	-	-	-	155.331	12.436	167.767
STN	147.530	2.381	-	-	-	-	-	149.911	121	150.032
ESTE	123.585	-	-	-	-	-	-	123.585	-	123.585
TSM	119.995	-	-	-	-	-	-	119.995	-	119.995
ETEP	80.279	21	263	-	-	-	-	80.563	(2.620)	77.943
ECTE	77.815	19	52	-	-	-	-	77.886	(2.412)	75.474
EDTE	76.120	-	-	-	-	-	-	76.120	(1.810)	74.310
ETAP	61.937	-	-	-	-	-	-	61.937	(1.752)	60.185
ELTE	57.477	-	-	-	-	-	-	57.477	-	57.477
TME	51.782	6.478	15	-	-	-	-	58.275	(3.393)	54.882
EBTE	44.702	4.745	10	2.938	-	467	-	52.862	(877)	51.985
Transirapé	27.063	12.998	-	6.165	5.880	503	1.757	54.366	(2.850)	51.516
STC	32.896	2.134	-	8.947	2.833	401	5.185	52.396	(1.258)	51.138
Lumitrans	43.604	30	-	-	-	-	-	43.634	(1.358)	42.276
AETE	38.841	-	41	-	-	-	-	38.882	(1.158)	37.724
ETC	11.171	-	-	21.084	-	3.700	-	35.955	(614)	35.341
Transudeste	34.154	-	-	-	-	-	-	34.154	(972)	33.182
Transleste	33.421	-	-	-	-	-	-	33.421	(1.212)	32.209
ETSE	17.326	169	-	2.656	4.154	1.103	-	25.408	(118)	25.290
ERTE	32.584	9.415	-	-	-	-	-	41.999	(17.214)	24.785
ETES	9.548	250	-	-	8.066	-	2.222	20.086	993	21.079
ETVG	1.586	226	-	3.321	10.001	580	650	16.364	3.186	19.550
ETEM	16.093	-	63	-	-	-	-	16.156	(435)	15.721
ESDE	10.074	-	27	4.484	-	1.096	-	15.681	(200)	15.481
Total	2.458.419	51.668	534	49.595	30.934	7.850	9.814	2.608.814	(42.480)	2.566.334

(a) Rede Básica Licitada. (b) Rede Básica Novas Instalações. (c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas. (d) Receita das Demais Instalações de Transmissão. (e) Demais Instalações de Transmissão. (f) Receita de Melhorias.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

10. Investimentos em controladas e controlada em conjunto

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2020	Aumento (redução) de capital	Aquisição de participação	Amortização do intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
Controladas:								
ACE	14	6.000	-	-	-	33	-	6.047
AF	2.866	-	-	-	-	3.281	-	6.147
Água Limpa	7.858	4.389	-	-	-	-	-	12.247
Alupar Chile	(1.521)	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Alupar Colômbia	86.577	4.267	-	-	(7.953)	(4.126)	-	78.765
Alupar Peru	241.688	79.204	-	-	(8.349)	(86.367)	-	226.176
Apaete	62.854	(39.764)	-	-	-	13.913	(9.247)	27.756
EAP I	(88)	-	-	-	-	(28)	-	(116)
EAP II	(83)	-	-	-	-	(28)	-	(111)
EAP III	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP IV	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP V	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP VI	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP VII	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EATE	579.100	-	-	-	-	264.127	(133.260)	709.967
ECTE	103.495	-	-	-	-	45.311	(20.874)	127.932
ELTE	17.895	97.000	-	-	-	(5.307)	-	109.588
ENTE	274.829	-	-	-	-	107.325	(81.499)	300.655
ERTE	35.415	-	-	-	-	9.156	(7.244)	37.327
ETAP	243.594	-	-	-	-	58.587	(48.053)	254.128
ETB (ii)	199.111	-	-	5	-	57.370	(35.018)	221.468
ETC	95.984	8.500	-	-	-	37.930	(10.328)	132.086
ETEM	60.178	-	-	-	-	13.974	(3.041)	71.111
ETEP	124.951	-	-	-	-	39.094	(42.818)	121.227
ETES	62.329	-	-	-	-	19.335	(5.722)	75.942
ETVG	71.433	-	-	-	-	50.011	(11.219)	110.225
Ferreira Gomes	911.438	-	-	-	-	33.457	(6.171)	938.724
Foz	174.832	-	67.343	-	-	23.300	(36.109)	229.366
GET	(548)	-	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	290.920	-	-	-	-	32.988	(23.781)	300.127
La Virgen (i)	27.233	-	-	-	1.616	(2.030)	-	26.819
Lavrinhas	97.147	-	-	-	-	20.132	(4.780)	112.499
Lumitrans	16.370	-	-	-	-	4.625	(4.334)	16.661
Queluz	125.782	-	-	-	-	21.833	(5.183)	142.432
Risaralda	83	-	-	-	98	36	-	217
STC	38.514	-	-	-	-	8.438	(6.409)	40.543
STN	269.617	-	-	-	-	50.144	(50.211)	269.550
TCC	172.957	64.413	101.758	-	-	128.795	(39.079)	428.844
TME	134.723	-	-	1.802	-	21.530	(27.879)	130.176
TPE	371.345	10.710	-	-	-	82.849	(19.678)	445.226
Transminas	110.353	-	-	-	-	33.350	(11.738)	131.965
UFV Pitombeira	(12)	22	-	-	-	(8)	-	2
TSM	86.386	-	-	-	-	43.666	-	130.052
Verde 8	84.713	-	-	-	-	(2.318)	-	82.395
Windepar	154.624	86.171	-	-	-	(1.452)	-	239.343
Subtotal	5.334.961	320.912	169.101	1.807	(14.588)	1.122.806	(643.675)	6.291.324
Controlada em conjunto								
TNE	127.734	10.200	-	-	-	5.255	-	143.189
Total Consolidado	127.734	10.200	-	-	-	5.255	-	143.189
Total Controladora	5.462.695	331.112	169.101	1.807	(14.588)	1.128.061	(643.675)	6.434.513

(i) Na La Virgen existe um direito de exploração no valor de R\$6.164 reclassificado para o intangível para fins de consolidação. (ii) Na ETB existe um direito de exploração no valor de R\$28.400 reclassificado para o intangível para fins de consolidação.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2019	Adições (baixas) (iv)	Amortização do intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Dividendos (iii)	Saldo em 31/12/2020
Controladas:							
ACE	23	-	-	-	(9)	-	14
AF	789	-	-	-	2.077	-	2.866
Água Limpa	7.878	-	-	-	(20)	-	7.858
Alupar Colômbia	46.380	22.039	-	14.017	4.141	-	86.577
Alupar Chile	(1.521)	-	-	-	-	-	(1.521)
Alupar Peru	96.064	198.347	-	26.179	(78.902)	-	241.688
Apaete	36.227	22.665	-	-	16.341	(12.379)	62.854
EAP I	(42)	-	-	-	(46)	-	(88)
EAP II	(42)	-	-	-	(41)	-	(83)
EAP III	-	1	-	-	-	-	1
EAP IV	-	1	-	-	-	-	1
EAP V	-	1	-	-	-	-	1
EAP VI	-	1	-	-	-	-	1
EAP VII	-	1	-	-	-	-	1
EATE	490.542	-	-	-	259.589	(171.031)	579.100
ECTE	106.101	-	-	-	41.858	(44.464)	103.495
ELTE	15.079	-	-	-	2.816	-	17.895
ENTE	271.312	-	-	-	92.924	(89.407)	274.829
ERTE	35.264	-	-	-	151	-	35.415
ETAP	188.890	-	-	-	70.451	(15.747)	243.594
ETB (ii)	107.397	17.891	(1.973)	-	80.925	(5.129)	199.111
ETC	78.502	-	-	-	26.840	(9.358)	95.984
ETEM	55.849	-	-	-	5.218	(889)	60.178
ETEP	145.743	-	-	-	32.965	(53.757)	124.951
ETES	53.945	-	-	-	8.384	-	62.329
ETVG	64.771	-	-	-	8.118	(1.456)	71.433
Ferreira Gomes	892.360	-	-	-	23.523	(4.445)	911.438
Foz	160.561	-	-	-	18.716	(4.445)	174.832
GET	(548)	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	285.056	-	-	-	10.172	(4.308)	290.920
La Virgen (i)	21.970	-	-	6.720	(1.457)	-	27.233
Lavrinhas	99.189	-	-	-	(943)	(1.099)	97.147
Lumitrans	15.907	(1.350)	-	-	4.294	(2.481)	16.370
Queluz	128.251	-	-	-	(1.285)	(1.184)	125.782
Risaralda	63	-	-	11	9	-	83
STC	44.731	-	-	-	4.011	(10.228)	38.514
STN	230.659	-	-	-	69.073	(30.115)	269.617
TCC	80.444	-	-	-	71.039	21.474	172.957
TME	194.710	-	(139)	-	18.758	(78.606)	134.723
TPE	114.102	79.560	-	-	193.163	(15.480)	371.345
Transminas	88.381	-	-	-	41.888	(19.916)	110.353
Transmissoras Reunidas	(2)	-	-	-	(10)	-	(12)
TSM	27.961	-	-	-	55.803	2.622	86.386
Verde 8	86.367	-	-	-	(1.654)	-	84.713
Windepar	133.799	33.530	-	-	(12.705)	-	154.624
Subtotal	4.403.112	372.687	(2.112)	46.927	1.066.175	(551.828)	5.334.961
Controlada em conjunto							
TNE	136.958	-	-	-	(9.224)	-	127.734
Total Consolidado	136.958	-	-	-	(9.224)	-	127.734
Total Controladora	4.540.070	372.687	(2.112)	46.927	1.056.951	(551.828)	5.462.695

(i) Na La Virgen existe um direito de exploração no valor de R\$6.164 reclassificado para o intangível para fins de consolidação. (ii) Na ETB existe um direito de exploração no valor de R\$28.400 reclassificado para o intangível para fins de consolidação. (iii) Os valores positivos referem-se a transferência dos dividendos mínimos obrigatórios declarados de 2019 para reserva de lucros a realizar nas controladas. (iv) Os valores positivos referem-se a integralizações e aumentos de capital, com exceção do montante da APAETE, que também é composto pela aquisição de participação societária, no valor de R\$16.186 e o ganho de capital apurado nessa operação, no valor de R\$4.031.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



As informações resumidas das controlas e controlada em conjunto constam na tabela a seguir:

Empresa	Informações contábeis				31/12/2021			31/12/2020		
	31/12/2021				Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%)		Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%)	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado		Votante	Total		Votante	Total
Controladas:										
ACE	6.050	2	6.048	34	3.420.644	100,00	100,00	3.420.644	100,00	100,00
AF Energia	14.837	8.690	6.147	3.281	7.370.000	100,00	100,00	7.370.000	100,00	100,00
Agua Limpa	12.264	16	12.248	-	7.947.090	99,99	99,99	7.947.090	99,99	99,99
Alupar Chile	1.365	2.886	(1.521)	-	5.000.000	100,00	100,00	5.000.000	100,00	100,00
Alupar Colombia	178.858	100.182	78.676	(4.127)	58.596.603.000	100,00	100,00	55.801.860.000	100,00	100,00
Alupar Peru	525.506	299.333	226.173	(86.367)	254.466.812	100,00	100,00	152.231.612	100,00	100,00
APAETE	84.019	8.913	75.106	37.650	74.348.851	51,00	36,96	71.497.851	51,00	25,50
EAP I	38.486	38.602	(116)	(28)	1.000	99,90	99,90	1.000	99,90	99,90
EAP II	65.390	65.501	(111)	(28)	1.000	99,90	99,90	1.000	99,90	99,90
EAP III	213	236	(23)	(24)	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EAP IV	226	249	(23)	(24)	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EAP V	163	186	(23)	(24)	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EAP VI	239	262	(23)	(24)	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EAP VII	262	285	(23)	(24)	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EATE	2.675.058	1.255.622	1.419.436	528.070	92.000.000	50,02	50,02	92.000.000	50,02	50,02
ECTE	625.917	370.166	255.751	90.580	42.095.000	50,02	50,02	42.095.000	50,02	50,02
ELTE	118.448	8.977	109.471	(5.308)	112.467.000	100,00	100,00	15.467.000	100,00	100,00
ENTE	1.044.708	443.530	601.178	214.600	100.840.000	50,01	50,01	100.840.000	50,01	50,01
ERTE	204.150	34.170	169.980	41.695	84.133.970	21,96	21,96	84.133.970	21,96	21,96
ETAP	644.778	390.652	254.126	58.585	10.481.000	100,00	100,00	10.481.000	100,00	100,00
ETC	333.001	200.914	132.087	37.931	14.651.000	100,00	100,00	6.151.000	100,00	100,00
ETEM	181.319	68.069	113.250	22.254	43.000.000	62,79	62,79	43.000.000	62,79	62,79
ETEP	553.655	311.276	242.379	78.165	27.000.000	50,02	50,02	27.000.000	50,02	50,02
ETES	150.840	74.900	75.940	19.333	29.064.000	100,00	100,00	29.064.000	100,00	100,00
ETVG	203.331	93.107	110.224	50.010	34.847.722	100,00	100,00	34.847.722	100,00	100,00
Ferreira Gomes	1.525.044	586.324	938.720	33.454	807.080.529	100,00	100,00	807.080.529	100,00	100,00
Foz	871.929	642.563	229.366	27.237	67.717.178	100,00	100,00	67.717.178	100,00	69,83
GET	30	1.104	(1.074)	-	1.200	51,00	51,00	1.200	51,00	51,00
Ijuí	455.094	108.756	346.338	38.070	273.064.862	100,00	86,66	273.064.862	100,00	86,66
La Virgen	1.023.129	460.534	562.595	(55.283)	384.236.203	3,67	3,67	384.236.203	3,67	3,67
Lavrinhas	263.688	79.251	184.437	33.007	70.910.870	61,00	61,00	70.910.870	61,00	61,00
Lumitrans	124.889	13.810	111.079	30.832	72.012.095	15,00	15,00	72.012.095	15,00	15,00
Queluz	309.241	102.308	206.933	31.721	96.782.146	68,83	68,83	96.782.146	68,83	68,83
Risaralda	204.611	141.219	63.392	10.497	29.093	0,34	0,34	29.093	0,34	0,34
STC	227.677	24.963	202.714	42.190	211.003.246	20,00	20,00	211.003.246	20,00	20,00
STN	758.000	229.472	528.528	98.319	198.000.000	51,00	51,00	198.000.000	51,00	51,00
TCC	2.037.872	1.381.471	656.401	250.450	149.028.926	65,70	65,70	22.728.926	51,00	51,00
TPE	2.955.202	2.082.209	872.993	162.449	208.553.107	51,00	51,00	31.553.107	51,00	51,00
Transminas	200.769	12.292	188.477	47.630	44.860.000	70,02	70,02	44.860.000	70,02	70,02
UFV Pitombeira	7	1	6	(4)	15.500.000	100,00	100,00	25.780	100,00	100,00
TSM	1.457.918	1.202.911	255.007	85.622	37.631.994	51,00	51,00	37.631.994	51,00	51,00
Verde 8	292.055	195.122	96.933	(2.729)	107.660.380	85,00	85,00	107.660.380	85,00	85,00
Windepar	312.649	73.306	239.343	(1.454)	207.820.239	100,00	100,00	164.832.956	100,00	100,00
TME	613.660	398.674	214.986	35.921	109.793.590	60,00	60,00	109.793.590	60,00	60,00
ETB	1.619.356	1.236.936	382.420	112.486	255.897	51,00	51,00	222.958	51,00	51,00
Controlada em conjunto:										
TNE	334.446	53.758	280.688	10.303	298.705.100	51,00	51,00	298.705.100	51,00	51,00

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



11. Participação dos acionistas não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas da Alupar que possuem participação de acionistas não controladores:

Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	31/12/2021			31/12/2020		
	Participação dos não controladores (%)	Valor contábil dos não controladores	Resultado dos não controladores	Participação dos não controladores (%)	Valor contábil dos não controladores	Resultado dos não controladores
Controladas:						
Transminas	29,98	56.509	14.281	29,98	47.254	17.937
EATE	49,98	709.468	263.942	49,98	578.693	259.408
ENTE	49,99	300.523	107.276	49,99	274.708	92.883
ECTE	49,98	127.819	45.270	49,98	103.402	41.820
ERTE	21,95	37.311	9.152	21,95	35.399	152
ETEP	49,98	121.152	39.070	49,98	124.873	32.945
STN	49,00	258.979	48.176	49,00	259.043	66.363
EBTE	49,00	159.651	21.598	49,00	170.267	37.212
EDTE	49,90	107.236	25.502	49,90	105.815	46.495
Lumitrans	5,00	5.554	1.542	5,00	5.457	1.431
Ijuí	13,34	46.209	5.079	13,34	44.791	1.566
Foz	-	-	3.897	30,17	75.522	8.084
Lavrinhas	39,00	71.930	12.873	39,00	62.115	(603)
Queluz	31,17	64.501	9.887	31,17	56.962	(581)
ETEM	37,21	42.140	8.281	37,21	35.662	3.093
GET	49,00	(526)	-	49,00	(526)	-
Risaralda	0,03	22	4	0,03	8	1
Verde 08	15,00	14.540	(409)	15,00	14.965	(314)
La Virgen	10,26	40.706	(5.598)	10,26	49.635	85
TPE	49,00	427.767	79.600	49,00	356.781	185.587
TCC	34,30	225.146	121.654	49,00	166.175	68.254
TSM	49,00	124.953	41.955	49,00	82.998	53.614
Apaete	63,04	47.350	23.736	63,04	107.228	29.641
AETE	13,25	10.681	5.175	13,25	14.087	6.989
Transleste	49,00	52.465	17.192	49,00	41.558	16.550
Transudeste	49,00	39.791	12.421	49,00	34.151	16.079
Transirapé	49,00	85.229	26.373	49,00	91.418	38.839
TME	40,00	85.994	14.368	40,00	90.212	12.135
ETB	49,00	187.386	55.118	49,00	165.911	77.752
		3.450.486	1.007.415		3.194.564	1.113.417

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os acionistas não controladores aumentaram capital, na proporção de sua participação acionária, no montante de R\$72.177 nas empresas TCC e TPE e reduziram capital, na proporção de sua participação acionária, no montante de R\$71.750 nas empresas Apaete e AETE. Houve também a distribuição de dividendos aos acionistas não controladores na importância total de R\$565.605.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os acionistas não controladores aumentaram capital no montante de R\$101.381 nas controladas Apaete, ETB e TPE. Houve também a distribuição de dividendos aos acionistas não controladores na importância total de R\$592.430 e a transferência de dividendos mínimos obrigatórios no valor total de R\$65.179 das controladas TCC, TPE, TSM e ETB para a conta de reserva de lucros a realizar, tendo em vista a gestão de caixa pelo estágio de construção destas investidas.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

12. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

	Consolidado							
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	31/12/2021
Em serviço								
Custo histórico								
Terrenos		89.031	312	-	-	(476)	-	88.867
Reservatórios, barragens e adutoras		1.584.010	3.580	-	11.435	-	-	1.599.025
Edificações, obras cívicas e benfeitorias		561.142	13	(43)	706.424	(11.473)	-	1.256.063
Máquinas e equipamentos		1.889.740	4.481	(11)	240.766	(4.588)	(471)	2.129.917
Veículos		3.015	201	(865)	-	(118)	-	2.233
Móveis e utensílios		7.781	414	(135)	1.744	(245)	-	9.559
Direito de uso sobre arrendamentos		38.858	7.078	(18)	-	(104)	10.436	56.250
Total		4.173.577	16.079	(1.072)	960.369	(17.004)	9.965	5.141.914
Depreciação								
Reservatórios, barragens e adutoras	2,33%	(242.442)	(36.932)	-	-	-	-	(279.374)
Edificações, obras cívicas e benfeitorias	3,56%	(84.643)	(19.980)	-	-	255	-	(104.368)
Máquinas e equipamentos	3,69%	(370.402)	(69.756)	165	-	891	-	(439.102)
Veículos	7,13%	(1.783)	(215)	354	-	41	-	(1.603)
Móveis e utensílios	18,70%	(3.814)	(1.455)	63	-	107	-	(5.099)
Direito de uso sobre arrendamentos	19,74%	(9.401)	(7.670)	7	-	26	-	(17.038)
Total depreciação		(712.485)	(136.008)	589	-	1.320	-	(846.584)
Total em serviço		3.461.092	(119.929)	(483)	960.369	(15.684)	9.965	4.295.330
Em curso		1.211.064	255.886	(65)	(960.369)	(90.415)	(1.193)	414.908
Total imobilizado		4.672.156	135.957	(548)	-	(106.099)	8.772	4.710.238

	Consolidado							
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	31/12/2020
Em serviço								
Custo histórico								
Terrenos		88.062	-	-	-	989	(20)	89.031
Reservatórios, barragens e adutoras		1.577.606	9	-	6.395	-	-	1.584.010
Edificações, obras cívicas e benfeitorias		478.998	410	-	50.810	30.958	(34)	561.142
Máquinas e equipamentos		1.858.764	1.495	(87)	17.859	11.630	79	1.889.740
Veículos		3.225	173	(502)	-	297	(178)	3.015
Móveis e utensílios		7.843	518	(1.217)	43	573	21	7.781
Direito de uso sobre arrendamentos		34.327	5.530	(1.708)	-	312	397	38.858
Total		4.048.825	8.135	(3.514)	75.107	44.759	265	4.173.577
Depreciação								
Reservatórios, barragens e adutoras	9,82%	(205.046)	(37.395)	-	-	-	(1)	(242.442)
Edificações, obras cívicas e benfeitorias	21,22%	(60.688)	(23.605)	286	-	(1.389)	753	(84.643)
Máquinas e equipamentos	14,31%	(304.901)	(63.218)	14	-	(1.413)	(884)	(370.402)
Veículos	34,65%	(1.749)	(249)	462	-	(76)	(171)	(1.783)
Móveis e utensílios	39,00%	(4.005)	(673)	1.189	-	(292)	(33)	(3.814)
Direito de uso sobre arrendamentos	70,30%	(3.353)	(4.887)	406	-	(60)	(1.507)	(9.401)
Total depreciação		(579.742)	(130.027)	2.357	-	(3.230)	(1.843)	(712.485)
Total em serviço		3.469.083	(121.892)	(1.157)	75.107	41.529	(1.578)	3.461.092
Em curso		956.943	178.053	(1.707)	(75.097)	156.962	(4.090)	1.211.064
Total imobilizado		4.426.026	56.161	(2.864)	10	198.491	(5.668)	4.672.156

- a) O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas TCE (R\$284.163), EAPs (R\$87.397), Foz (R\$4.344), EDVs (R\$11.803) e Água Limpa (R\$12.149), Ijuí (R\$4.270) e Ferreira Gomes (R\$3.410).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



b) Capitalização de encargos

As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2021 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$15.492 (R\$23.892 em 31 de dezembro de 2020). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 19 e 20.

c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo, no montante de R\$922.557.

13. Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Controladora					
Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência p/ Investimento	31/12/2021
Custo					
Outros intangíveis	990	67	-	-	1.057
Direito de exploração	8.156	-	-	-	8.156
	9.146	67	-	-	9.213
Amortização					
Outros intangíveis	20,00%	(731)	(80)	-	(811)
Direito de exploração	3,33%	(3.104)	(360)	-	(3.464)
		(3.835)	(440)	-	(4.275)
Projetos em desenvolvimento		48.983	2.437	(2.656)	(4.389)
Total intangível		54.294	2.064	(2.656)	(4.389)
					49.313

O valor de R\$4.389 correspondo aos gastos efetuados com o desenvolvimento do projeto da PCH Água Limpa e que foram aportados na controlada Água Limpa em 16 de agosto de 2021, conforme AGOE.

Controladora					
Taxa média anual de amortização	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	
Custo					
Outros intangíveis de concessão	813	177	-	990	
Direito de exploração	8.156	-	-	8.156	
	8.969	177	-	9.146	
Amortização					
Outros intangíveis de concessão	20,00%	(676)	(55)	-	(731)
Direito de exploração	3,33%	(2.743)	(361)	-	(3.104)
		(3.419)	(416)	-	(3.835)
Projetos em desenvolvimento		66.144	1.122	(18.283)	48.983
Total intangível		71.694	883	(18.283)	54.294

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Consolidado						
Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência p/ Investimento	Ganho e (perda) na conversão de balanços	31/12/2021
Custo						
Outros intangíveis de concessão	80.149	14.415	(582)	-	(5.957)	88.025
Uso do bem público	16.608	877	-	-	-	17.485
Direito de exploração	88.072	-	-	-	-	88.072
Direito de extensão da outorga	-	83.544	-	-	-	83.544
	184.829	98.836	(582)	-	(5.957)	277.126
Amortização						
Outros intangíveis de concessão	0,92%	(11.776)	(740)	-	167	(12.349)
Uso do bem público	3,10%	(4.885)	(515)	-	-	(5.400)
Direito de exploração	2,38%	(19.849)	(2.099)	-	-	(21.948)
Direito de extensão da outorga	8,68%	-	(1.167)	-	-	(1.167)
		(36.510)	(4.521)	-	167	(40.864)
Projetos em desenvolvimento		49.681	2.682	(2.672)	(4.389)	-
Total intangível		198.000	96.997	(3.254)	(4.389)	(5.790)
						281.564

Consolidado						
Taxa média anual de amortização	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e (perda) na conversão de balanços	31/12/2020
Custo						
Outros intangíveis de concessão	39.531	29.424	(2.934)	6.919	7.209	80.149
Uso do bem público	16.348	-	-	260	-	16.608
Direito de exploração	88.081	-	(9)	-	-	88.072
	143.960	29.424	(2.943)	7.179	7.209	184.829
Amortização						
Outros intangíveis de concessão	6,39%	(13.692)	(617)	2.933	(400)	(11.776)
Uso do bem público	13,42%	(4.362)	(523)	-	-	(4.885)
Direito de exploração	19,83%	(15.774)	(4.075)	-	-	(19.849)
		(33.828)	(5.215)	2.933	(400)	(36.510)
Projetos em desenvolvimento		74.040	1.214	(18.283)	(7.189)	(99)
Total intangível		184.172	25.423	(18.293)	(10)	6.710
						198.000

a) Outros intangíveis de concessão

Refere-se basicamente a valores de servidão de passagem e software registrados ao custo de aquisição e amortizados pelo prazo de concessão ou vida útil, respectivamente, dos dois o menor.

b) Intangível de direito de exploração decorrente de concessão/autorização.

Os direitos de exploração de concessão/autorização gerados na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



Taxa média anual de amortização	Prazo da outorga		Controladora		Consolidado		
	Início	Fim	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Custo							
Queluz	4,58%	06/04/04	13/04/38	2.665	2.665	2.665	2.665
Lavrinhas	4,55%	06/04/04	14/04/38	5.245	5.245	5.245	5.245
ETB	3,69%	29/09/16	29/09/46	-	-	28.400	28.400
La Virgen	-	-	-	-	-	6.164	6.164
EDV I (ii)	3,33%	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	3.006
EDV II (ii)	3,33%	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	1.847
EDV III (ii)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	2.714
EDV IV (ii)	3,33%	24/07/12	24/07/47	-	-	3.933	3.933
EDV X (ii)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	2.420
STC (i)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans (i)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Transleste (i)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Transudeste (i)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Transirapé (i)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
EDTE (iii)	2,87%	01/12/16	01/12/46	-	-	1.752	1.752
Outros	-	-	-	246	246	246	246
				8.156	8.156	88.072	88.072
Amortização							
Queluz				(1.451)	(1.211)	(1.451)	(1.211)
Lavrinhas				(2.013)	(1.893)	(2.013)	(1.893)
ETB				-	-	(1.971)	(1.973)
EDV I (ii)				-	-	(550)	(456)
EDV II (ii)				-	-	(335)	(276)
EDV III (ii)				-	-	(520)	(434)
EDV IV (ii)				-	-	(721)	(595)
EDV X (ii)				-	-	(444)	(366)
STC (i)				-	-	(4.104)	(3.796)
Lumitrans (i)				-	-	(5.303)	(4.903)
Transleste (i)				-	-	(1.532)	(1.344)
Transudeste (i)				-	-	(1.103)	(965)
Transirapé (i)				-	-	(1.673)	(1.469)
EDTE (iii)				-	-	(228)	(168)
				(3.464)	(3.104)	(21.948)	(19.849)
Total líquido				4.692	5.052	66.124	68.223

(i) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada EATE. (ii) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada Windepar. (iii) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada ENTE. (iv) A controlada La Virgen possui prazo de concessão por tempo indeterminado, logo o direito de exploração gerado na aquisição de controle possui vida útil indefinida.

c) Direito de extensão das outorgas

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrológico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

d) Projetos em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's. Os gastos

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

e) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

f) Análise de impairment

A Companhia não identificou indicativos por meio de fontes internas e externas que pudessem afetar a avaliação da recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis efetuada em 31 de dezembro de 2021.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de uso do serviço de transmissão	-	-	2.834	2.649
Suprimento de energia elétrica (a)	6.061	8.495	19.677	171.958
Materiais e serviços	4.459	8.671	175.876	210.520
Partes relacionadas (Nota explicativa 29)	30.932	9.576	-	-
Total	41.452	26.742	198.387	385.127

O saldo de fornecedores de Encargos de uso do sistema de transmissão, Materiais e serviços e Suprimento de energia elétrica, com exceção do item (a), possuem em média três meses para serem pagos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

- (a) Em 9 de março de 2021, as controladas Queluz e Lavrinhas efetuaram a liquidação financeira na CCEE dos valores em aberto referentes ao GSF, no montante de R\$182.111 (R\$162.711 em 31 de dezembro de 2020), conforme divulgado na nota explicativa 1.2.

15. Provisões para gastos ambientais

As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

Movimentação da provisão para compensações ambientais	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	32.933	20.672
Realização	(1.869)	(668)
Baixas	(1.466)	(1.199)
Adições	170	12.513
Atualização	823	1.615
Saldo final	30.591	32.933
Circulante	7.475	13.720
Não circulante	23.116	19.213

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



16. Provisões para constituição dos ativos

As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

Movimentação da provisão para constituição de ativos	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	190.185	80.271
Realização	(54.994)	(65.345)
Baixas	(90.963)	(11.055)
Adições	297.368	186.314
Saldo final	341.596	190.185
Circulante	324.502	180.958
Não circulante	17.094	9.227

17. Encargos regulatórios

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	4.861	3.666
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	11.104	4.832
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.177	860
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	35.320	47.915
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.424	1.008
Ministério de Minas e Energia - MME	710	500
	54.596	58.781

18. Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de Fiscalização ANEEL (TFSEE) e Reserva Global de Reversão (RGR) diferidos	217.031	194.158
PIS e COFINS diferidos	1.347.588	1.061.684
	1.564.619	1.255.842
Circulante	138.539	100.012
Não circulante	1.426.080	1.155.830

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

19. Empréstimos e financiamentos

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos, as principais características e o saldo de empréstimos e financiamentos das controladas é composto da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2021				31/12/2020
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional												
Operacionais												
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	-	48	14.409	14.457	17.787
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	-	2	705	707	871
BNDES - A - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	27.446	TJLP	2,02	Mensal	-	-	-	-	25.755
BNDES (FINAME) - B - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	34.254	-	3,50	Mensal	-	-	-	-	12.965
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	-	495	150.657	151.152	167.293
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	-	196	59.629	59.825	66.212
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	-	22	6.728	6.750	7.472
BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	(2.223)	26	7.705	5.508	46.999
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	-	4	1.782	1.786	1.981
BNDES - nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	-	-	-	-	109.401
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	-	309	85.304	85.613	100.471
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	-	99	31.800	31.899	41.456
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	-	14	4.319	4.333	5.630
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	-	94	29.871	29.965	39.668
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	-	20	6.541	6.561	8.689
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	(58)	151	50.003	50.096	53.208
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	26	15.211	15.237	14.940
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	(37)	85	28.225	28.273	29.981
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	15	8.684	8.699	8.578
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	(42)	130	43.144	43.232	45.836
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	19	10.755	10.774	10.631
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	(51)	200	66.194	66.343	70.338
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	20	11.905	11.925	11.768
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	(49)	109	36.178	36.238	38.420
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	23	13.340	13.363	13.186
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	-	8	4.963	4.971	7.358
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	-	142	3.297	3.439	3.877
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	-	6,00	Mensal	-	139	2.349	2.488	3.061
BDMG - nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	-	-	-	-	995
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	-	41	7.794	7.835	10.309
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	-	180	2.204	2.384	3.130
Santander - CCC	TME	mai/20	mai/25	200.000	CDI	3,30	Único no final	(186)	22.642	200.000	222.456	205.925
Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	CDI	2,90	Mensal	(492)	868	91.835	92.211	91.503
Santander - CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	CDI	2,90	Mensal	(453)	734	77.646	77.927	81.323
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	CDI	2,90	Mensal	(546)	964	102.039	102.457	101.671
Itaú Unibanco S.A. - CCC	ETES	set/20	set/23	10.000	CDI	2,68	Semestral	-	842	10.000	10.842	10.119
Subtotal								(4.137)	28.667	1.185.216	1.209.746	1.468.807
Circulante								(1.213)	28.667	308.207	335.661	147.320
Não circulante								(2.924)	-	877.009	874.085	1.321.487



Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2021				31/12/2020
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda estrangeira												
Operacionais												
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	(1.239)	879	137.345	136.985	164.872
Itau Corpbanca Colombia S.A. - Leasing	Risaralda	out/20	out/23	COP 121.000	-	4,37	Mensal	-	1	120	121	-
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	jun/20	jul/20	COP 163.657	-	24,05	Mensal	-	-	181	181	177
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	nov/23	USD 18.000	-	4,15	Trimestral	-	-	101.196	101.196	93.856
Santander Brasil	Alupar Perú	dez/18	dez/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	196.579	196.579	91.249
Santander Brasil	Alupar Perú	mar/19	mar/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	-	-	94.163
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 50.000	Libor (*)	Flutuante: até 5 anos 3,9%/após 5,7%; Fixo: até 5 anos 5%/após 10,27%	Semestral	-	-	245.641	245.641	241.466
Banco Deutsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000	Libor (*)	até 5 anos 3,70, após 4,50	Semestral	-	-	150.024	150.024	144.771
Pré - Operacionais												
Santander Luxemburgo	Alupar Colômbia	nov/20	nov/23	USD 11.000	-	3,40	Anual	-	233	60.171	60.404	57.728
Santander Luxemburgo	Alupar Colômbia	jan/21	nov/23	USD 7.000	-	3,40	Anual	-	1.248	38.291	39.539	-
Santander Brasil	TCE	mai/18	abr/21	USD 30.000	Libor (*)	3,70	Anual	-	-	-	-	162.361
Santander Luxemburgo	TCE	abr/21	abr/22	USD 45.000	-	2,75	Semestral	-	1.022	246.155	247.177	-
Subtotal								(1.239)	3.383	1.175.703	1.177.847	1.050.643
Circulante								(358)	3.383	295.728	298.753	216.478
Não circulante								(881)	-	879.975	879.094	834.165
Total								(5.376)	32.050	2.360.919	2.387.593	2.519.450
Circulante								(1.571)	32.050	603.935	634.414	363.798
Não circulante								(3.805)	-	1.756.984	1.753.179	2.155.652

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino.

(**) Indicador Bancário de Referência (IBR). A taxa do IBR é mensal

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2021 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$121.666 (R\$103.619 em 31 de dezembro de 2020) evidenciado na nota explicativa nº 7.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.468.807	1.212.192	1.050.643	811.665	2.519.450	2.023.857
Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	-	492.097	473.535	153.312	473.535	645.409
Provisão de encargos	95.945	86.232	57.329	56.452	153.274	142.684
Variação monetária e cambial	6.028	1.494	92.546	68.331	98.574	69.825
Ganho e perda na conversão	-	-	(61.530)	165.703	(61.530)	165.703
Amortização do principal	(284.024)	(274.919)	(201.198)	(133.135)	(485.222)	(408.054)
Amortização do encargos	(77.010)	(48.289)	(233.478)	(71.685)	(310.488)	(119.974)
Saldo final	1.209.746	1.468.807	1.177.847	1.050.643	2.387.593	2.519.450

Saldo a amortizar dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2021							
	Consolidado							
	R\$							
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Moeda estrangeira								
Dólar norte-americano	283.623	143.059	331.414	32.552	28.828	9.115	211.969	1.040.560
Pesos colombianos	15.489	17.269	19.866	85.902	-	-	-	138.526
(-) Custos a amortizar	(359)	(339)	(277)	(264)	-	-	-	(1.239)
	298.753	159.989	351.003	118.190	28.828	9.115	211.969	1.177.847
Moeda nacional								
CDI	235.854	41.089	82.115	123.001	25.511	-	-	507.570
TJLP	80.939	79.974	81.120	64.303	58.706	55.245	200.619	620.906
Taxa fixa	14.289	6.057	3.807	1.093	163	-	-	25.409
IPCA	5.632	5.553	5.553	5.553	5.553	5.553	26.601	59.998
(-) Custos a amortizar	(1.053)	(918)	(569)	(328)	(240)	(240)	(789)	(4.137)
	335.661	131.755	172.026	193.622	89.693	60.558	226.431	1.209.746
	634.414	291.744	523.029	311.812	118.521	69.673	438.400	2.387.593

Notas Explicativas às demonstrações contábeis



20. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostas da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Consolidado							Controladora					Consolidado				
		Condições contratadas das debêntures							31/12/2021				31/12/2020	31/12/2021				31/12/2020
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
			Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos												
Operacionais																		
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral	-	-	-	-	165.475	-	-	-	-	165.475
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	CDI	1,40	Único no final	Semestral	(1.274)	12.310	648.500	659.536	651.366	(1.274)	12.310	648.500	659.536	651.366
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(3.656)	269	76.689	73.302	69.239
5ª Emissão - II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.055
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(15)	17	11.454	11.456	26.660
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(56)	43	27.818	27.805	46.227
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(415)	8.429	270.000	278.014	272.013
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(21)	35	23.276	23.290	54.217
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(134)	1.561	50.000	51.427	50.295
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(141)	1.561	50.000	51.420	50.287
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(34)	26	16.531	16.523	27.466
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(7.918)	922	308.046	301.050	290.418
2ª Emissão	Transirapê	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(8)	11	7.297	7.300	16.990
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(11)	16	10.800	10.805	25.150
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(10)	14	9.184	9.188	21.383
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(70)	51	33.003	32.984	54.831
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(73)	19	12.001	11.947	19.884
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(422)	965	41.300	41.843	40.887
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	-	(1.818)	7.421	133.222	138.825	125.088
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(62)	18	11.401	11.357	18.904
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(1.685)	4.603	169.089	172.007	155.177
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(311)	727	30.700	31.116	30.400
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	-	(1.339)	5.519	99.074	103.254	93.042
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(7.620)	62.744	315.000	370.124	333.300
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(17.107)	157.180	715.000	855.073	770.373
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	CDI	2,70	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(1.123)	3.513	117.260	119.650	130.019
9ª Emissão	EATE	abr/21	abr/26	200.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(544)	4.389	200.000	203.845	-
5ª Emissão	ECTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(199)	1.096	50.000	50.897	-
4ª Emissão	ETEP	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(199)	1.097	50.000	50.898	-
3ª Emissão	Transirapê	abr/21	abr/26	50.000	CDI	2,65	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(192)	1.097	50.000	50.905	-
2ª Emissão	EBTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(198)	1.098	50.000	50.900	-
1ª Emissão	Foz	out/21	set/28	600.000	CDI	1,70	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(532)	12.514	600.000	611.982	-
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(16.721)	150.738	680.000	814.017	733.293
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(26.252)	237.192	1.070.000	1.280.940	1.153.925
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(31.251)	3.546	664.608	636.903	546.649
Pré - Operacionais																		
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(23.597)	108.177	415.000	499.580	428.993
TOTAL									(1.274)	12.310	648.500	659.536	816.841	(145.008)	788.918	7.016.253	7.660.163	6.456.006
Circulante									(365)	12.310	-	11.945	169.588	(17.648)	163.469	170.958	316.779	459.821
Não circulante									(909)	-	648.500	647.591	647.253	(127.360)	625.449	6.845.295	7.343.384	5.996.185

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures.

Para as debêntures emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices:

- Controladora - Dívida Líquida / (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) e (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) / Despesa Financeira Líquida; e
- Consolidado - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores).

Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debentures.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas.

As debêntures da Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	816.841	964.630	6.456.006	6.490.298
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	-	-	998.359	128.394
Provisão de encargos	12.916	25.776	835.354	523.901
Variação monetária	33.509	26.807	94.553	46.038
Amortização do principal	(168.278)	(158.605)	(410.032)	(433.377)
Amortização do encargos	(35.452)	(41.767)	(314.077)	(299.248)
Saldo final	659.536	816.841	7.660.163	6.456.006

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2021							
	Controladora							
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
CDI	12.310	-	324.250	324.250	-	-	-	660.810
(-) Custos a amortizar	(365)	(337)	(337)	(235)	-	-	-	(1.274)
	11.945	(337)	323.913	324.015	-	-	-	659.536

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2021							
	Consolidado							
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
CDI	190.063	116.434	706.600	488.550	444.485	175.000	300.000	2.421.132
IPCA	143.317	235.915	533.931	727.141	445.394	462.147	2.836.194	5.384.039
(-) Custos a amortizar	(16.601)	(18.196)	(16.892)	(15.835)	(14.304)	(12.970)	(50.210)	(145.008)
	316.779	334.153	1.223.639	1.199.856	875.575	624.177	3.085.984	7.660.163

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

21. Provisões para contingências

- a) A Administração da Companhia e suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

Controladora				Consolidado			
Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
Provisões		Depósitos judiciais		Provisões		Depósitos judiciais	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Processos judiciais							
Tributário	-	-	-	1.706	1.477	5.008	3.953
Cível	6	6	5	1.180	8.537	5.623	8.461
Fundiário	-	-	-	-	-	2.657	718
Trabalhista	1.645	5.108	810	773	3.266	8.448	2.548
Processos administrativos							
Regulatório (ANEEL)	-	-	-	-	-	26	27
1.651	5.114	815	778	6.152	18.462	15.862	15.717
Circulante	-	-	-	-	2.712	384	384
Não circulante	1.651	5.114	815	778	6.152	15.478	15.333

- b) Movimentação da provisão para contingências:

Controladora				
31/12/2020	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2021
Processos judiciais				
Cível	6	-	-	6
Trabalhista	5.108	-	1.135	(4.598)
5.114	-	1.135	(4.598)	1.651

Controladora			
31/12/2019	Ingressos	Reversão	31/12/2020
Processos judiciais			
Cível	-	6	-
Trabalhista	5.933	764	(1.589)
5.933	770	(1.589)	5.114

Consolidado					
31/12/2020	Ingressos	Atualizações	Reversão	Pagamentos	31/12/2021
Processos judiciais					
Tributário	1.477	-	229	-	1.706
Cível	8.537	241	8	(7.606)	1.180
Trabalhista	8.448	106	1.239	(6.518)	(9)
18.462	347	1.476	(14.124)	(9)	6.152

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Consolidado				
31/12/2019	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2020
Processos judiciais				
Tributário	1	1.476	-	1.477
Cível	6.122	2.515	(100)	8.537
Trabalhista	9.044	1.661	(2.732)	8.448
15.167	5.652	475	(2.832)	18.462

Em 31 de dezembro de 2021, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes principais assuntos:

Tributário

As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes a retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão.

Cível

As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de serviços adicionais, originários de contratos de empreitada total, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico financeiro dos contratos firmados.

Trabalhista

A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade etc. relacionados a ex-colaboradores.

c) Contingências passivas – risco de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Em 31 de dezembro de 2021, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

31/12/2021		31/12/2020	
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos judiciais			
Tributário	49 46.103	50 60.060	
Cível e Ambiental	56 304.800	42 187.401	
Trabalhista	81 8.813	147 13.266	
Regulatório	6 2	10 49	
192	359.718	249	260.776

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$10.000 para as demandas vinculadas à Companhia e R\$5.000 para as demandas vinculadas às suas controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Resumo dos principais processos com risco de perda possível:

i) Tributário:

- Execução Fiscal nº 08094733820178230010 - em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Boa Vista. Trata-se de ação ajuizada para fins de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS, referente ao período de 06/2014 a 11/2014 (Convênio CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013), inicialmente apurado no Auto de Infração nº 492/2015, cujo valor em risco aproximado é de R\$18.532 (R\$17.568 em 31 de dezembro de 2020);
- Processo Administrativo nº 10480729854201815 - em face da controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de lançamento de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas financeiras com o pagamento de juros relativos às debêntures emitidas. O valor em risco aproximado é de R\$14.962 (R\$15.960 em 31 de dezembro de 2020); e
- Processo Administrativo nº 15746720203202021 - em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$9.560.

ii) Ambiental e Cível:

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$81.004 (R\$30.000 em 31 de dezembro de 2020);

A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2), no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Auto de Infração Ambiental nº 013596-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente. O valor em risco aproximado é de R\$66.075 (R\$20.000 em 31 de dezembro de 2020);

A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta, no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Ação de Execução nº 00002067420198030006 - proposta pelo Ministério Público Estadual contra a controlada Ferreira Gomes, por suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g' do TAC homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006. O valor em risco aproximado é de R\$16.387 (R\$9.018 em 31 de dezembro de 2020);
- Auto de Infração Ambiental nº 016154 - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$13.290 (R\$7.000 em 31 de dezembro de 2020);
- Auto de Infração Ambiental nº 016158 - lavrado em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$5.695 (R\$3.000 em 31 de dezembro de 2020);
- Auto de Infração Ambiental nº 41971 - lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco não pode ser estimado;

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 - proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 - proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer indenização em decorrência de supostos danos materiais causados ao meio ambiente. Com a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) o processo foi suspenso, sendo que a movimentação decorre apenas da juntada dos documentos comprobatórios de cumprimento. Encontra-se também suspensa, em razão da celebração do TAC, a Ação Penal nº 00016282620158030006 - proposta pelo Ministério Público Estadual, que visa apurar a eventual ocorrência de crime ambiental de mortandade de peixes. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00184082320134013200 - proposta pelo Ministério Público Federal em face da controlada TNE para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$1.211 (R\$1.211 em 31 de dezembro de 2020);
- Ação Civil Pública nº 00013863320168030006 - proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados à evento. A presente ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautela Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo MP. A ação cautelar está em fase de recurso de apelação. Em decorrência do evento, o MPE proveu uma Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de resposta à acusação. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00180326620154013200 - proposta pelo Ministério Público Federal em face controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$100 (R\$100 em 31 de dezembro de 2020); e
- Ação Ordinária nº 5013784-97.2020.8.13.0105 - proposta pelo proprietário das terras, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Governador Valadares. Trata-se de ação que visa a Revogação de Liminar de Imissão Provisória na Posse c/c Manutenção na Posse, Danos Morais, Ambientais e Lucros Cessantes, vinculada à Ação de Instituição de Servidão Administrativa nº 5007124-24.2019.8.13.0105. O valor em risco aproximado é de R\$20.743.

iii) Regulatória:

- **Ação proposta por controladas da Companhia – CNPE nº 03 - Ações Ordinárias com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400 e nº 0003995-79.2016.4.01.3400** – propostas pela Companhia e pelas controladas Ferreira Gomes Energia S.A., ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente a Companhia e suas controladas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia e suas controladas, caso a liminar não seja mantida, é o montante aproximado de R\$255 (R\$5.270 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

iv) Arbitragem:

- Procedimento Arbitral: instaurado em face da ETB para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$41.990 (R\$39.256 em 31 de dezembro de 2020); e
- Procedimento Arbitral: instaurado em face da controlada ETC para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$11.432 (R\$10.687 em 31 de dezembro de 2020).

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota, exceto por aquelas que, no entendimento da Administração, são importantes para os negócios da Companhia e suas controladas, descritas abaixo:

(i) Arbitragem:

- Processos Arbitrais: as controladas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. celebraram contratos de fornecimento de energia distintos, por meio dos quais estas deveriam fornecer, certas quantidades de energia por mês. Tais contratos foram cedidos parcialmente a terceiros, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Lavrinhas e Queluz ingressaram com ações de execução contra as empresas cedentes e as cessionárias, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais. Tendo vista que os contratos de fornecimento de energia possuíam cláusula arbitral, as cedentes, para poder apresentar seus embargos de devedor, instauraram procedimentos arbitrais, requerendo o reequilíbrio dos contratos ou as suas resoluções para todos os fins. Neste sentido, embora a Lavrinhas e Queluz figurem no polo passivo destas arbitragens, elas também são as credoras dos contratos de fornecimento de energia, sendo certo que a chance de perda destas arbitragens é apontada por nossos advogados como remota. Não há valor em risco calculável nesse estágio do processo.

22. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 1.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era no valor total de R\$2.981.996, e estava representado por 596.955.970 ações ordinárias e 282.155.299 ações preferenciais, conforme segue abaixo:

	31/12/2021					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Guarupart	445.995.367	74,71	5.471.128	1,94	451.466.495	51,35
Outros (*)	150.960.603	25,29	276.684.171	98,06	427.644.774	48,65
Total das ações	596.955.970	100,00	282.155.299	100,00	879.111.269	100,00

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

31/12/2020					
Ordinárias		Preferenciais		Total	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%

Acionistas

Guarupart	445.995.367	74,71	5.471.128	1,94	451.466.495	51,35
FI - FGTS (*)	35.162.754	5,89	70.325.508	24,92	105.488.262	12,00
Outros (*)	115.797.849	19,40	206.358.663	73,14	322.156.512	36,65
Total das ações	596.955.970	100,00	282.155.299	100,00	879.111.269	100,00

(*) Free-float

c) Reserva de lucros

c.1) Reserva legal no valor de R\$285.560 em 31 de dezembro de 2021 (R\$229.790 em 31 de dezembro de 2020): de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c.2) Reserva de investimentos no valor de R\$2.605.373 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.075.560 em 31 de dezembro de 2020): os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c.3) Reserva de lucros a realizar no valor de R\$591.409 em 31 de dezembro de 2021 (R\$422.029 em 31 de dezembro de 2020): refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório (50%), que excedeu a parcela realizada do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

d) Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Ganho (perda) em transação de capital		
EATE	86.821	86.821
ECTE	(3.915)	(3.915)
APAETE	4.643	4.643
Lavrinhas	(4.747)	(4.747)
Queluz	(3.000)	(3.000)
Foz	(50.853)	(31.987)
TME	(27.823)	(27.823)
TCC	79.610	-
	80.736	19.992
Reserva para reinvestimento		
ENTE	466	466
ETEP	57	57
	523	523
	81.259	20.515

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das informações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	85.453	38.526	85.155	38.526
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior				
Controladas:				
La Virgen	1.616	6.720	(1.216)	6.422
Risaralda	98	11	98	11
Alupar Peru	(8.349)	26.179	(8.349)	26.179
Alupar Colombia	(7.953)	14.017	(7.953)	14.017
Saldo no fim do exercício	70.865	85.453	67.735	85.155

f) Destinação do resultado

De acordo com o artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 202, inciso II, da Lei nº 6.404/76, o valor do dividendo mínimo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei). Para o exercício de 2021, a Administração da Companhia apurou que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é decorrente, basicamente, do resultado positivo de equivalência patrimonial (não realizado), desta forma, constituiu Reserva de Lucros a Realizar de 50% do lucro líquido do exercício, que correspondem ao dividendo mínimo obrigatório desse exercício, no montante de R\$529.816.

Adicionalmente, durante o exercício de 2021, a Companhia realizou o montante de R\$360.436, dos R\$422.029 destinados a Reserva de Lucros a Realizar no exercício de 2020, mediante o recebimento de dividendos de suas controladas e efetuou a reclassificação deste montante para a rubrica de "Dividendos a Pagar", conforme determina o artigo 202 item III da Lei nº 6.404/76. O valor do dividendo por ação dessa distribuição é de R\$0,41 e por UNIT é de R\$1,23.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.115.401	896.077
Destinação para Reserva legal	(55.770)	(47.104)
Saldo disponível para distribuição	1.059.631	848.973
Destinação para Reserva de lucros a realizar	(529.816)	(422.029)
Dividendos obrigatórios	-	(25.462)
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	(529.815)	(401.482)
Valor do dividendo por ação	-	0,03
Valor do dividendos por UNIT	-	0,09

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

23. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Consolidado	
Exercício findo em	
31/12/2021	31/12/2020

Numerador:

Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	1.115.401	942.088
---	-----------	---------

Denominador (em milhares de ações)

Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	596.956	596.956
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	282.155	282.155

Lucro por ação

Lucro básico e diluído por ação ordinária (*)	1,26878	1,07164
Lucro básico e diluído por ação preferenciais (*)	1,26878	1,07164

(*) A Companhia não possui instrumentos dilutivos, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou bônus de subscrição.

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta				
Sistema de transmissão de energia				
Receita de operação e manutenção (Nota 9)	-	-	431.639	591.201
Receita de infraestrutura (Nota 9)	-	-	1.032.923	3.241.714
Remuneração financeira do ativo de concessão (Nota 9)	-	-	3.541.001	2.266.275
	-	-	5.005.563	6.099.190
Sistema de geração de energia				
Suprimento de energia (Nota 25)	136.929	119.853	797.636	645.875
Total - Receita operacional bruta	136.929	119.853	5.803.199	6.745.065
Tributos sobre a receita operacional bruta				
Programa de Integração Social - PIS	(2.259)	(1.928)	(41.003)	(22.237)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(10.405)	(8.883)	(160.533)	(103.032)
Pis e Cofins - Diferidos	-	-	(281.401)	(403.742)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	(600)	(1.584)
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	(434)	(387)
	(12.664)	(10.811)	(483.971)	(530.982)
Encargos regulatórios				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(31.934)	(30.433)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(8.747)	(6.584)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	-	-	(8.747)	(6.525)
Ministério de minas e energia - MME	-	-	(4.374)	(3.264)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	(9.816)	(7.639)
TFSSE e RGR Diferido	-	-	(21.402)	(18.893)
	-	-	(85.020)	(73.338)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(12.664)	(10.811)	(568.991)	(604.320)
Total - Receita operacional líquida	124.265	109.042	5.234.208	6.140.745

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

a) A seguir apresentamos as margens do segmento de transmissão de cada obrigação de desempenho:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020
Implementação de infraestrutura		
Receita de infraestrutura	1.032.923	3.241.714
Custo de infraestrutura	<u>(933.340)</u>	<u>(2.204.273)</u>
Margem	99.583	1.037.441
% Margem percebida	9,64%	32,00%
Operação & Manutenção		
Receita de operação e manutenção	431.639	591.201
Custo de operação e manutenção	<u>(137.752)</u>	<u>(126.439)</u>
Margem	293.887	464.762
% Margem percebida	68,09%	78,61%

25. Suprimento de energia e energia comprada para revenda

	Controladora						Consolidado					
	Exercício findo em						Exercício findo em					
	31/12/2021			31/12/2020			31/12/2021			31/12/2020		
MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	
Suprimento de energia												
Ambiente livre	-	-	-	-	-	-	442.451	310,03	137.172	483.611	257,73	124.639
Ambiente livre - comercialização	338.194	217,58	73.583	598.008	161,86	96.792	1.030.886	261,17	269.240	978.754	169,00	165.406
Ambiente livre - partes relacionadas	305.248	187,29	57.171	175.946	76,43	13.447	-	-	-	-	-	-
Ambiente regulado	-	-	-	-	-	-	1.873.764	173,10	324.355	1.878.897	165,67	311.281
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	6.175	-	-	9.614	-	-	66.869	-	-	44.549
Total			<u>136.929</u>			<u>119.853</u>			<u>797.636</u>			<u>645.875</u>
Energia comprada para revenda												
Ambiente livre	(233.527)	154,98	(36.192)	(394.294)	208,77	(82.318)	(833.566)	195,25	(162.753)	(850.559)	164,47	(139.888)
Ambiente livre - partes relacionadas	(435.899)	247,20	(107.753)	(424.708)	199,81	(84.862)	-	-	-	-	-	-
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	(24)	-	-	(2.977)	-	-	(3.095)	-	-	(23.341)
(-) Crédito de PIS/Cofins energia	-	-	11.565	-	-	17.003	-	-	19.683	-	-	21.457
Total			<u>(132.404)</u>			<u>(153.154)</u>			<u>(146.165)</u>			<u>(141.772)</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

26. Custos e despesas

Controladora						
Exercício findo em						
31/12/2021			31/12/2020			
Despesas	Custos dos serviços prestados	Total	Despesas	Custos dos serviços prestados	Total	
Gerais e administrativas			Gerais e administrativas			
Pessoal	(11.653)	(894)	(12.547)	(11.411)	(642)	(12.053)
Honorários da administração	(15.068)	-	(15.068)	(10.582)	-	(10.582)
Material	(147)	-	(147)	(122)	-	(122)
Serviços de terceiros	(9.281)	(184)	(9.465)	(12.320)	(314)	(12.634)
Depreciação e amortização	(1.076)	-	(1.076)	(2.948)	-	(2.948)
Provisões	3.463	-	3.463	818	-	818
Aluguéis	(247)	-	(247)	(287)	-	(287)
Seguros	(51)	-	(51)	(182)	-	(182)
Doações, contribuições e subvenções	(210)	(162)	(372)	(802)	(249)	(1.051)
Tributos e taxas	(503)	-	(503)	(430)	(60)	(490)
Outros	(473)	-	(473)	(6)	-	(6)
Total	(35.246)	(1.240)	(36.486)	(38.272)	(1.265)	(39.537)

Consolidado									
Exercício findo em									
31/12/2021				31/12/2020					
Custos do serviço		Despesas		Total	Custos do serviço		Despesas		Total
Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas			Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas		
Pessoal	(84.852)	(23.019)	(40.038)	(147.909)	(60.817)	(57.037)	(38.575)	(156.429)	
Honorários da administração	-	-	(31.454)	(31.454)	-	-	(25.155)	(25.155)	
Material	(20.305)	(23.684)	(1.695)	(45.684)	(43.036)	(646.774)	(837)	(690.647)	
Serviços de terceiros	(68.815)	(695.746)	(49.674)	(814.235)	(52.756)	(1.080.328)	(40.230)	(1.173.314)	
Depreciação e amortização	(134.496)	-	(5.067)	(139.563)	(127.828)	-	(7.357)	(135.185)	
Provisões	922	(1.989)	3.357	2.290	(3.268)	(38.264)	1.073	(40.459)	
Aluguéis	(6.967)	(1.149)	(773)	(8.889)	(4.075)	(624)	(928)	(5.627)	
Seguros	(20.036)	(695)	(440)	(21.171)	(14.610)	(1.583)	(493)	(16.686)	
Doações e contribuições	(875)	-	(4.654)	(5.529)	(974)	-	(5.836)	(6.810)	
Tributos e taxas	(2.907)	(2.165)	(1.644)	(6.716)	(2.809)	(40.619)	(1.759)	(45.187)	
Outros	(805)	(184.893)	(1.812)	(187.510)	(2.101)	(339.044)	(797)	(341.942)	
Recuperação de custo - GSF	62.753	-	-	62.753	-	-	-	-	
Total	(276.383)	(933.340)	(133.894)	(1.343.617)	(312.274)	(2.204.273)	(120.894)	(2.637.441)	

O valor de "Outros" em Custo de infraestrutura refere-se a basicamente custo de dívida considerado como custo de infraestrutura, gastos com faixas de servidão e outros gastos.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

27. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	24.638	20.471	70.956	42.164
Atualização monetária	1.017	785	28.803	5.227
Outras receitas financeiras (*)	52.473	2.662	8.064	3.923
Total	78.128	23.918	107.823	51.314
Despesas Financeiras				
Encargos sobre dívida	(46.425)	(52.655)	(873.426)	(387.289)
Ganho (perda) na variação cambial	11	43	(96.231)	(59.015)
Atualização monetária	-	-	(27.919)	(52.923)
Juros sobre arrendamentos	(74)	(176)	(11.298)	(5.142)
Despesas bancárias	(1.048)	(848)	(3.205)	(3.550)
Outras despesas financeiras	(614)	(581)	(11.289)	(5.134)
Total	(48.150)	(54.217)	(1.023.368)	(513.053)
Total Líquido	29.978	(30.299)	(915.545)	(461.739)

(*) O montante de R\$48.582 em Outras receitas financeiras da controladora, refere-se a comissão de aval sobre empréstimos prestados pela Alupar em favor de controladas, veja nota explicativa nº 29, com base em acordo efetuado entre os acionistas controladores e os acionistas não controladores dessas controladas.

28. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social corrente registrados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	27.464	25.596	49.603	68.237
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.242	-	5.170	1.423
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	436	13.783	15.211
Total de Imposto de renda e contribuição social compensáveis	28.706	26.032	68.556	84.871
Circulante	28.706	26.032	65.067	81.684
Não circulante	-	-	3.489	3.187

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	24.826	22.594
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	40.727	41.048
Total de Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	65.553	63.642

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

b) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados no balanço patrimonial:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido - ativo	16.708	4.243
Contribuição social diferida - ativo	3.499	2.445
Total	20.207	6.688
Imposto de renda diferido - passivo	1.811.556	1.349.057
Contribuição social diferida - passivo	760.424	576.767
Total	2.571.980	1.925.824

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE, TME e ETVG. As empresas EBTE, FOZ, FGE, ELTE e Verde 8 possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal.

Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

	Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	20.207	6.688	(1.300)	1.240
Contrato de concessão	(2.568.752)	(1.923.319)	(603.068)	(695.924)
Diferimento de receita para órgãos públicos	(3.228)	(2.505)	(3.228)	(2.505)
Direito de extensão da outorga	-	-	(23.304)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.551.773)	(1.919.136)	(630.900)	(697.189)

Créditos fiscais a compensar

Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo nas informações contábeis intermediárias e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido.

Em 31 de dezembro de 2021, a Alupar acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Créditos fiscais não reconhecidos		
Prejuízo fiscal	633.833	622.594
Base negativa de contribuição social	663.183	645.998

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

- c) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020
a) Composição dos tributos no resultado:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(110.751)	(104.121)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(630.900)	(697.189)
Total	(741.651)	(801.310)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos	2.864.467	2.856.815
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(973.918)	(971.317)
Conciliação para a despesa reconhecida no resultado:		
Incentivo Fiscal (*)	119.744	114.182
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	2.924	3.507
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(18.445)	2.298
(-) Despesas e provisões indedutíveis	(5.095)	(2.326)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(1.787)	9.224
(-) Exclusão - Receita financeira da concessão - Art. 84 inciso II IN nº 1515/1	859.289	461.608
(+) Adição "AVP"- Art. 84 inciso II IN nº 1515/14	(387.881)	(241.191)
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido	113.362	52.131
Exclusão dos efeitos CPC 47	(481.814)	(88.740)
Diferimento de órgãos públicos	(3.228)	(2.505)
Direito de extensão da outorga	23.304	-
Outras	11.894	(138.181)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(741.651)	(801.310)
c) Alíquota efetiva	25,9%	28,0%

(*) Incentivos fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

- d) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Empresas	Referente Ano Fiscal 2021				Regime de tributação
	Aliquota de Pis e Cofins	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	Incentivo fiscal de ICMS até:	
Controladas					
Alupar Peru	Não aplicável	-	-	-	(***)
Transminas	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Alupar Chile	Não aplicável	-	-	-	(***)
Foz	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Ijuí	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Lavrinhas	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Queluz	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Ferreira Gomes (**)	9,25%	-	2026	-	Lucro Real
GET	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Risarda	Não aplicável	-	-	-	(***)
Alupar Colombia	Não aplicável	-	-	-	(***)
Verde 8 (**)	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Agua Limpa	9,25%	-	-	-	Lucro Real
La Virgen	Não aplicável	-	-	-	(***)
EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2023	-	Lucro Real
STN (*)	9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ETES	9,25%	2021	2030	-	Lucro Real
ETEP (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ENTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ERTE (*)	3,65%	-	2024	-	Lucro Presumido
ECTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	-	-	Lucro Real
ETEM	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETVG	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ELTE	9,25%	2020	-	-	Lucro Real
Lumitrans	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
STC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ACE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AF	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Windepar	9,25%	-	-	-	Lucro Real
ETAP	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
ETC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TCC	9,25%	2022	-	2020	Lucro Real
TPE	9,25%	2022	2031	2020	Lucro Real
TSM	9,25%	2022	-	-	Lucro Real
UFV Pitombeira	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AETE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EBTE	9,25%	-	2020	-	Lucro Real
Transleste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transudeste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transirapé	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESDE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ETSE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESTE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EDV I	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV II	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV III	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV IV	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV X	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TCE	Não aplicável	-	-	-	(***)
EDTE	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
TME	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETB	9,25%	2022	2030	2020	Lucro Real
EAP I	9,25%	2022	-	-	Lucro Real
EAP II	9,25%	2022	-	-	Lucro Real
EAP III	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP IV	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP V	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VI	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VII	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Controlada em conjunto					
TNE	9,25%	-	-	2017	Lucro Real

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidos à dedução de 3,65% Pis/Cofins. (***) Em 08 de outubro de 2018 foi publicado no D.O. o reconhecimento do regime especial de tributação aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passou a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS e COFINS. (***) O regime de tributação das controladas do exterior seguem as determinações da legislação fiscal de seus respectivos países.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

29. Partes relacionadas

a) Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Balço patrimonial				
Ativo				
Investimento de curto-prazo	-	258.892	-	327.576
Caixa Econômica Federal (i)	-	258.892	-	327.576
Cientes - Venda de energia ambiente livre (vii)	149	-	-	-
Foz do Rio Claro	149	-	-	-
Outros ativos	3.888	13.263	-	-
Verde 8 - Reembolso de despesas (ii)	-	13.263	-	-
TPE - comissão de aval (viii)	1.688	-	-	-
ETB - comissão de aval (viii)	1.127	-	-	-
TCC - comissão de aval (viii)	1.073	-	-	-
Dividendos a receber (iii)	341.754	390.119	75	75
Transminas	8.338	7.073	-	-
EATE	62.029	111.335	-	-
ENTE	24.001	14.517	-	-
ECTE	11.328	10.464	-	-
ETEP	3.401	7.137	-	-
STN	11.909	-	-	-
STC	485	1.437	-	-
Lumitrans	371	1.391	-	-
ETES	16.915	12.736	-	-
Ijuí	7.835	8.878	-	-
Foz	8.176	8.927	-	-
Lavrinhas	13.262	11.531	-	-
Queluz	25.936	24.192	-	-
TME	3.981	8.749	-	-
ETEM	3.899	1.969	-	-
ETVG	15.557	8.960	-	-
Ferreira Gomes	6.171	6.970	-	-
TNE	75	75	75	75
ETAP	38.054	51.864	-	-
ETC	26.942	26.818	-	-
TPE	19.677	45.876	-	-
ETB	13.625	19.220	-	-
APAETE	3.304	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (iv)	215.433	103.600	-	-
GET	695	695	-	-
Transmissoras reunidas	970	12	-	-
Água Limpa	-	50	-	-
ELTE	-	2.000	-	-
Alupar Chile	2.887	2.850	-	-
Windepar	-	86.171	-	-
ETC	-	8.500	-	-
TSM	106.500	-	-	-
EAP I	38.044	1.919	-	-
EAP II	65.154	1.403	-	-
EAP III	229	-	-	-
EAP IV	242	-	-	-
EAP V	179	-	-	-
EAP VI	255	-	-	-
EAP VII	278	-	-	-
Passivo				
Fornecedores - Compra de energia ambiente livre (v)	30.932	9.576	-	-
Ferreira Gomes	28.859	9.576	-	-
Lavrinhas	691	-	-	-
Queluz	691	-	-	-
Verde 8	691	-	-	-
Dividendos a pagar (vi)	360.439	246.153	568.412	509.475
Guarupart	185.103	126.411	185.103	126.411
Acionistas minoritários da controladora	175.336	119.742	175.336	119.742
Acionistas não controladores	-	-	207.973	263.322
	360.439		568.412	509.475

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Parte relacionada / natureza da transação	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020
Demonstração do resultado		
Receita - Suprimento de energia (vii)	57.171	13.447
Ferreira Gomes	55.768	9.289
Queluz	-	1.630
Lavrinhas	-	1.894
Foz do Rio Claro	1.403	53
Ijuí	-	581
Custo - Energia comprada para revenda (v)	(107.753)	(84.862)
Ferreira Gomes	(104.257)	(80.771)
Queluz	(691)	(954)
Lavrinhas	(691)	(954)
Verde 8	(2.114)	(2.183)
Receitas financeiras	49.094	26.638
Caixa Econômica Federal - Investimento de curto prazo (i)	-	23.983
Verde 8 Energia S.A. - Juros sobre nota de débito (ii)	512	1.510
Windepar - Mútuo	-	1.145
TPE - comissão de aval (viii)	22.567	-
ETB - comissão de aval (viii)	16.356	-
TCC - comissão de aval (viii)	9.659	-

- i) Referia-se a Investimentos de curto prazo realizadas pela Caixa Econômica Federal que é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista de controladas da Companhia a taxas de mercado; O FI-FGTS deixou de ser acionista da Companhia em 26 de abril de 2021, vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.3 (a);
- ii) Referia-se a ressarcimento de despesas de aluguel e condomínio e também de reembolso de gastos com estudo, projetos e licenças ambientais, entre a Companhia e sua controlada;
- iii) Refere-se a dividendos a receber referente aos exercícios de 2021, de 2020 e anteriores das controladas da Companhia e que serão liquidados até o final do exercício de 2022;
- iv) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) efetuado pela Companhia em suas controladas para reforço de caixa o qual serão integralizados até junho de 2022;
- v) Refere-se a compra de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos de venda de outras controladas, conforme preço médio de compra demonstrado na nota explicativa nº 25;
- vi) Refere-se aos dividendos a pagar pela Companhia e suas controladas aos acionistas;
- vii) Refere-se a venda de energia da Alupar para suas controladas em decorrência da necessidade das mesmas de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos, conforme preço médio de compra demonstrado na nota explicativa nº 25;
- viii) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos, prestados pela Alupar em favor das controladas, cuja remuneração cobrada é de 1,55% ao ano do saldo garantido pela Alupar, devida a partir da entrada em operação comercial do empreendimento até o término da fiança. As condições comerciais foram aprovadas tanto pela ANEEL quanto pelos acionistas não controladores dessas controladas.
- b) Garantias
- b.1) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato n°/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/21
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	15/05/12	15/04/26	15.164
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/12	15/04/31	225.021
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	85.613
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	31.899
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	4.333
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.677	11/03/09	15/01/25	29.965
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	6.561
06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5	Prestação de aval e de penhor de ações	200.000	26/05/20	26/05/22	222.456
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	3.439
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.029	10/03/05	10/02/25	7.835
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	01/03/25	2.384
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 177.906/13	Penhor de Ações	19.761	27/12/13	15/01/24	4.971
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	308.968
11/12/17	Assembleia Geral Extraordinária	ETAP	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	156.000	16/08/18	15/09/25	182.908
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TCC	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	680.000	15/09/18	15/09/28	830.738
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TPE	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	1.070.000	15/09/18	15/09/28	1.307.192
11/12/17	Assembleia Geral Extraordinária	ETC	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	116.000	16/08/18	15/09/25	136.020
14/12/15	Conselho de Administração	EDV I EDV II EDV III EDV IV EDV X	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa.	57.990 32.220 49.007 81.047 47.042	11/02/16 11/02/16 11/02/16 11/02/16 11/02/16	15/10/32 15/10/32 15/10/32 15/10/32 15/10/32	50.154 28.310 43.274 66.394 36.287
27/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	2.488
21/11/16	AGE / Conselho de Administração	Windepar	Alupar, EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emissora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR's"), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a "Conta Centralizadora", "Conta Reserva de O&M" e "Conta Reserva Especial" de cada EDV, cessão fiduciária sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures", "Conta Pagamento das Debêntures", dos contratos de mútuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos,	67.500	15/12/16	15/12/28	76.958
-	-	Verde 8	Alupar	2ª Debêntures Verde 08	Fiadora	140.000	15/07/18	15/07/25	172.007
06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	EDV I EDV II EDV III EDV IV EDV X	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPES, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	14.700 10.100 10.400 11.900 12.900	10/12/19 10/12/19 10/12/19 10/12/19 10/12/19	15/10/32 15/10/32 15/10/32 15/10/32 15/10/32	15.237 8.699 10.774 11.925 13.363
N/A	N/A	La Virgen	Alupar	Contrato de empréstimo de longo prazo	Aval Corporativo	USD 80.000	10/03/17	10/03/32	395.665
04/12/2018	Assembleia Geral Extraordinária	EDTE	Alupar, TAESA e ENTE	2ª Emissão de Debêntures (incentivada)	Fiadora	315.000	04/12/18	15/12/28	377.744
10/12/2019	Assembleia Geral Extraordinária	ESTE	Alupar, TAESA, EATE e AF Energia	1ª Emissão de Debêntures (incentivada)	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	415.000	10/12/19	15/12/44	523.177
16/11/2020	Assembleia Geral	Alupar Peru	Alupar	Contrato de préstamo de Mediano prazo	PAGARÉ A FAVOR DE ITAÚ	USD 18.000	27/11/20	27/11/23	101.196

b.2) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato n°/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/21
10/03/17	Conselho da La Virgen	La Virgen	Alupar	Carta Fiança	Guaranty greement	USD 80000	10/03/17	10/03/32	395.665
-	-	Risaralda	Alupar	Carta Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo de 29/05/2018	COP 120.000.000	30/05/18	30/05/25	138.345
-	-	TCE	Alupar	Fiança	Garantir a garantia bancária prestada em favor de XM Companhia de Expertos en Mercados S.A. E.S.P.	COP \$ 53.259.299.347	30/11/16	01/03/22	COP 53.259.299.347
-	-	Ferreira Gomes	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - ONS	3.434	16/06/20	24/06/22	3.434
-	-	Foz	Alupar	Fiança	Garantir o Pagamento do valor executado nos autos do processo nº 0119265.58.8.09.0173, em curso perante o Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de São Simão	1.512	15/03/19	15/03/22	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
-	-	Alupar Peru	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo	USD 17.500	18/03/19	17/03/22	196.579
-	-	Queluz	AF Energia	Serviços de Operação remota Localmente assistida e parcialmente Desassistida e Manutenção da Usina.	-	Mobilização: R\$ 19.000,00 - Operação Local e Manutenção: R\$ 106.500,00 - Operação Remota e Manutenção: R\$ 64.000,00	01/03/13	indeterminado	-
-	-	Lavrinhas	AF Energia	Serviços de Operação remota e Manutenção da Usina.	-	Operação Remota e Manutenção R\$ 170.000,00	04/09/13	indeterminado	-
-	-	Foz	AF Energia	Serviços de Operação remota e Manutenção da Usina.	-	Operação Remota e Manutenção R\$ 170.000,00	01/03/13	indeterminado	-
-	-	Ijuí	AF Energia	Serviços de Operação remota e Manutenção da Usina.	-	Operação Remota e Manutenção R\$ 170.000,00	01/03/13	indeterminado	-
-	-	Ferreira Gomes	AF Energia	Serviços de Operação remota e Localmente Assistida e Manutenção da Usina	-	Mobilização: R\$ 50.000,00 - Operação Local e Manutenção: R\$ 420.000,00 - Operação Remota e Manutenção: A acordar entre as Partes via Aditivo de contrato.	24/02/14	indeterminado	-
-	-	Foz	ACE	Contrato de Assessoramento	-	R\$ 2.750,00 mensal	01/06/14	indeterminado	-
-	-	Ijuí	ACE	Contrato de Assessoramento	-	gratuito	01/06/14	indeterminado	-
-	-	Lavrinhas	ACE	Contrato de Assessoramento	-	gratuito	01/06/14	indeterminado	-
-	-	Queluz	ACE	Contrato de Assessoramento	-	gratuito	01/06/14	indeterminado	-
-	-	EATE	ECTE, ETEP, ERTE, ENTE, STC, LUMITRANS, EBTE, ESDE e ETSE	Sublocação de Imóvel	-	R\$ 36.954,00/mês	02/01/14	02/01/24	-
-	-	EATE	ENTE	CCI – SE Açailândia	-	R\$ 8.284,86/mês	26/01/05	12/06/31	-
-	-	EBTE	BRASNORTE	CCI	-	R\$ 15.000,00/mês	30/11/10	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	EBTE	BRASNORTE	CCIE	-	-	08/02/11	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	EBTE	BRASNORTE	Acordo de Cooperação Técnica	-	-	10/09/12	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	ESDE	CEMIG D	CCT	-	R\$ 673.334,03/Ano	25/09/12	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	ESDE	CEMIG GT	Operação e Manutenção	-	R\$ 52.490,64/mês	15/10/12	06/02/22	-
-	-	ESDE	CEMIG GT	CCI	-	R\$ 3.000,00/mês + R\$ 9.000,00/mês de O&M enquanto não for celebrado o Termo de Transferência dos Ativos	28/12/12	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	ETAU	STC	CCI	-	R\$ 2.920,00/mês	16/11/06	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	Transnorte	Manaus Transmissora	CCI	-	R\$ 246.617,93 por 6 meses + R\$ 9.069,00/mês.	11/11/13	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	EDV I (Comodante)	Alupar (Comodatária)	Contrato de Comodato nº EVIV_JU_COM_0489-15 envolvendo área do imóvel denominado Sítio Picada para instalação de Unidade Fotovoltaica	-	-	01/06/15	01/06/45	-
-	-	ETSE	CELSC	CCT	-	R\$ 754.335,14/ano	Conexão à SE Gaspar 2 com 4 pontos de linha	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	Lumitrans	EBTE	Contrato de Comodato	-	-	29/03/16	Devolução do Equipamento	-
-	-	STC	ETSE	CCI	-	-	15/05/14	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	STC	EATE	Contrato de Comodato	-	-	29/03/16	Devolução do Equipamento	-
-	-	STN	CHESF	COM Nº 001/2009 Contrato de Operação de Linha e Equipamentos de Subestação, Manutenção e Serviços de Telecomunicações	-	R\$ 2.969.079,12/Ano a preços de Junho/2014	01/02/10	Contrato dispõe que a prorrogação da vigência em seu término	-
-	-	STN	CHESF	CCI Nº 002/2005 Contrato de Compartilhamento de Instalações	-	R\$ 9.500,00/Mês a preços de dezembro/2005	13/12/05	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	TRANSLESTE	TRANSIRAPÉ	Contrato de Comodato	-	-	27/05/21	27/05/22	-
-	-	EDTE	ESTE	Contrato de Comodato	-	-	09/06/21	09/06/22	-
-	-	EDTE	TPE, IE Paraguaiçu e Tropicália	Termo de Transferência não Onerosa - Ramal de Distribuição	-	34.782	02/10/20	Indeterminado	-
-	-	STC	ETSE	Contrato de Comodato (Transformador)	-	-	10/02/21	10/02/22	-
-	-	ENTE	TRANSIRAPÉ	Contrato de Comodato (Termovisor)	-	-	15/02/21	15/02/22	-

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2021 no montante de até R\$13.146 líquido de encargos sociais – INSS, ônus da Companhia conforme Ofício Circular SEP 01/2021 da CVM, sendo R\$928 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$12.218 referentes à remuneração da Diretoria:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração da diretoria (i)	10.948	8.095	22.614	19.471
Remuneração do conselho	946	1.084	1.906	2.577
Encargos sociais do conselho e diretoria	3.174	1.403	6.934	3.107
Total	15.068	10.582	31.454	25.155

i) Compostos por ordenados, salários, participação nos lucros, benefícios não monetários (tais como assistência médica e odontológica), benefícios de aposentadoria, seguro de vida e gratificações.

30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

30.1. Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

30.2. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como, utilizaram a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2021		31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	35.208	35.208	44.514	44.514	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	341.911	341.911	630.095	630.095	Valor justo por meio do resultado	2
Investimentos de curto prazo	1.553.503	1.553.503	1.405.506	1.405.506	Valor justo por meio do resultado	2
Títulos e valores mobiliários	121.666	121.666	103.619	103.619	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber de clientes	416.231	416.231	436.256	436.256	Custo amortizado	-
	2.468.519	2.468.519	2.619.990	2.619.990		
Passivos financeiros						
Fornecedores	198.387	198.387	385.127	385.127	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	2.387.593	2.387.593	2.519.450	2.519.450	Custo amortizado	-
Debêntures	7.660.163	7.655.751	6.456.006	6.451.594	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	48.413	48.413	35.692	35.692	Custo amortizado	-
	10.294.556	10.290.144	9.396.275	9.391.863		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e
 - ii) FCO Banco do Brasil: como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.
- Debêntures: o valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures e de suas controladas com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

30.3. Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$10.047.756, sendo que 9,47% desse valor (ou R\$951.193) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Atualmente o grau de alavancagem financeira da Controladora é de 0,97 (1,03 em 2020) e do Consolidado é de 1,32 (1,16 em 2020). Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros na data da demonstração contábeis estão apresentados nas notas explicativas 19 e 20.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 38,9% de recursos próprios em contrapartida a 61,1% de capital de terceiros (39,6% de recursos próprios e 60,4% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 97% em 31 de dezembro de 2021 (100,3% em 31 de dezembro de 2020).

30.4. Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2021	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			10,63%	5,31%	7,97%	13,28%	15,94%
Equivalentes de caixa	CDI	341.911	36.328	18.164	27.246	45.410	54.492
Investimentos de curto prazo	CDI	1.553.503	165.060	82.530	123.795	206.325	247.590
Títulos e valores mobiliários	CDI	121.666	12.927	6.464	9.695	16.159	19.391
Total		2.017.080	214.315	107.158	160.736	267.894	321.473

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado	Indexador	Taxa de juros média a.a.	Posição em 31.12.2021 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos				6,08%	3,04%	4,56%	7,60%	9,12%
	TJLP +	2,36%	620.906	53.264	33.944	43.604	62.924	72.584
	IPCA +	1,68%	59.998	3.829	2.419	3.124	4.535	5.240
	CDI +	3,06%	507.570	39.733	27.637	33.685	45.782	51.830
Debêntures				10,63%	5,31%	7,97%	13,28%	15,94%
	CDI +	4,62%	2.421.132	1.151.798	980.215	1.066.006	1.237.588	1.323.378
	IPCA +	5,44%	5.384.039	555.570	424.288	489.928	621.211	686.850
Total			8.993.645	1.804.194	1.468.503	1.636.347	1.972.040	2.139.882

(*) A posição da data-base refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os contratos que são remunerados com taxa fixa.

30.5. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

30.5.1. Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

a) Contas a receber de clientes

Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

b) Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

30.5.2. Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$2.052.288 no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, a gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Em relação ao caixa, as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

Outro ponto importante é que 93,44% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (90,90% em 31 de dezembro de 2020), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES, emissão de debentures de infra e outras instituições de fomento. Cerca de 8,43% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (38,01% em 31 de dezembro de 2020).

30.5.3. Riscos de mercado

• **Risco Hidrológico:**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

- **Risco de Descontratação:**

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

30.5.4. Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 10,36% do total da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2021 (9,87% em 31 de dezembro de 2020).

De acordo com suas políticas financeiras internas, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

30.5.5. Risco de regulação

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

30.5.6. Risco financeiro

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de Instituições Financeiras de primeira linha e com o estabelecimento de limites de concentração.

30.5.7. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros (vide notas explicativas nº 19 e nº 20).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

30.5.8. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.387.593	2.519.450
Debêntures	659.536	816.841	7.660.163	6.456.006
Dívida bruta	659.536	816.841	10.047.756	8.975.456
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(65.529)	(189.784)	(377.119)	(674.609)
(-) Investimentos de curto prazo	(455.336)	(555.099)	(1.553.503)	(1.405.506)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(121.666)	(103.619)
Dívida líquida	138.671	71.958	7.995.468	6.791.722
Patrimônio líquido	6.911.673	5.750.118	10.362.159	8.944.682
Índice de endividamento líquido	0,02	0,01	0,77	0,76

31. Informações por segmento

Os principais segmentos operacionais da Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. Ao LAJIDA não é feito nenhum ajuste.

Estão apresentadas a seguir as informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2021							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	5.031.104	825.631	-	147.535	6.004.270	(25.541)	(175.530)	5.803.199
Receita de operação e manutenção	433.296	-	-	-	433.296	(1.657)	-	431.639
Receita de infraestrutura	1.033.400	-	-	-	1.033.400	(477)	-	1.032.923
Remuneração do ativo da concessão	3.564.408	-	-	-	3.564.408	(23.407)	-	3.541.001
Suprimento de energia	-	825.631	-	136.929	962.560	-	(164.924)	797.636
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	10.606	10.606	-	(10.606)	-
Deduções da receita operacional bruta	(506.328)	(51.908)	-	(14.079)	(572.315)	3.324	-	(568.991)
Receita operacional líquida	4.524.776	773.723	-	133.456	5.431.955	(22.217)	(175.530)	5.234.208
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(178.685)	-	(132.404)	(311.089)	-	164.924	(146.165)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(34.599)	-	-	(34.599)	-	-	(34.599)
CFURH	-	(9.139)	-	-	(9.139)	-	-	(9.139)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(135.521)	(13.256)	-	(6.390)	(155.167)	2.674	10.606	(141.887)
Custo de infraestrutura	(938.201)	-	-	-	(938.201)	4.861	-	(933.340)
Depreciação / Amortização	(4.952)	(129.457)	-	(134)	(134.543)	47	-	(134.496)
	(1.078.674)	(365.136)	-	(138.928)	(1.582.738)	7.582	175.530	(1.399.626)
Lucro bruto	3.446.102	408.587	-	(5.472)	3.849.217	(14.635)	-	3.834.582
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(64.604)	(32.253)	(37.932)	-	(134.789)	895	-	(133.894)
Equivalência patrimonial	-	-	1.182.987	-	1.182.987	-	(1.177.732)	5.255
Outras receitas	77.404	3.381	5.119	-	85.904	-	-	85.904
Outras despesas	(11.339)	-	(496)	-	(11.835)	-	-	(11.835)
	1.461	(28.872)	1.149.678	-	1.122.267	895	(1.177.732)	(54.570)
LAJIR	3.447.563	379.715	1.149.678	(5.472)	4.971.484	(13.740)	(1.177.732)	3.780.012
Depreciação / Amortização	7.274	130.582	1.620	134	139.610	(47)	-	139.563
LAJIDA	3.454.837	510.297	1.151.298	(5.338)	5.111.094	(13.787)	(1.177.732)	3.919.575
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(717.797)	(236.181)	(117.645)	(410)	(1.072.033)	19	48.646	(1.023.368)
Encargos de dívidas	(647.410)	(160.989)	(75.986)	(405)	(884.790)	3	63	(884.724)
Variações cambiais	2.271	(57.835)	(40.667)	-	(96.231)	-	-	(96.231)
Outras	(72.658)	(17.357)	(992)	(5)	(91.012)	16	48.583	(42.413)
Receitas financeiras	31.363	41.434	83.110	784	156.691	(222)	(48.646)	107.823
Receitas de aplicações financeiras	18.587	22.699	29.490	391	71.167	(211)	-	70.956
Outras	12.776	18.735	53.620	393	85.524	(11)	(48.646)	36.867
	(686.434)	(194.747)	(34.535)	374	(915.342)	(203)	-	(915.545)
LAIR	2.761.129	184.968	1.115.143	(5.098)	4.056.142	(13.943)	(1.177.732)	2.864.467
IR e CSLL correntes	(81.323)	(27.918)	(544)	(966)	(110.751)	-	-	(110.751)
IR e CSLL diferidos	(609.672)	(28.381)	3.513	-	(634.540)	3.640	-	(630.900)
	(690.995)	(56.299)	2.969	(966)	(745.291)	3.640	-	(741.651)
Lucro líquido Consolidado	2.070.134	128.669	1.118.112	(6.064)	3.310.851	(10.303)	(1.177.732)	2.122.816
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(1.007.415)	(1.007.415)
Lucro líquido acionistas controladores	2.070.134	128.669	1.118.112	(6.064)	3.310.851	(10.303)	(2.185.147)	1.115.401
Tota do Ativo	8.925.266	20.794.412	5.670.480	20.887	35.411.045	(334.446)	(9.356.667)	25.719.932
Investimentos avaliados pelo MEP	7.558.740	1.268.078	-	-	8.826.818	-	(8.683.629)	143.189
Total do Passivo	8.925.266	20.794.412	5.670.480	20.887	35.411.045	(334.446)	(9.356.667)	25.719.932

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2020							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	6.298.890	625.829	-	128.888	7.053.607	(199.700)	(108.842)	6.745.065
Receita de operação e manutenção	593.229	-	-	-	593.229	(2.028)	-	591.201
Receita de infraestrutura	3.466.296	-	-	-	3.466.296	(224.582)	-	3.241.714
Remuneração do ativo da concessão	2.239.365	-	-	-	2.239.365	26.910	-	2.266.275
Suprimento de energia	-	625.829	-	119.853	745.682	-	(99.807)	645.875
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	9.035	9.035	-	(9.035)	-
Deduções da receita operacional bruta	(570.327)	(46.586)	-	(12.034)	(628.947)	24.627	-	(604.320)
Receita operacional líquida	5.728.563	579.243	-	116.854	6.424.660	(175.073)	(108.842)	6.140.745
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(88.425)	-	(153.154)	(241.579)	-	99.807	(141.772)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(32.795)	-	-	(32.795)	-	-	(32.795)
CFURH	-	(8.441)	-	-	(8.441)	-	-	(8.441)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(125.839)	(63.416)	-	(6.426)	(195.681)	2.200	9.035	(184.446)
Custo de infraestrutura	(2.403.083)	-	-	-	(2.403.083)	198.810	-	(2.204.273)
Depreciação / Amortização	(2.849)	(124.958)	-	(70)	(127.877)	49	-	(127.828)
	(2.531.771)	(318.035)	-	(159.650)	(3.009.456)	201.059	108.842	(2.699.555)
Lucro bruto	3.196.792	261.208	-	(42.796)	3.415.204	25.986	-	3.441.190
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(52.838)	(26.250)	(42.090)	-	(121.178)	284	-	(120.894)
Equivalência patrimonial	-	-	1.124.835	-	1.124.835	-	(1.134.059)	(9.224)
Outras receitas	3.984	3.714	119	-	7.817	-	-	7.817
Outras despesas	(304)	-	(31)	-	(335)	-	-	(335)
	(49.158)	(22.536)	1.082.833	-	1.011.139	284	(1.134.059)	(122.636)
LAJIR	3.147.634	238.672	1.082.833	(42.796)	4.426.343	26.270	(1.134.059)	3.318.554
Depreciação / Amortização	5.286	126.155	3.723	70	135.234	(49)	-	135.185
LAJIDA	3.152.920	364.827	1.086.556	(42.726)	4.561.577	26.221	(1.134.059)	3.453.739
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(198.214)	(214.918)	(103.151)	(400)	(516.683)	24	3.606	(513.053)
Encargos de dívidas	(188.952)	(125.774)	(78.273)	(391)	(393.390)	8	951	(392.431)
Variações cambiais	1.178	(38.558)	(21.635)	-	(59.015)	-	-	(59.015)
Outras	(10.440)	(50.586)	(3.243)	(9)	(64.278)	16	2.655	(61.607)
Receitas financeiras	19.869	8.872	26.177	436	55.354	(434)	(3.606)	51.314
Receitas de aplicações financeiras	12.337	8.146	21.719	31	42.233	(69)	-	42.164
Outras	7.532	726	4.458	405	13.121	(365)	(3.606)	9.150
	(178.345)	(206.046)	(76.974)	36	(461.329)	(410)	-	(461.739)
LAIR	2.969.289	32.626	1.005.859	(42.760)	3.965.014	25.860	(1.134.059)	2.856.815
IR e CSLL correntes	(88.041)	(15.629)	(64)	(548)	(104.282)	161	-	(104.121)
IR e CSLL diferidos	(690.550)	1.295	-	-	(689.255)	(7.934)	-	(697.189)
	(778.591)	(14.334)	(64)	(548)	(793.537)	(7.773)	-	(801.310)
Lucro líquido Consolidado	2.190.698	18.292	1.005.795	(43.308)	3.171.477	18.087	(1.134.059)	2.055.505
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(1.113.417)	(1.113.417)
Lucro líquido acionistas controladores	2.190.698	18.292	1.005.795	(43.308)	3.171.477	18.087	(2.247.476)	942.088
Tota do Ativo	8.168.565	17.505.254	5.236.518	7.891	30.918.228	(282.883)	(8.058.835)	22.576.510
Investimentos avaliados pelo MEP	6.544.351	1.033.700	-	-	7.578.051	-	(7.450.318)	127.733
Total do Passivo	8.168.565	17.505.254	5.236.518	7.891	30.918.228	(282.883)	(8.058.835)	22.576.510

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

32. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração direta	120.754	137.979
Auxílio alimentação	8.577	7.844
Assistência médica e seguro de vida	12.443	10.658
Vale transporte	141	141
Auxílio educação	864	590
Previdência privada (a)	2.077	2.638
Outros benefícios à empregados	7.800	3.564
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	8.649	7.740
Previdência social (INSS)	27.815	22.859
Total	189.120	194.013

- a) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

33. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2021 estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	31/12/2021	
	Importância segurada	Prêmio total
Compreensivo Empresarial	399.575	600
Responsabilidade Civil	4.490.005	2.072
Risco de Engenharia	1.392.618	2.277
Fraude Corporativa e D.O.	5.000	54
Riscos Nomeados / Operacionais	11.451.735	6.469
Risco fraude corporativa	5.000	59
Veículos	Valores de tabela	125
Seguro de Riscos Equipamentos	338	5
Fiel Cumprimento	405.913	6.629
Seguro Garantia Judicial	6.723	188
Seguro Garantia Performance	74.094	796

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

34. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas em fase pré-operacional mantêm contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção dos respectivos empreendimentos, conforme detalhado a seguir:

Controlada:	Valor
ELTE	6.249
ESTE	32.762
Transirapé	1.332
UFV Pitombeiras	166.216
EAP I	75.373
EAP II	113.430
Total Consolidado	395.362

35. Eventos subsequentes

- Alteração de controle – Eólica do Agreste Potiguar I e II (EAP I e EAP II)**

Em Assembleia Extraordinária, realizada em 6 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Eólica do Agreste Potiguar I, no montante de R\$52.366. Esse aumento foi realizado da seguinte forma: a Alupar e a AF integralizaram os montantes de R\$22.344 e R\$22, respectivamente, mediante a conversão dos valores de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$30.000 serão integralizados em moeda corrente até 31 de dezembro de 2022 pela Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Foz"). Com esse aumento de capital, a Foz passou a deter 57,29% de participação do capital social da EAP I e a controlar a mesma, a Alupar detem 42,67% de participação e a AF detém 0,04% de participação.

Em Assembleia Extraordinária, realizada em 6 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Eólica do Agreste Potiguar II, no montante de R\$94.972. Esse aumento foi realizado da seguinte forma: a Alupar e a AF integralizaram os montantes de R\$34.937 e R\$35, respectivamente, mediante a conversão dos valores de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$60.000 serão integralizados em moeda corrente até 31 de dezembro de 2022 pela Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Foz"). Com esse aumento de capital, a Foz passou a deter 63,18% de participação do capital social da EAP II e a controlar a mesma, a Alupar detem 36,79% de participação e a AF detém 0,03% de participação.

- Aquisição de participação da TPE**

No dia 14 de fevereiro de 2022 a Companhia exerceu o seu direito para a aquisição de 30% das ações subscritas e integralizadas pelo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Perfin"), na controlada Transmissora Paraíso de Energia S.A. ("TPE"), desta forma, a Companhia aumentou sua participação dos atuais 51,00% para 65,70%.

O montante pago por esta transação foi de R\$26.349, equivalente a 30.657.307 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a 30% do capital integralizado pelo Perfin, corrigido *pro rata die* pela taxa de inflação medida pelo IPCA, acrescido de juros de 7,3% a.a., computado desde a data de integralização de cada ação, até a data do efetivo pagamento do preço da Opção de Compra, deduzidos os valores de dividendos recebidos por cada ação, objeto da Opção de Compra, entre a data de integralização e a data do exercício da Opção de Compra, devidamente atualizados conforme acima, desde a data do pagamento do dividendo até a data de transferência das ações, conforme Acordo de Acionista firmado em 11 de novembro de 2016. O valor patrimonial adquirido foi de R\$131.196, e o valor pago a menor sobre o valor patrimonial foi de R\$104.847, será reconhecido em reservas de capital aumentando o patrimônio líquido, dado que a Companhia já detinha o controle da TPE.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

- **Início de recebimento da RAP da transmissora ESTE**

A controlada Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (“ESTE”), da qual possuímos indiretamente 50,02% do capital social total, obteve em 18 de fevereiro de 2022, do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Termo de Liberação de Receita – TLR, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 09 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Com esta liberação do ONS, será adicionada uma Receita Anual Permitida (“RAP”) de R\$123.600 para o ciclo 2021_2022. O empreendimento está localizado nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e consiste na implantação da linha de transmissão de 500 kV Mesquita - João Neiva 2, com 236 km de extensão e a subestação João Neiva 2, 500/345 kV.

O investimento das instalações a ser unitizado será de aproximadamente R\$495.400 (relação RAP/CAPEX: 25%). Adicionalmente, o montante de R\$107.900, referente as despesas financeiras líquidas durante o período de construção, foi capitalizado, totalizando, assim, o investimento total do projeto a ser unitizado de R\$603.300.

* * *

José Luiz Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora responsável
CRC 1SP199348/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 17.604.123 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência dos custos incorridos na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 3.10, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para

execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e suas controladas; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 3.5, 3.10 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis, o saldo do imobilizado da Companhia era de R\$ 4.710.238 mil para o consolidado. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. possui R\$ 1.348.087 mil registrado como ativo imobilizado, o qual está sujeito à avaliação periódica sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, conseqüentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela controlada da Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada; e (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 e CVM 586/17

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 e CVM 586/17

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial